Intellectus

REVISTA ACADÊMICA DIGITAL

Volume de Ciêcias Sociais Aplicadas
Vol. 60 Outubro/Dezembro 2020

ISSN 1679-8902

03 **EDITORIAL**
Prof. Me. José Jorge Tannus Neto

ARTIGOS:

05 **O USO DA GAMIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA**
RODRIGUES, Layla Cristina

16 **ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA 'PACTO PELA VIDA' EM PERNAMBUCO, EM 2019**
FERREIRA, Leonardo Rodrigues

31 **SUSTENTABILIDADE PARA QUEM? O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS PARTICULARIDADES, CASO NOVA IORQUE**
MELLO, Caroline Ferreira Leite

44 **REVISÃO DE LITERATURA SOBRE PROJETO DE VIDA PARA ADOLESCENTES EM CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**
COLOMBO, Jaqueline Maria

64 **OS EFEITOS PATOLOGIZANTES DAS MÍDIAS SOCIAIS**
BARBOSA, Jonis Marcos

84 **MOTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA**
BENEGAS, Kassiana

105 **ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA LOGÍSTICA EMPRESARIAL EM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA E DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS**
GLAVAM, Rafael Bianchini

119 **A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A MULHER AGREDIDA NO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO, RIO GRANDE DO SUL**
SEMENSATTO, Vanessa Kloppemburg

139 **A INTERFERÊNCIA DO MODELO DE NEGÓCIOS NAS STARTUPS**
OLIVEIRA, Leticia

153 **OS DESAFIOS DO RH 4.0 NA CONTRATAÇÃO DE NOVOS COLABORADORES**
GUIDES, Eliara Carneiro

Áreas de publicação:
Ciências Exatas e Tecnológicas
Ciências Sociais Aplicadas
Educação, Cultura e Sociedade
Ciências da Saúde

UniEduK
SEU FUTURO NA PRÁTICA

Intellectus Revista Acadêmica Digital. Revista científica das seguintes instituições: Centro Universitário de Jaguariúna (UniFAJ), Centro Universitário Max Planck (UniMAX) e Faculdade de Agronegócios de Holambra (FAAGROH).

Eletrônica
Trimestral
Inclui Bibliografia

Editora Chefe:
Prof.ª Dr. ª Ana Maria Girotti Sperandio
Assessora Acadêmica do Centro Universitário de Jaguariúna (UniFAJ), Centro Universitário Max Planck (UniMAX) e Faculdade de Agronegócios de Holambra (FAAGROH).

Equipe Técnica
Janini de Oliveira Dias da Silva
Maria Virginia Rosa - Bibliotecária

Equipe de Tecnologia da Informação Centro Universitário de Jaguariúna – UniFAJ e Centro Universitário Max Planck. Equipe de Marketing Centro Universitário de Jaguariúna – UniFAJ.

EDITORIAL

A Revista Intellectus, em mais um volume digno de encômios, mantém acesa a chama da ciência e da pesquisa de excelência. Encerra-se, assim, com chave de ouro, um dos anos mais desafiadores da espécie humana, com uma série de artigos valiosos e que, certamente, serão apreciados pelo exigente leitor deste periódico.

De fato, a ciência continua viva e, apesar dos pesares, nunca esteve tão fortalecida. Este volume é, pois, uma das provas cabais da imprescindibilidade da pesquisa em tempos normais e extraordinários, como ferramenta de reflexão e ações concretas, guiadas pela ética.

O volume 60 da Revista Intellectus é, em outras palavras, emblemático e representa um caloroso viva à ciência, além de um esforço hercúleo de propagação de conhecimentos num período dramático da história, assolado pela sindemia do novo coronavírus.

Os eminentes colaboradores da última edição de 2020 são vitoriosos. Cada um deles merece, portanto, os aplausos e a reverência do Conselho Editorial, sobretudo porque venceram todos os obstáculos erigidos pelo SARS-CoV-2, incluindo-se, apenas para exemplificar, o isolamento e o distanciamento sociais que, a despeito dos efeitos potencialmente deletérios ao ímpeto intelectual e da limitação, em boa medida, de acesso a fontes bibliográficas importantes, não constrangeram o espírito incansável destes pesquisadores.

Com efeito, o ato de escrever, diante de tantas adversidades, deve, à evidência, ser enaltecido. Já a publicação de cada um dos artigos integrantes deste volume representa algo ainda mais sublime: um verdadeiro gesto de amor. Decerto, o amor ao próximo e o amor pela ciência inspiraram, dias após dia, estes generosos pesquisadores.

A Revista Intellectus tem, assim, a honra de tê-los como parte de sua "trajetória que expressa dedicação, competência e responsabilidade", segundo a sua Editora Chefe, Profª. Drª. Ana Maria Girotti Sperandio.

Um caloroso viva à ciência! Uma salva de palmas aos autores do sexagésimo volume desta Revista, confessadamente devotada à multidisciplinaridade e ao progresso científico.

A partir deste objetivo principal – o de possibilitar discussões interativas sobre conhecimentos oriundos de diferentes áreas em plena sintonia com os

avanços, cada vez mais expeditos, do século XXI – é que, mais adiante, o leitor será brindado com múltiplos temas e perspectivas, com notórios impactos práticos.

Portanto, mãos à obra! É chegada a hora de apreciar as linhas e entrelinhas destes debates atuais e candentes.

Aproveite a leitura!

Prof. Me. José Jorge Tannus Neto

O USO DA GAMIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA[1]

Use of gamification in the theach and learn process

RODRIGUES, Layla Cristina
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

MARETTI, Marialba Rita
Colégio de Aplicação Pio XII

RIBEIRO, Maynara de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Resumo: O seguinte trabalho trata da aplicação de gamificação na disciplina de Sociologia. Um jogo onde os alunos, divididos em dois grupos, sorteavam frases buscando "vivenciar" o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, para perceberem diferenças entre indivíduos de uma mesma sociedade, devido condições não eletivas. No jogo um grupo sempre sorteava características favoráveis a trajetória, já o outro, recebia apenas frases com situações, vivências ou características que desfavoreciam ou limitavam o acesso a meios de cultura e/ou lazer, geralmente relacionado a um contexto social especifico. O objetivo era que com estímulo lúdico, e representação visual, a explicação sobre *habitus* fosse melhor entendida pelos alunos. Diferentemente da aula expositiva, primeiramente realizou-se o jogo e ao final foi dada a explicação teórica, assim, os alunos faziam apontamentos durante a dinâmica, utilizando sua lógica para construírem conhecimento e não apenas recebê-lo passivamente. Notou-se o engajamento dos alunos em debates e criação de teorias para explicar o distanciamento entre os grupos, inicialmente alinhados, que causava impacto visual e sensível, sentido de maneira diferente pelos integrantes de cada grupo. Aprenderam também, sobre a dialética hegeliana, formulando teorias refutadas pelos colegas, e construindo uma nova para explicar o experimento.

Palavras-chave: Gamificação; Sociologia; Ensino Médio.

Abstract: This research deals about the use of gamification in a Sociology class. A game where the students, separated into two groups, raffled phrases, in order to try the *habitus* concept from Pierre Bourdieu, that way they noticed differences between people in the same society, due to non-elective conditions. In game one of those groups always raffled positives features to the future, but the other group, only received situations, experiences or features that hindered or limited the access to cultures or leisure places, usually related to a specific social context. The goal was that with playful stimulus, and a visual representation, the *habitus* explanation have a better understanding by the students. Differently the usual class, first the game was played and in the end happened the theoretical explanation, this way, while the game the students make some commentaries,

[1] Um resumo do presente artigo foi publicado nos anais do evento "XII Seminário sobre a produção do conhecimento em Educação e XIV Seminário da faculdade de Educação: escola e universidade: diálogos e compromisso com a formação do professor crítico". Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/ANAIS.SEMIN%C3%81RIO-EDUCA%C3%87%C3%83O.2019-1.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.0

using their minds to build knowledge and not just passively received it. Engagement in debates was noted, and they created theories trying to explain the distances between the groups, initially lined up, this causes a visual and emotional impact, felt in different ways by the members which group. They learned about Hegelian dialectic too, making theories were refuted by friends, and building a new theory to explain the game.

Key-words: Gamification; Sociology; High School.

INTRODUÇÃO

O termo gamificação pode até ser relativamente novo (em inglês *gamification*) surge em meados dos anos 2000 e vem ganhando força. Porém, a ideia de utilizar o elemento de jogos, a fim de motivar indivíduos a fazer algo, não é nada novo. De acordo com Kapp (2012), a palavra gamificação significa o uso de mecânicas, estéticas e pensamentos de jogos a fim de promover o engajamento de pessoas, motivando-as a uma ação, de forma a contribuir para a aprendizagem e resolução de problemas. O autor destaca ainda que o interesse pelo tema tem crescido consideravelmente nos últimos anos, atribuindo a este fato o potencial da gamificação para influenciar, engajar e motivar pessoas.

Tal uso pode ser verificado nos mais variados ambientes - tanto comerciais quanto educacionais - é visível o uso de estratégias, recompensas e estruturas advindas do mundo dos *games.* Por exemplo, um aplicativo de celular que após determinado tempo de uso recompensa o usuário com uma personalização ou bônus é uma espécie de gamificação, outro exemplo recorrente são funcionários de empresas que são classificados em rankings de vendas a fim de ganhar premiações.

Iremos focar na área educacional, pois mesmo sem utilizar o termo, ou a teoria da gamificação, é possível constatar o uso de recompensas durante o processo de ensino-aprendizagem, um exemplo simples e recorrente de gamificação é receber o de estrelinhas no caderno ou tempo extra no pátio como recompensa de algo bom que fizemos na escola. Borges (2013) realizou um mapeamento sistemático acerca da gamificação na educação, através do qual identificou sete objetivos principais para seu uso no processo de ensino-aprendizagem:1) aprimoramento de habilidades; 2) proposta de desafios para dar propósito/contexto para a aprendizagem; 3) engajamento de alunos em

atividades mais participativas, interativas e interessantes; 4) maximização do aprendizado em determinado conteúdo; 5) promoção da mudança de comportamento através da recompensa por ações adequadas e penalização das inadequadas; 6) oferecimento de mecanismos de socialização e 7) aprendizagem em grupo e discussões acerca dos benefícios de gamificação na motivação dos alunos para propor soluções aos diversos problemas de aprendizagem.

Desta forma, verifica-se que a aplicação de estratégias, mecanismo e estética de jogos pode ser uma metodologia inovadora e sedutora para tornar tanto ambiente escolar, quanto a aprendizagem um processo mais interessante e eficaz.

A utilização de games ou a não utilização da aula tradicional e expositiva para os alunos, busca a quebra da rotina como causadora de um maior interesse dos mesmos, além de uma melhor e mais fácil internalização do conteúdo, tornando o processo ensino/aprendizagem muito mais atrativo e eficiente do ponto de vista pedagógico. Na era das informações públicas e instantâneas um desafio da educação formal é justamente despertar o interesse de jovens de uma geração que não vê sentido em uma jornada escolar diária de 6 horas sendo que em poucos minutos busca e assiste uma vídeo-aula sobre o mesmo tema. A geração Z está marcada pela inquietude e quer o imediatismo nas respostas para suas questões, é a primeira geração que está totalmente conectada e por isso o como ensinar deve se diferenciar do utilizado com as gerações anteriores, a metodologia ativa, quando os coloca não apenas como receptores do conhecimento, mas também como construtores, se mostra muito mais interessante e de fácil aplicação do que o modelo copista tradicional.

No presente trabalho será demonstrada a idealização e aplicação de um jogo interativo com alunos de primeiro ano do ensino médio em uma escola particular da cidade de Campinas-SP. O material de sociologia adotado pela escola, especificamente o capítulo 4, contém a explicação do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu:

> *Os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas - o que o operário come, e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.* (*BOURDIEU, 1996, p.22 apud TOMAZI, 2018, p.34*)

A experiência em si, obteve um resultado exitoso, pois foi possível a observação de pontos positivos e negativos, embora a consequência mais perceptiva tenha sido o debate que se seguiu mesmo após o final da aula. Quando os alunos de fato se envolveram na dinâmica e ela fez despertar, quase de forma espontânea, o debate e pensamento crítico acerca da sociedade, algo tão almejado nas aulas de Sociologia.

METODOLOGIA

Ao invés de ler o livro ou apresentar uma aula expositiva tradicional, criamos um jogo, um game para que os alunos vivenciassem o conceito sociológico. Foram confeccionados materiais específicos como fichas, lista e cartas a serem usados pelos próprios alunos durante uma dinâmica, que tinha por objetivo a explicação teórica já planejada, mas de uma forma lúdica, a fim de instigar o debate e a reflexão crítica ao meio social ao qual estão inseridos.

Todos os alunos da sala foram convidados a formarem uma fila no centro da sala, lado a lado. Em sua frente, afixado na lousa, uma frase de conquista “Se eu cheguei até aqui, foi porque eu mereci” e atrás, no fundo da sala, uma frase de angústia “Você não se esforçou o bastante”. Os alunos sortearam para si um papel com determinada característica ou acontecimento, que foi lida em voz alta para que todos soubessem o que foi sorteado, como, por exemplo:

Fichas de sucesso

“Sou homem, branco, hetero e rico. ” Esta ficha representa a desigualdade de gênero, de classe, de raça e de sexualidade, evidenciando como estas questões interferem nas condições de vida das pessoas, principalmente sobre acesso à escola, ingresso no mercado de trabalho e o próprio preconceito.

“Sou fluente em 3 idiomas. ” Esta ficha demonstra como ter acesso à um curso complementar pode influenciar no ingresso do mercado de trabalho, pois aqueles com melhor formação, certamente terão os melhores resultados.

“Estou no ensino médio e frequento grupos universitários. ” Segue na mesma linha, pois ao ter acesso a informações necessárias desde muito novos e à oportunidades, possuem maiores chances de chegar ao “sucesso” profissional em relação àqueles que sequer acreditam no ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e nas diversas bolsas que o Estado oferta.

Fichas de fracasso

“Sou mulher, negra, trans e periférica. ” Esta ficha remete o extremo oposto da ficha “sou homem, branco, hétero e rico”.

“Já presenciei mais de um tiroteio. ” Remete ao fato de que o meio em que as pessoas se desenvolvem pode influenciar diretamente em sua forma de pensar e agir, como, por exemplo, ter a violência como algo normal, visto que entre as pessoas que o rodeiam, faz parte da rotina.

“Demoro 2 horas para chegar à escola. ” Faz pensar nos privilégios de ter escolas próximas, de possuir um veículo próprio ou poder pagar uma van que oferte qualidade e segurança no transporte, situações distantes da realidade da maioria dos brasileiros.

As frases já haviam sido previamente separadas em dois grupos, um dos grupos correspondia a passos a frente, enquanto o outro valia passos para trás. Desta forma, os alunos liam as frases e as professoras indicavam se era para andar para frente ou para trás e também quantos passos deveriam ser dados. Ou seja, a partir de uma lista composta por características e/ou acontecimentos, o sucesso ou o fracasso ficavam mais próximo aos alunos, que se distanciavam a cada rodada.

Uma característica visual do game foi que os alunos que estavam caminhando para frente se posicionaram (a nosso pedido) exatamente defronte aos demais alunos, de forma, que os alunos que caminhavam para trás viam os que caminhavam à frente, e consequentemente, observavam à distância cada vez maior entre os grupos, se formando. Contudo, os que estavam a frente, tinham que se virar para ver os colegas. O que até o final da atividade, causou mais espanto e incômodo aos alunos, já que os da frente, por não verem os demais colegas durante todo o tempo, quando ao final se viraram puderam notar uma enorme diferença entre os dois grupos. Já os alunos que andavam para trás, durante toda a dinâmica observavam os demais avançando, uma das alunas inclusive comentou como era marcante observar que os da frente, nem ao menos notavam o que acontecia com o outro grupo.

"A atividade foi feita de maneira que a classe toda saiu do mesmo ponto, sendo que metade tirava papéis com atividades, características e condições da classe média e alta, e a outra metade da classe mais baixa. À medida que sua vida é definida, você dá passos para frente, sendo algo positivo, e para trás, sendo negativo. Mostrando, que mesmo todos saindo do mesmo lugar, algumas pessoas nascem com privilégios e melhores oportunidades; quem está na frente não consegue enxergar quem está atrás, mas quem fica para trás sempre consegue ver os privilegiados crescerem. Destacando a grande desigualdade social." (Resposta de um aluno há questão 3 explicitada à frente)

A dinâmica foi finalizada quando dois alunos alcançaram os pontos finais do jogo. Em outras palavras o ponto máximo, à frente da sala perto da placa "Se eu cheguei até aqui, foi porque eu mereci" e outro aluno chegou ao ponto mínimo do jogo, que era no fundo da sala, ao lado da frase "Você não se esforçou o bastante".

Relação jogo x conteúdo

Como citado na introdução, "para Bourdieu, o habitus se apresenta como social e individual ao mesmo tempo, referindo-se tanto a um grupo quanto a uma classe e, obrigatoriamente, também ao indivíduo" (TOMAZI, 2018, p.34). Em complemento a este conceito, Bourdieu também aborda capital cultural, capital econômico e capital social, sendo abarcados por uma relação de apropriação ou desapropriação dos indivíduos.

O objetivo de ministrar aulas de Sociologia com estes conceitos de Pierre Bourdieu é evidenciar aos alunos as condições externas aos indivíduos que viabilizam as desigualdades, sendo, por exemplo, características físicas, condições financeiras e acesso a diversificadas fontes de informação e cultura. Estas condições diferenciam as pessoas e suas trajetórias, segregando em diversos níveis as populações. Bourdieu traz que quanto mais capital um indivíduo apropria, mais chances ele tem de ter sucesso, mas não é simples acessar os capitais. Tudo depende inicialmente de sua transmissão a partir dos pais: é preciso que a família já tenha apropriado bastante capital para transformá-lo em herança de uma cultura livre, pois crescer em um ambiente familiar abastado financeiramente, formado intelectualmente e com acesso a diversos meios de informação e cultura, possibilitam que os filhos tenham maior apropriação dos mesmos, enquanto filhos com pais sem nenhum tipo de capital enfrentarão barreiras para acessá-los e principalmente, para compreendê-los.

Deste modo, como colocado no jogo, ser uma mulher dificulta a contratação em um novo trabalho devido ao machismo; ser negra dificulta esta questão em maior grau devido à junção ao racismo; ter nascido pobre permite ampliar as dificuldades devido a impossibilidade de socializar comercialmente com os demais; não conhecer outras línguas, não ter ido ao teatro nem ao concerto não permite estender o currículo nem permite socializar com os demais da classe a qual se pretende alcançar; agir contra os padrões de sexo estabelecidos afasta o indivíduo dos demais devido à homofobia; se mora longe do local de trabalho e precisa pegar condução pública precarizada, perde horas no transporte e ainda pode se atrasar, dificultando o acesso a melhores trabalhos e a permanência nos mesmos; e assim por diante. Todas estas condições e características não foram escolhas dos indivíduos, apenas os acompanham e formam barreiras para que ascendam social e financeiramente.

O jogo buscou estabelecer a teoria acima exemplificada de Pierre Bourdieu com o cotidiano da população, evidenciando acima de tudo, que a base de todo preconceito e desigualdade está além da escolha individual, tratada atualmente pela meritocracia (não fez/conseguiu porque não quis, por preguiça).

Aplicação

O conceito do jogo é simples: cada aluno sorteia um papel, lê e, de acordo com as características descritas, anda para frente ou para trás. O que, na prática, significava avançar ou recuar. O grande objetivo do jogo era fazer o aluno perceber sua realidade e as diferenças não escolhidas por personagens sociais, e como essas diferenças afetavam sua trajetória social, e desta forma, a aprendizagem de tópicos sociológicos seria realizada através da vivência dos próprios conceitos.

O que foi muito interessante é que durante o jogo, os próprios alunos começaram a compreender quais características valiam passos à frente e quais valiam retrocesso. Devido a isso, no decorrer no *game*, enquanto os alunos liam suas frases, ele próprios, ou o grupo, se pronunciava se era para caminhar para frente ou para trás. Tal fato, fez com que nós iniciássemos pequenos debates sobre a quantidade de passos que deveriam ser dados, já que se considerava algumas características sobressalentes a outras, o que foi de grande valia, pois os alunos compreenderam ainda mais e participaram ativamente, contribuindo e internalizando as regras, e consequentemente o conceito teórico da aula.

Ao final do jogo, os alunos como lição de casa tinham três perguntas para serem respondidas: 1) existe meritocracia no Brasil? Forneça um exemplo para validar sua resposta. 2) sua identidade social se relaciona com sua *classe social* e *habitus*? Justifique. 3) descreva a dinâmica feita em sala.

As respostas demonstraram como o jogo conseguiu tocar os alunos. Na primeira questão, eles forneceram exemplos retratados durante o jogo, por exemplo, que influenciam na dinâmica social, tais como raça, gênero e sexualidade. De forma, a demonstrar que existem fatores que independem dos indivíduos, ou seja, a possibilidade de que alguém é capaz de alcançar um patamar mais alto da escalada social apenas pelo próprio esforço é algo quase impossível. Percebe-se que os alunos vivenciaram a forma como algo externo a sua vontade os impulsionava para trás, mesmo que eles não o quisessem.

A questão 2 foi debatida em sala de forma muito divertida pelos próprios alunos, pois eles perceberam que as escolhas que fazemos socialmente são reflexo de nosso meio social, e que são, de certa forma, moldadas pelo meio ao qual se está inserido.

Por fim, a descrição da dinâmica pelos olhos dos alunos foi o que demonstrou para nós a importância de aplicarmos metodologias novas em sala de aula. A descrição da maioria dos alunos foi motivada pela emoção e comoção com a dinâmica. Salientamos a reação da aluna que chegou ao ponto mínimo da dinâmica (mais atrás da sala, e consequentemente atrás de todos os colegas), mesmo durante o jogo era visível sua inquietude. Seu olhar era quase de descrença. A cada papel sorteado e a cada passo atrás ela se distanciava mais e mais dos colegas, o que a fazia se inconformar cada vez mais. Nas palavras da aluna:

"Nada foi escolha minha, eu não tinha controle da situação. Só era empurrada cada vez mais para trás e não podia fazer nada. No fim, estava totalmente desanimada. Imagina isso na vida real! Que triste! Não gostei!"

Tal reação foi exatamente a que buscávamos, pois queríamos que os alunos vivenciassem algo fora de sua bolha social, propiciando internalização do conteúdo proposto pelo currículo e, ainda, o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Fortunato e Teichner (2017), as aulas tradicionais expositivas podem envolver a participação animada, mas somente de forma a centralizar o professor e o ato de educar, colocando assim o docente como detentor do conhecimento e os alunos como folhas em branco a serem preenchidas. Enquanto que as aulas gamificadas envolvem os alunos/jogadores como principais atores na construção e internalização do conhecimento, um processo que, embora seja mais complexo e de difícil realização, auxilia na construção de um ambiente educacional realmente atrativo, e que, portanto, os alunos estariam com maior nível de envolvimento e mais engajados. É necessário pensar o ensino com enfoque no alunos e não somente na transmissão de informações, pois de nada adianta um ano letivo repleto de teorias e conteúdos se os alunos não conseguem acesso, no sentido de entender, os mesmos.

Desta forma, a dinâmica buscou proporcionar aos alunos, alocados nos anos finais da educação básica de uma escola do segmento privado uma visão crítica acerca da sociedade em que vivem, partindo de perspectivas que saem de sua rotina cotidiana, ao sortearem as frases, principalmente os alunos do

grupo do menos favorecidos, vivenciavam experiências que fugiam de sua bolha social, causando certo impacto e reflexões sobre o meio ao qual estavam inseridos. Ademais, ficou evidente a internalização dos conceitos diante do *game*, visto que, além de apenas 1 dentre 15 alunos não acertar a questão sobre *habitus* na avaliação; os alunos, mesmo com o passar de 3 meses da realização da dinâmica, ainda se recordam do conceito, dos detalhes da mesma e dos alunos que chegaram aos pontos máximos. Nesta experiência foi possível notar portanto, como a inserção dos alunos no processo de construção do conhecimento facilita o processo de aprendizagem, já que ao participar ativamente, os alunos aprendem não somente pelas teorias, mas também têm uma experiência empírica, dessa forma, cognitivo e emocional são afetados simultaneamente, o que auxilia no processo de assimilação de informações.

Por fim, não há a pretensão neste trabalho de elencar as melhores formas de ensinar, ou de excluir as aulas tradicionais, elas também integram o processo de ensino-aprendizagem e devem ser valoradas, foi buscado explicitar com o trabalho uma forma diferente de aulas, mais um recurso disponível para os professores, pois a variedade estimula os alunos a manterem-se engajados na obtenção de conhecimento durante as aulas, além de ser uma ferramenta para despertar o interesse dos aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BORGES, S. S., Reis, H. M., Durelli, V. H. S., Isotani, S. Gamificação Aplicada à Educação: Um Mapeamento Sistemático. In: Congresso Brasileiro de Informática na Educação, II, 2013, cidade, **Anais do XXIV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, Campinas-SP: Sociedade Brasileira de Computação, 2013.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1996.

FORTUNATO, I.; TEICHNER, O. T. Gamificação aplicada ao plano de aula: elementos para potencializar o ensino. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar - RECEI.** Mossoró, v. 3, n.9, 2017.

KAPP, K. M. **The Gamification of learning and instruction: Game-based methods and strategies for training and education.** Pfeiffer. Hoboken, NJ. 2012.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o Ensino Médio** - São Paulo. Saraiva, 2018.

SOBRE AS AUTORAS

Layla Cristina Rodrigues
Graduanda em licenciatura no curso de Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Participou como voluntária do projeto vinculado ao Grupo de Extensão no ano de 2018 com a temática educação, trabalho, gênero, direitos humanos e intolerância religiosa. Com trabalho orientado pela Profª Drª Stela Cristina de Godoi, com premiação como grupo de alunas voluntárias.
E-mail para contato: layla.rodrigues0406@gmail.com

Marialba Rita Maretti
Mestre em Multimeios do Instituto de Artes (Unicamp), na área de Antropologia Visual, com auxílio FAPESP (2010), especialista em Artes Visuais, Intermeios e Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp - 2009) e bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - 2006), Licenciatura em Filosofia (Centro Universitário Claretiano - 2016). Na área de pesquisa, possui experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Visual Fotográfica. Na área da educação, tem experiência em ministrar aulas nas áreas de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Artes, tanto para adultos do Ensino Superior quanto para crianças e jovens do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.
E-mail para contato: marialbamaretti@gmail.com

Maynara de Oliveira Ribeiro
Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC, Brasil. Atualmente é membro do grupo de pesquisa "Educação, Pobreza e Políticas de Inclusão" da mesma instituição, além de bolsista PIBIC/CNPq de iniciação científica, com o tema: Assistência estudantil ofertada por universidades sem fins lucrativos para alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni): reflexões sobre a distância entre ingressar e concluir o Ensino Superior.
E-mail para contato: maynararibeiro98@hotmail.com

ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA 'PACTO PELA VIDA' EM PERNAMBUCO, EM 2019

Public Policy Analysis 'Pact For Life' In Pernambuco, In 2019

FERREIRA, Leonardo Rodrigues
Universidade Federal de Pernanbuco - UFPE

SANTOS, Sandberg Marcel
Universidade Federal de Pernanbuco - UFPE

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise da politica de segurança pública implantada no estado de Pernambuco no ano de 2007, denominada 'Pacto pela Vida'. Trata-se de um acordo multi-institucional, em que cada organização tem sua função em beneficio da redução da criminalidade no estado. O artigo tem como objetivo analisar a eficiência dessa política pública estadual, tendo sido examinados os dados dos crimes de violência letal intencional em Pernambuco para o período de janeiro a setembro de 2019. A metodologia utilizada foi a avaliação de resultados de políticas públicas do Guia Prático de Análise *Ex Post* do Ministério de Planejamento do Brasil. Foi encontrada como resultado a melhora dos índices para o ano de 2019, tendo em vista o crescente aumento ocorrido a partir do ano de 2008. Outros desfechos que hão de se considerar são o dia de domingo, normalmente o mais violento no período analisado, e o mês de março, o mais violento e quando ocorreu o Carnaval. É importante considerar que vários aspectos, como economia, lazer, cultura, educação, saúde etc, agregados a outros fatores, como a presença forte do estado no combate à violência, podem determinar a redução da criminalidade.

Palavras-chave: criminalidade, violência, Pernambuco.

Abstract: This paper presents an analysis of the public security policy 'Pact for Life', implemented in the state of Pernambuco in 2007. It is a multi-institutional agreement, in which each organization has its role in favor of reducing crime in the state. The paper aims to analyze the efficiency of this public policy. We examined data on intentional lethal violence crimes in Pernambuco from January to September 2019. Adopted methodology was public policy result evaluation per Brazilian Planning Ministry's Practical Guide of Ex Post Analysis. We found there was improvement for 2019, given that this kind of crime has been increasing since 2008. Other relevant information is that Sunday was usually the most violent day for the analyzed period, and that March was the most violent month and when Carnaval took place. It is important to consider that several aspects, such as economy, leisure, culture, education, health etc, in conjunction with other factors, such as Pernambuco's strong action against violence, can cause crime reduction.

Keywords: crime, violence, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

De acordo com a publicação do Atlas da Violência (2019), no contexto da violência letal no Brasil para o ano de 2017, houve 65.602 homicídios, equivalente a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. A problemática se torna mais dramática quando se identifica que a violência letal tem como vítima principalmente a população jovem. Em uma melhor compreensão, 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio. Aliás, os homens e os jovens são as maiores vítimas da violência letal.

O Brasil apresenta altas taxas de criminalidade. Conforme as informações sobre mortalidade em consequência de violência letal, o país apresenta uma evolução dos homicídios por Unidade Federativa (UF) de residência da vítima. Verifica-se grande heterogeneidade nas taxas por 100 mil habitantes, que, em 2017, situaram-se no intervalo entre 10,3 (São Paulo) e 62,8 (Rio Grande do Norte). Em relação à variação das taxas entre 2016 e 2017, quinze UFs apresentaram redução nesse indicador, cinco estados sofreram aumento inferior a 10%, e se observou aumento do número de homicídios acima de 10% em outras sete unidades federativas. É importante frisar que houve crescimento de 4,2% na taxa de homicídios agregada no país (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Entre os anos de 2016 e 2017, continuou uma progressiva diminuição do número de homicídios em algumas Unidades da Federação, que já apresentavam redução em anos anteriores. No entanto, são importantes algumas observações a nível do nordeste brasileiro. O Ceará foi o estado com maior aumento na taxa de homicídios em 2017, e alcançou um recorde histórico nesse indicador. A unidade da federação de Sergipe, que vinha tendo grande ampliação na taxa de homicídios nos anos anteriores, obteve em 2017 uma baixa de 11,3%. Nesse mesmo ano, o Rio Grande do Norte foi um dos estados com a mais crescente taxa de homicídios (+17,7%). Já Pernambuco apresentou um acréscimo de 21% na taxa de homicídios, estabelecendo uma trajetória de ampliação da violência no estado, que acontece desde 2014, demonstrando o declínio de um dos mais exitosos programas de segurança pública do país, o

Pacto pela Vida (PPV), criado pela gestão do governador Eduardo Campos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

O Pacto pela Vida foi implantado em 2007, e, de acordo com Sapori (2011), foi instituído como política pública de segurança pela Secretaria de Defesa Social do Governo de Pernambuco. Iniciou com várias estratégias de prevenção ao crime, com objetivo de redução do número de homicídios. Foi responsável pela diminuição de quase 40% das taxas de homicídios no estado, entre janeiro de 2007 e junho de 2013 (Ratton, 2013). Em relação à avaliação da politica e os desdobramentos gerados, foram encontrados alguns poucos trabalhos sobre o assunto, que procuram avaliar os resultados auferidos do Pacto pela Vida sobre os níveis de violência do estado de Pernambuco, principalmente sobre sua taxa de homicídios. O objetivo deste artigo é avaliar a política pública instituída pelo programa 'Pacto pela Vida' e os impactos que ela teve sobre as taxas de homicídios do estado de Pernambuco para o ano de 2019 (SILVEIRA NETO et al., 2013).

O trabalho se justifica pela importância em se avaliar os impactos sociais e econômicos gerados pelo programa, pois se trata da implantação e manutenção de uma política, onde é aportado um alto erário público, que precisa ser constantemente avaliado e planejado no que diz respeito a seu custo e benefício para a população.

Além dessa introdução, o artigo foi organizado em mais quatro seções. Na próxima, é realizada uma sucinta descrição do programa Pacto pela Vida. Nas Seções 3 e 4, apresentam-se, respectivamente, a metodologia empírica utilizada nesta pesquisa e uma análise dos dados obtidos. Os resultados da avaliação são discutidos na Seção 5, e as considerações finais do trabalho são apresentadas na sexta e última seção.

A Política Pública 'Pacto pela Vida'

O Pacto pela Vida é uma política pública de segurança, edificada de maneira pactuada com a sociedade, em constante articulação com o poder judiciário, o ministério público, a assembleia legislativa, os municípios e a união federativa. O seu marco legal foi na construção do Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE 2007), do qual surgiram 138 projetos duradouros de

prevenção e controle da criminalidade, produzidos pelas câmaras técnicas, conectados em ações e executados por organizações do estado e da sociedade (RATTON et al., 2014).

O Pacto Pela Vida tem o propósito de prevenir e combater os homicídios, mas atua também contra um conjunto de crimes que provocam insegurança da população. Refere-se a uma política pública moldada no monitoramento constante de ações e resultados. O objetivo básico era diminuir em 12% ao ano as taxas de mortalidade violenta intencional em Pernambuco (RATTON et al., 2014). Foi introduzido em Pernambuco em maio de 2007, e tem os seguintes atributos (MACEDO, 2012; RATTON, 2012):

a) a existência de um Comitê Gestor, coordenado pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Planejamento, e composto pelos Secretários de Defesa Social, Administração Prisional (Ressocialização), Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Comandantes das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Superintendência de Polícia Científica, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, e dirigentes das unidades especializadas das Polícias, bem como coordenadores de programas de prevenção social da criminalidade. O conselho se reúne semanalmente em uma sala de situação, para acompanhar o andamento das taxas de homicídios nas 26 áreas integradas de Segurança do Estado;

b) Recompensa para todos os policiais nas áreas que alcançam diminuição das taxas de homicídios em valores iguais ou superiores à meta anual de 12%, definida pelo Pacto pela Vida;

c) Ramificação do estado em 26 áreas integradas de segurança para conduzir de maneira diferenciada as várias modalidades de homicídios nas distintas regiões de Pernambuco;

d) Formação de prioridades de investimento e atuação. Os focos são as áreas, dentro das áreas integradas, que apresentam altas taxas de homicídios;

e) Estabelecimento de plano policial para a prevenção ao crime, e procedimentos estruturados voltados para a redução do número de homicídios. Tais estratégias são monitoradas semanalmente em cada área integrada de segurança, com o objetivo de apreciar se têm produzido resultado na diminuição do número de crimes.

De acordo com Ratton (2012), a gerência de análise criminal e estatística, integrada à Secretaria de Defesa Social, foi potencializada, assumindo destaque na produção de informação de qualidade, com o objetivo de fomentar a ação da polícia e as técnicas de acompanhamento e gestão da política de segurança, e destinando também transparência ao processo. A sociedade pernambucana pode conferir os números inerentes à violência no estado pelos boletins trimestrais de conjuntura criminal. O momento de consolidação da política trouxe uma percepção de segurança para a coletividade, e seus resultados trouxeram um marco na política de segurança brasileira. O Pacto pela Vida seguiu um aprimoramento contínuo, sob a tutela da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e com participação importante da Secretaria de Defesa Social como uma das políticas mais exitosas de segurança do Brasil, nos dois mandatos do Governador Eduardo Campos (2007/2014) (MACEDO, 2012).

Conforme Ratton (2013), o fato da secretaria de planejamento dirigir a coordenação técnica do comitê gestor demonstra a ação estratégica do governo. O modelo de gestão do PPV apresenta uma dimensão de governança, como elemento de poder, liderança política e gestão. O comitê gestor se apresenta em cinco câmaras técnicas: 1) Defesa Social; 2) Administração Prisional; 3) Articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria; 4) Prevenção Social e 5) Enfrentamento ao *Crack*. A solidificação do Pacto pela Vida, associada à capacidade técnica dos gestores, é uma das principais causas para o sucesso dessa política.

Dentre as ações exitosas geradas pelo comitê gestor do PPV ao longo dos anos, pode-se citar: 1) Criação de uma carreira de gestor estadual e a realização de concursos para preencher essas vagas; 2) Elaboração de protocolos e procedimentos obrigatórios de ação integrada entre as polícias, e indicadores de resultados semanais, para cada uma das 26 áreas integradas; 3) Divisão do trabalho policial com a separação do estado em áreas integradas pela gestão da política pública; 4) A territorialização resultou em avanços na identificação dos homicídios, ocasionando a identificação das causas das mortes violentas, que não contêm o mesmo padrão no estado, diferindo entre as zonas integradas. Esse método provocou ação diferenciada das polícias de forma mais

inteligente e inovadora no confronto aos homicídios; 5) A consolidação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) foi fortalecido com recursos materiais e humanos, e obteve a criação de equipes, o que permitiu o aumento da capacidade de investigação de crimes no estado; 6) A constituição de gratificações e benefícios para os policiais que cumprirem a meta nas regiões de sua supervisão. Esse instrumento valoriza e incentiva o servidor público, possibilitando melhores condições na realização de sua atividade na segurança pública; 7) Articulação entre o sistema de justiça criminal, através de uma câmara técnica específica, permitindo articulação das polícias com o ministério público, a Defensoria e o poder Judiciário (RATTON, 2013).

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho se baseia na análise de políticas públicas, mais precisamente no guia prático de análise *ex post* da Casa Civil da Presidência da República (2018), modelo utilizado pelo ministério do planejamento, desenvolvimento e gestão do governo federal brasileiro.

De acordo com esse guia, a avaliação de uma política pública é acompanhada, obrigatoriamente, por supervisão e análise, ou seja, apreciações qualificadas que gerem resultados confiáveis e proporcionem o aperfeiçoamento de políticas que justifiquem os aportes de recursos. Dessa forma, no âmbito das políticas públicas, essas análises desenvolvem papel necessário no alcance dos objetivos e prioridades do governo. A avaliação *ex post*, proposta por essa metodologia, representa um instrumento indispensável para direcionar a tomada de decisão durante – ou após – a execução de uma política pública. Nesse contexto, desempenha o relevante propósito de apresentar evidências sobre o desempenho da política, apontando se os recursos públicos estão sendo utilizados em concordância com os parâmetros legais (BRASIL, 2018).

O método utilizado para avaliar a política pública do Pacto pela Vida do governo do estado de Pernambuco para o ano de 2019 (janeiro a setembro) será o item 8 (Avaliação de Resultados da Política Pública) do guia prático de análise *ex post*. Esse componente se propõe a avaliar os indicadores de resultados e impactos esperados com a política. Os mecanismos quantitativos e qualitativos investigam o progresso das medidas disponíveis para avaliação da política,

estabelecendo meios de coleta de informações com o público envolvido na execução da política pública. O alcance das metas da política pode ser discutido em uma avaliação dos resultados apresentados pelo levantamento dos elementos que o favorecem ou o desfavorecem. O nível de aprovação dos usuários e formas de melhorar os resultados da política podem ser obtidos por entrevistas com amostras de beneficiários ou com grupos focais (BRASIL, 2018).

A seguir, será detalhado o passo-a-passo para avaliar os resultados da política. Primeiramente, identificam-se os principais resultados esperados da política, que devem ser medidos e avaliados. A próxima etapa é o planejamento da avaliação de resultados, em que são caracterizadas as questões que serão respondidas. É importante formalizar uma pesquisa das informações dispostas sobre os impactos que se quer mensurar, objetivando direcionar o meio de coleta dos dados e de escolha do método de avaliação (BRASIL, 2018).

Determinada a metodologia de avaliação, é fundamental realizar a coleta de informações, e analisá-las de maneira quantitativa ou qualitativa. O mais indicado é utilizar os dois métodos, pois o primeiro demonstra habilidade de sintetização e generalização das informações, enquanto o outro gera uma análise da política contextualizada. Por fim, segue um roteiro das etapas da avaliação de resultados:

1) Identificação dos resultados esperados da política;
2) Planejamento da avaliação de resultados;
3) Definição do método para coleta de informações;
4) Aplicação da metodologia de avaliação;
5) Recomendações.

Na Figura 1, são apresentadas as principais diferenças entre as perspectivas quantitativas e qualitativas da avaliação de políticas públicas, em seus estágios de objetivos, uso e coleta de dados.

Figura 1

Estágio da avaliação	Quantitativo	Qualitativo
Amostra	Amostragem probabilística	Amostra por conveniência (selecionada subjetivamente, conforme o interesse da pesquisa)
Método	Análise estatística	Triangulação (uso simultâneo de percepção, validação e documentação)
Exemplos de perguntas associadas aos métodos de avaliação		
Implementação	Quantos indivíduos estão participando? Quais são as mudanças no desempenho dos indicadores do programa ao longo do tempo? Qual o valor total dos recursos gastos com a política?	Quais são os objetivos das diferentes partes interessadas? Quais são as expectativas e as metas dos participantes? Como os participantes estão experimentando a política pública? Como a política pública muda a maneira como os indivíduos se relacionam? Até que ponto a intervenção é válida, cultural e contextualmente?
Realização	Há uma mudança nos indicadores de resultado? Existem diferenças observáveis e não observáveis entre aqueles que participaram e aqueles que não participaram da política pública? Quais são os determinantes da participação ou dos resultados da política?	Quais efeitos surtiram no grupo social beneficiário e como foram afetados? Quais pontos ressaltam a experiência do participante? Quais são as histórias pessoais dos participantes?

Fonte: (BRASIL, 2018).

Já a Figura 2 continua as principais diferenças entre as abordagens quantitativas e qualitativas, em seus estágios de amostra e método.

Figura 2

Diferenças entre as abordagens quantitativa e qualitativa

Estágio da avaliação	Quantitativo	Qualitativo
Objetivos	Obter conclusões generalizáveis	Entender processos, comportamentos e condições percebidos pelos grupos ou indivíduos estudados
Uso	Mensurar (*quem*, *o que*, *quando*, *como*, *quanto*, *quantos*, *com que frequência*)	Analisar (*como* e *por quê*)
Coleta dos dados	• Entrevistas padronizadas • Questionários pré-determinados • Pesquisas usando perguntas fechadas • Levantamento e análise de documentos escritos e bibliografia sobre o tema	• Entrevistas aprofundadas e abertas • Observação direta e verificação *in loco* • Levantamento e análise de documentos escritos e bibliografia sobre o tema

Fonte: (BRASIL, 2018).

É importante ressaltar que esse método específico de avaliação de políticas públicas, na modalidade “Avaliação de Resultados”, deve seguir a sequência lógica e hierárquica, para evitar erros ou problemas na avaliação, que poderiam ocasionar prejuízos na medição da política.

Análise dos Dados

Crimes Violentos Letais Intencionais no Estado de Pernambuco

A medida 'Crime Violento Letal Intencional' (CVLI) tem como propósito mensurar os homicídios, os latrocínios e as lesões corporais seguidas de mortes ocorridas no estado de Pernambuco. Da mesma forma, fazem parte da composição desse parâmetro os cadáveres e ossadas encontrados a qualquer tempo, além de óbitos resultantes de confrontos policiais (SEPLAG/PE, 2019).

Série Histórica de Crimes Violentos Letais Intencionais entre os Anos de 2016 e 2019

A Figura 3 apresenta o quantitativo, em números absolutos, dos Crimes Violentos Letais Intencionais que ocorreram mensalmente, em Pernambuco, desde o ano de 2016.

Figura 3

Anos	Meses												Total	Média/ dia
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
2016	354	308	395	354	319	333	346	363	381	449	406	472	**4.480**	**12,24**
2017	478	496	551	514	458	379	446	411	411	432	456	395	**5.427**	**14,87**
2018	452	416	369	355	356	336	341	287	319	334	300	307	**4.172**	**11,43**
2019	305	276	317	310	296	252	248	275	284	-	-	-	**2.563**	**9,39**

Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Sistema de Informações Policiais - INFOPOL / Secretaria de Defesa Social - SDS

Fonte: (SEPLAG/PE, 2019).

Conforme esses dados, pode-se observar que, no ano de 2017, houve um aumento correspondente a 947 homicídios, em relação ao ano de 2016, correspondendo, a um aumento de 2,63 mortes na média por dia.

Crimes Violentos Letais Intencionais, em 2019, por Mês e Dia da Semana

A Figura 4 mostra os CVLI para o ano de 2019 (de janeiro a setembro), estratificado pelo dia da semana. Foram quantificados 867 CVLI durante os dias de sábado e domingo, representando 34% das ocorrências realizadas.

Figura 4

Dia da Semana	Meses									
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total
Dom	47	37	64	38	51	53	32	45	67	**434**
Seg	44	33	43	61	39	34	34	27	39	**354**
Ter	49	46	37	47	33	20	39	34	36	**341**
Qua	50	39	33	32	49	32	35	29	33	**332**
Qui	38	34	35	40	38	24	30	36	29	**304**
Sex	39	40	45	39	44	37	37	45	39	**365**
Sáb	38	47	60	53	42	52	41	59	41	**433**
Total	**305**	**276**	**317**	**310**	**296**	**252**	**248**	**275**	**284**	**2.563**

Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Sistema de Informações Policiais - INFOPOL / Secretaria de Defesa Social - SDS

Fonte: (SEPLAG/PE, 2019).

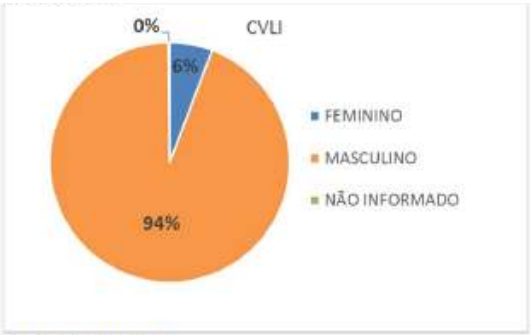
Dos informes apresentados na Figura 4, pode-se extrair também que o domingo foi o dia da semana em que houve mais homicídios para o ano de 2019. Outra observação pertinente é o auge de 64 mortes violentas nos domingos do mês de março.

Crimes violentos letais intencionais, em 2019, por sexo

Conforme a Figura 4, no perpassar do ano de 2019, os CVLI em desabono aos sexos feminino e masculino corresponderam, aproximadamente, a 6% e 94%, respectivamente, de um total de 2.563 vítimas. É relevante registrar que ainda prevalecem, em valores superiores a 90%, os homicídios (mortes violentas) de pessoas do sexo masculino em Pernambuco, mas houve uma redução no número de feminicídio (crime de ódio contra o gênero feminino), de 54 (em 2018) para 41 (em 2019), no mesmo período de janeiro a setembro.

Figura 5

SEXO	CVLI	CVLI (%)
Feminino	148	5,77%
Masculino	2.410	94,03%
Não Informado	5	0,20%
Total	**2.563**	**100,00%**



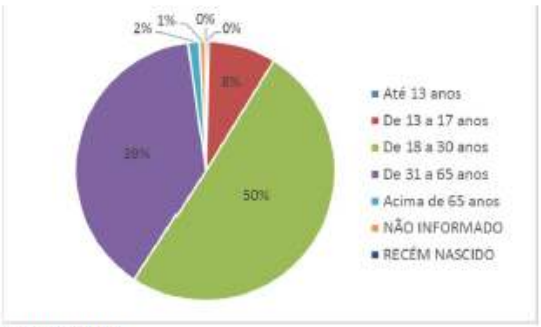
Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Gerência de Análise Criminal e Estatística - GACE / Secretaria de Defesa Social - SDS

Crimes Violentos Letais Intencionais, em 2019, por Faixa Etária

Em relação à faixa etária, a maior quantidade registrada de CVLI está entre 18 e 30 anos, quantificando 50% dos casos, conforme a Figura 6.

Figura 6

FAIXA ETÁRIA	QTD
Até 13 anos	10
De 13 a 17 anos	216
De 18 a 30 anos	1.291
De 31 a 65 anos	988
Acima de 65 anos	37
NÃO INFORMADO	19
RECÉM NASCIDO	2
Total	**2.563**



Período: Janeiro a Setembro 2019
Fonte: Gerência de Análise Criminal e Estatística - GACE / Secretaria de Defesa Social – SDS

A Figura 6 mostra ainda que aproximadamente 90% das mortes violentas ocorreram com indivíduos entre 18 e 65 anos. O restante apresenta um quantitativo muito menor, como no caso de crianças até os 13 anos.

Avaliação da Política Pública pela Avaliação de Resultados

Por fim, foi utilizado um roteiro das etapas da avaliação de resultados, para avaliar a política pública 'Pacto pela Vida' em Pernambuco. Os procedimentos, como citados na Seção 3 e explicitados no Quadro 1, foram: a) Identificação dos resultados esperados da política; b) Planejamento da avaliação de resultados; c) Definição do método para coleta de informações; d) Aplicação da metodologia de avaliação; e) Recomendações.

Quadro 1- Avaliação de Resultados: Pacto pela Vida – Pernambuco 2019

Identificação dos resultados esperados da política
A meta proposta pela política pública Pacto pela Vida é de 12% para a redução do número de crimes violentos no estado de Pernambuco. Houve, desde sua criação, principalmente nos primeiros anos, de 2003 até 2008, expressivos avanços. A partir de 2008 até 2018, o governo amargou vários fracassos com a política pública. Em 2019 (janeiro a setembro), houve uma ligeira melhora nos indicadores.
Planejamento da avaliação de resultados
Quando se avaliam os três eixos nos quais os *benchmarks* (processo de comparação) são definidos: - Tempo: Compara a mesma política ao longo do tempo. Quando se faz a comparação, é nítido que o planejamento para alcance das metas precisa ser revisto; - Espaço: Compara a mesma política em diferentes locais. Quando se comparam as políticas de segurança pública em outros estados, é evidente encontrar no Brasil políticas mais exitosas; - Unidade: Compara a política com outras semelhantes. Quando se confronta a política de segurança de Pernambuco com a de outras localidades, em condições equivalentes e com mais êxito, é importante rever os métodos para alcançar as metas.
Definição do método para coleta de informações
Técnicas para a coleta de informações. A informação fornecida pelo Pacto pela Vida se dá através de boletim de indicadores produzidos pela Secretaria de planejamento e gestão do governo do estado de Pernambuco. Porém, de acordo com a avaliação de resultados da política, essa técnica deve seguir um modelo com a seguinte estruturação na coleta de dados: O avaliador deve visitar o local, para entender as ocorrências dos eventos, ou seja, onde a política está em operação, bem como se as pessoas estão reagindo à política, se as ações das políticas estão surtindo efeitos positivos.
Aplicação da metodologia de avaliação
Depois da coleta dos dados, é necessário realizar a análise e a interpretação dos resultados, o que pode ser feito de maneira quantitativa ou qualitativa (Quadro 2).
Recomendações
As evidências são os dados, os fatos e os resultados dos indicadores relacionados às questões de avaliação, que embasam as conclusões sobre o possível sucesso da política e os determinantes desse sucesso.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2019).

Quadro 2- Avaliação de Resultados: Aplicação da Metodologia de Avaliação

Estágio da avaliação	Quantitativo	Qualitativo
Objetivos	Obter conclusões generalizáveis. No caso específico da política, faz-se necessário entender a dinâmica sobre a violência segmentada, pois a generalização de forma abrangente não se traduz em resultados.	Com o levantamento das informações detalhadas, é possível realizar uma sub-política (dentro da política) de prevenção.
Uso	Mensurar (quem, o que, quando, como, quanto, quantos, com que frequência). Essas informações referentes à política precisam ser avaliadas com regularidade, pois há uma constante mudança no cenário da segurança pública.	Analisar (como e por quê). É necessário analisar sobre como e por que fazer algo. Toda política deve ser avaliada e reavaliada com frequência.
Coleta de dados	Segundo o modelo, devem ser realizadas entrevistas padronizadas, questionários e pesquisas fechadas. Porém, é importante considerar a peculiaridade da área, pois crimes envolvem questões sociais, culturais e econômicas.	Entrevistas aprofundadas e abertas, observação direta e verificação *in loco*. Essas são as orientações do modelo, mas é preciso considerar outros aspectos para a coleta de dados, como acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade, em que a violência é recorrente.
Amostra	Amostragem probabilística. Nessa seleção de observações, é importante eleger os casos ou elementos mais representativos, para demonstrar melhor as evidências da pesquisa.	Amostra por conveniência. Deve estar diretamente associada à melhor representatividade do elemento da observação.
Método	Análise estatística é de suma importância para aferir as informações estratégicas na tomada de decisão pela gestão.	Utilizar a triangulação (uso simultâneo de percepção, validação e documentação) no processo de avaliação da política.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2019).

Verificando os Quadros 1 e 2, pode-se auferir várias informações sobre as análises dos informes, pois, quando se trata de segurança pública, deve-se considerar inúmeros indicadores, como a segmentação dos crimes em vários aspectos, a sociologia da violência e da criminalidade, a patologia do homicida, entre outras particularidades que detalham e evidenciam os motivos, razões ou causas da criminalidade no país. É importante destacar que cada lugar tem uma forma individual, ou seja, um modus operandi típico do lugar do crime. Esses detalhes ajudam a entender a problemática da violência.

Considerações Finais

É importante apresentar algumas constatações inferidas da análise de dados: a necessidade do constante investimento na área de segurança pública; a necessidade da integração entre a sociedade civil e o programa, pois, quando os atores não estão integrados ou sistematizados, comprometem a eficácia da política; o acompanhamento das áreas, pessoas e períodos vulneráveis. Para alcançar os resultados propostos, a política deve ter um constante investimento, para contínuas adaptações e nuances pertinentes à área, dado que crimes letais ocorrem de várias maneiras e pelas mais variadas razões, e sucessivas avaliações sobre as ações devem ser efetivadas.

A política pública deve ser revista e reavaliada periodicamente, pois o que pode ser percebido pela avaliação da política é que as ações dos atores governamentais em combate à violência têm apresentando, nos últimos anos, uma grande ineficiência. Isso se deve à ausência reativa da gestão em se adaptar às novas formas de criminalidade.

Por fim, deve-se considerar que ações de combate à violência devem ser planejadas e direcionadas pela conjuntura dos fatos. É de se esperar que, com a análise dos dados apresentados pela violência, o poder público utilize estratégias eficazes para conter a crescente violência, que ocorre por vários fatores, muitas vezes alheios às ações das políticas já estabelecidas.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em: dez. 2019

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Avaliação de Políticas Públicas: **Guia Prático de Análise Ex Ante**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018. Vol. 2

MACEDO, A. O. “Polícia, Quando quer, faz!” Análise da Estrutura de Governança do “Pacto Pela Vida” de Pernambuco. **Dissertação de Mestrado**, UNB, 2012.

RATTON, José Luiz. "**Políticas Locais de Prevenção da Violência**." A Segurança Cidadã em Debate (2012).

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco. Instituto Igarape, **Artigo Estratégico**, August, 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PERNAMBUCO – SEPLAG/PE. **Boletim de Indicadores**. 3ª edição 2019 (julho a setembro). Disponível em: < https://drive.expresso.pe.gov.br/s/OlHTejtb9iVMN60> Acesso em: 31 dez. 2019

SILVEIRA NETO, R. M., Ratton, J. L., Menezes, T. A., & MONTEIRO, C. (2013). Avaliação de política pública para redução da violência: o caso do programa Pacto pela Vida do estado de Pernambuco. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 41, 1-17.

SOBRE OS AUTORES:

Leonardo Rodrigues Ferreira
Doutorando em Ciência Política – UFPE e professor assistente na UFRPE/UAST.
E-mail para contato: lrferreira.adm@gmail.com

Sandberg Marcel Santos
Doutorando em Ciência Política – UFPE e servidor no IF-SERTÃO – Serra Talhada/PE.
E-mail para contato: sandbergms@gmail.com

SUSTENTABILIDADE PARA QUEM? O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS PARTICULARIDADES, CASO NOVA IORQUE[1]

Sustainability For Who? Sustainable development and its peculiarities, if New York

MELLO, Caroline Ferreira Leite
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

SILVA, Janini de Oliveira Dias
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Resumo: Este trabalho tem como objetivo levantar discussões acerca do tema "desenvolvimento sustentável" a partir da visão de diversos autores, além de apresentar um exemplo de planejamento sustentável da cidade de Nova Iorque e seus resultados. E ao expor estes dados, criar uma discussão envolvendo as definições sobre sustentabilidade e até onde ela é algo positivo para solução dos problemas causados pelo aquecimento global.

Palavras-Chave: Desenvolvimento urbano sustentável, planejamento urbano, Nova Iorque

Abstract: This paper aims to raise discussions about the theme "sustainable development" from the perspective of several authors, in addition to presenting an example of sustainable planning in New York City and its results. And when exposing these data, create a discussion involving the definitions of sustainability and the extent to which it is something positive for solving the problems caused by global warming**.**

Key-words: Sustainable urban development, urban planning, New York

INTRODUÇÃO

O termo "Desenvolvimento Sustentável" vem se tornando uma crescente pauta em debates mundiais desde a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, em 1992, onde foram discutidos diversos problemas causados pela emissão excessiva de gases poluentes, bem como novas formas de atender as necessidades do presente sem afetar tão profundamente o meio ambiente e as reservas naturais das gerações futuras.

[1] Artigo produzido para a disciplina "Teorias e conceitos do planejamento territorial e urbano" da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - FEC/UNICAMP

Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, foi desenvolvido um relatório que destaca questões sociais como o saneamento básico, habitação, serviços sociais e educação, além do planejamento do crescimento urbano e do uso e ocupação do solo. Outra importante pauta registrada neste relatório foi a de "equidade" como forma de participação de todas as sociedades nas tomadas de decisões democráticas para o desenvolvimento urbano mundial, além da descentralização de recursos naturais, financeiros e humanos. Apesar de ser um conceito ainda não definido, o relatório de Brundtland mostrou a importância de se criar novas formas de desenvolvimento econômico, sem o esgotamento dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente, visando o desenvolvimento econômico, social e a proteção ambiental.

Acselrad (1999), afirma que se a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável e consensual, a definição que prevalecer vai construir autoridade para que se discriminem, em seu nome, as boas práticas das ruins. Deste modo, é de grande importância à busca de alternativas sustentáveis que ofereçam qualidade de vida no contexto urbano, consolidando uma referência para o processo de planejamento das cidades.

Para Acselrad (1999), a sustentabilidade urbana é definida como a capacidade das políticas urbanas se adaptarem às necessidades sociais e de serviços, buscando o equilíbrio entre as demandas de serviços urbanos e investimentos em estrutura. No entanto, também é imprescindível para a sustentabilidade urbana o uso racional dos recursos naturais e a interação com o clima, além de responder às necessidades urbanas com o mínimo de interferência de dejetos e rejeitos para outros ecossistemas.

Segundo Barbosa (2008), a grande maioria dos países estão explorando a capacidade de seus recursos naturais ao limite. Dependendo do nível de industrialização de cada país os problemas se diferenciam. Nos países desenvolvidos a descentralização dos centros urbanos causou o aumento do uso de automóveis, a falta de mobilidade urbana e à poluição do ar. Já nos países em desenvolvimento os problemas ambientais e sociais são agravados pelo crescimento das cidades sem planejamento e sem as mínimas infraestruturas para tal.

No mundo todo, a pobreza é um dos maiores problemas enfrentados pelas sociedades, e normalmente a classe mais pobre da população é a que mais sofre com a falta dos direitos básicos, como o direito à água potável, à habitação, à alimentação, à saúde, à educação, e de políticas públicas. Desta forma, observa-se a necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável, diferente do sistema capitalista atual, que é baseado no lucro e privilegia uma pequena parte da sociedade.

Há o risco de que o discurso da sustentabilidade não produza alterações substantivas, podendo o mesmo, "ser reduzido por certas coletividades locais a um simples marketing destinado a valorizar suas vantagens territoriais, a aumentar sua atratividade e seu poder" (EMELIANOFF, 2003). É necessário que se busque modelos de desenvolvimento onde possam ser agregados aos valores ecológicos, outros como autonomia, solidariedade e responsabilidade.

Este trabalho irá discutir acerca o PlanNYC 2030: Plano de Desenvolvimento Sustentável da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Desenvolvido no ano de 2007, esse plano foi criado para tentar se preparar para o crescimento populacional previsto, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na cidade.

***PlanNYC* 2030**

Para se preparar para o crescimento populacional que tem a previsão de aumentar um milhão de habitantes na cidade até 2030, a Prefeitura de Nova Iorque resolveu agir e criou o PlaNYC 2030: um projeto, que busca principalmente melhorar a qualidade de vida dos moradores por meio de ações que tornem Nova Iorque uma cidade mais agradável para se viver. Este plano possui dez metas que devem ser atingidas até 2030, e todas contam com a participação da população da cidade.

No desenvolvimento do plano, foram identificados os três principais desafios que a cidade apresenta: o crescimento populacional e territorial, a existência de uma infraestrutura bastante envelhecida e a crescente precariedade das condições do meio ambiente. As metas que foram desenvolvidas neste plano foram:

- Mais habitações para os novos cidadãos

- Bairros mais acessíveis e sustentáveis
- Parques e espaços públicos com mais áreas verdes
- Limpeza de áreas urbanas contaminadas
- Limpeza e restauração dos canais e dos rios
- Garantir a qualidade e o abastecimento de água
- Reduzir o consumo de energia e tornar os sistemas mais limpos
- Alcançar uma melhor qualidade do ar
- Reduzir em 75% os resíduos sólidos em aterros
- Reduzir as emissões de gases poluentes e causadores de efeito estufa
- Expandir as ações de transporte sustentável e reduzir os congestionamentos

É esperado que estas ações auxiliem na criação de uma cidade mais agradável e que ofereça mais qualidade de vida aos seus moradores.

RESULTADOS

Em 2011, foi publicado um relatório de acompanhamento das metas do plano, contendo os seguintes resultados obtidos:

- Construção e revitalização de habitações;
- Foram criadas áreas verdes onde um quarto da população consegue acessar ao caminhar no máximo por 10 minutos;

Figura 1: Criação de novas áreas verdes



Fonte: PlaNYC: A Greener, Greater New York, 2011

- Plantação de 430 mil árvores, sendo a meta para 1 milhão de espécimes;
- Foram feitos estudos e levantamentos das áreas contaminadas que receberão revitalização e de áreas de preservação que serão recuperadas;
- Foram criados novas formas de transportes coletivos sustentáveis, com combustíveis renováveis e com controle da qualidade do ar;
- Foi construído mais de mil quilômetros de ciclovias na cidade;
- Criação e aprovação de leis que obrigam os edifícios já existentes a se adequarem em padrões de eficiência energética;
- Implantação do Blue Roof, que é um sistema de captação e armazenamento de águas pluviais, que ajuda a reduzir os alagamentos e incentiva a reutilização de água;

Figura 2: Blue Roof: Edifícios mais eficientes



Fonte: PlaNYC: A Greener, Greater New York, 2011

- Implementação de coleta de lixo reciclável e criação de usinas de reciclagem, onde 30% dos resíduos sólidos produzidos pela cidade estão sendo reciclados;
- E a redução de 13% da emissão de gases poluentes em relação ao ano de 2005.

Todos estes resultados foram publicados no relatório “A Greener, Greater New York” publicados em 2011, para mostrar os resultados prévios e o progresso das metas propostas no PlaNYC 2030, inicialmente implantado em 2007.

A Greener, greater New York City?

O crescimento populacional associado ao modo de consumo e produção de bens, indica que a sociedade vive uma crise ambiental e as cidades têm sido consideradas os principais focos dessa crise (SCHUSSEL, 2004). Nesse sentido, algumas cidades e até mesmo países vêm desenvolvendo planos de desenvolvimento com a preocupação ambiental em pauta. Nova Iorque foi uma dessas cidades que implantou um plano de metas para um desenvolvimento mais sustentável visando a qualidade de vida da população.

A partir do plano de metas de 2030 é possível fazer uma análise utilizando o embasamento teórico apresentado anteriormente. No caso do discurso da sustentabilidade, devemos analisar qual a intenção dessas ações em nível global. A que fins? É necessário também o questionamento do que se produz, para que e para quem?

A Gentrificação verde e o High Line

Várias são as iniciativas de recuperação dos espaços públicos que estão abandonados e subutilizados. E essas iniciativas são sempre positivas, porém precisam ser analisadas de uma forma mais ampla, entendendo o impacto que ela vai trazer para a região.

O *High Line* é um parque que fica localizado na Zona Oeste de Manhattan, no Meatpacking District. Ele foi construído no antigo trilho do trem que estava abandonado na região, se tratava de uma área que dava acesso direto a região portuária, mas acabou por se tornar subutilizada. Segundo o plano de metas o *High line* faz parte de um projeto de sustentabilidade urbana em larga escala, em que a ideia é a revitalização de espaços públicos subutilizados, como uma forma de renovação urbana. Muito se fala sobre o Highline como um caso de sucesso, mas é esquecido o fato de maior impacto que ele trouxe para a região: a gentrificação.

Os bairros ao redor que antes predominava uma classe média, com prédios de serviços, autopeças e açougues, passou a ser mais visado e resultando numa valorização imobiliária de 103% entre 2003 e 2011, ou seja a sua implantação provocou um processo de gentrificação de grandes proporções, mas como o discurso apresentado é de que houve uma “gentrificação verde” por ter sido através da implantação de um parque, é mascarado que muitas pessoas tiveram que mudar de lugar por não ter condições de manter os custos de vida com a supervalorização (GOULD, LEWIS, 2016).

Então se como parte de um planos de metas sustentáveis, a execução do Highline poderia ter sido melhor trabalhada para atender a população local, ou seja, a vizinhança que ali habitava, e não a nova vizinhança que ele atrai. Essas iniciativas de políticas verdes precisam ser associadas a políticas de habitação

justas. O High Line seria, portanto, um exemplo de gentrificação verde – o crescente fenômeno do aumento dos valores imobiliários na sequência de um projeto de sustentabilidade urbana em larga escala.

Figura 3 - High Line no período de utilização como linha ferroviária



Fonte: The High Line, 1934

Figura 4 - Vista aérea do High Line



Fonte: BAAN, 2011

Sustentabilidade para quem? E até onde ela vai?

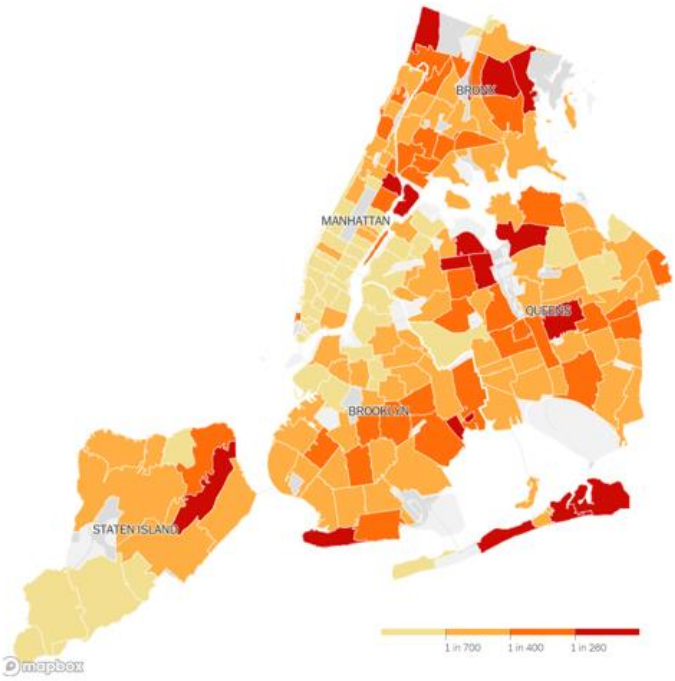
A segregação urbana também evidencia o cuidado que precisa ter com a aplicação do desenvolvimento urbano sustentável. Os bairros mais ricos possuem mais infraestrutura urbana o que promove uma maior facilidade em aplicar as diretrizes e recomendações para um desenvolvimento urbano sustentável, enquanto que os bairros mais pobres, na sua grande parte constituídos por minorias mais vulneráveis, são excluídos.

Nesse período de pandemia que vivemos, pode ser visto com maior compreensão as diferenças da presença de uma infraestrutura urbana de qualidade. A densidade foi apontada como um fator que ajuda na transmissão do vírus, pela facilidade do contágio. No entanto não é a densidade por si só que faz com que as cidades sejam suscetíveis a disseminação do vírus, mas sim o

tipo de densidade e o modo que impacta na rotina de trabalho e moradia. É dessa forma porque os bairros podem ser densos, mas ainda assim propor espaços para as pessoas conseguirem se isolar e ficaram em distanciamento. No entanto existe uma diferença enorme entre a densidade em locais ricos, onde as pessoas podem se abrigar em habitações confortáveis, trabalhar remotamente e ter acesso a serviços de entrega de alimentos e outras necessidades essenciais, e locais pobres em que a população é obrigada a ir para as ruas fazer as compras em serviços considerados essenciais, habitações sem qualidade e os caminhos estão sempre lotados.

Segundo os estudos, o vírus está mais grave na região periférica da cidade, longe do grande centro super denso que é a Ilha de Manhattan, é importante ter esse olhar para o impacto desigual que o vírus atinge esses bairros mais pobres e das minorias, pois a falta de infraestrutura é um dos maiores fatores para essa disseminação. No mapa abaixo é possível ver como a pandemia atingiu a cidade de Nova Iorque, principalmente nas áreas periféricas.

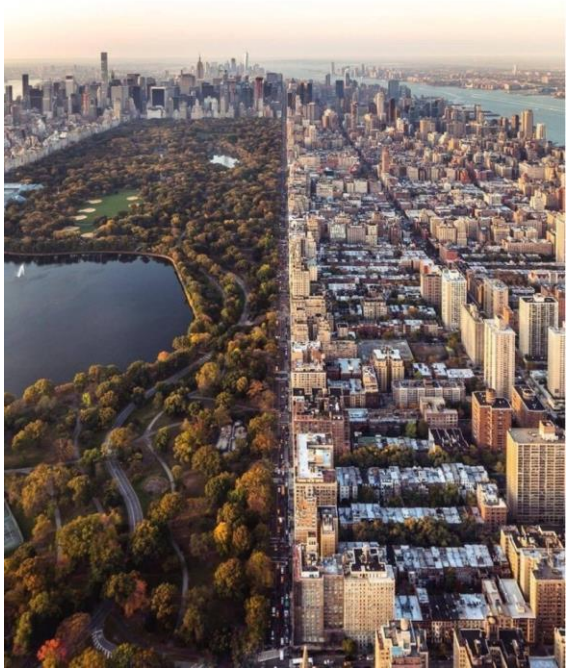
Figura 5 - Mapa com a distribuição de mortes confirmadas de covid-19 em Nova Iorque



Fonte: Departamento de saúde e higiene da cidade de Nova Iorque, 2020

Atualmente a região mais rica de Nova Iorque é o Upper East Side localizado em Manhattan, ao lado do Central Park, foi registrado 1 morte a cada 1.496 pessoas enquanto que no bairro mais pobre chamado Brownsville localizado no Brooklyn esse mesmo dado foi de 1 morte a cada 343 pessoas. Ao olharmos fisicamente podemos entender as diferentes infraestrutura presentes nos bairros:

Figura 6 - Upper east side e central park



Fonte: Alejo, 2019

Figura 7 - Brownsville



Fonte: Stapleton, 2019

Considerações finais

Nas décadas de 1960 e 1970 as temáticas socioambientais, incluindo o desenvolvimento sustentável, entram em evidência, ganhando centralidade em discussões acadêmicas. A partir disso diversas são as sugestões que parecem surgir do nada e com promessas de resolver de uma vez por todas os conflitos e contradições do termo "sustentabilidade". O discurso do desenvolvimento sustentável é apresentado como uma forma de suprir as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. No entanto, por si só o termo desenvolvimento é sinônimo de crescimento, então como é possível crescer e não utilizar recursos que deveriam ser guardados para as próximas gerações?

Numa sociedade capitalista, o desenvolvimento sustentável entra em xeque nas grandes potências capitalistas que acreditam que a superação da crise do capital, através de seus movimentos cíclicos, passa pelo reaquecimento da economia, o que demanda mais exploração dos recursos da natureza. O capitalismo beneficia uma pequena parcela da população mundial, ao passo que a grande maioria da população do planeta vive nas lacunas do sofrimento. Numa sociedade capitalista a sustentabilidade socioambiental não se sustenta nem teoricamente.

O conceito de "desenvolvimento urbano sustentável" pode ser considerado um discurso amplamente incorporado ao campo do planejamento urbano nas últimas duas décadas. Aceslrad (1999) mostra que um dos principais motivos para a incorporação desse discurso no planejamento urbano é a competitividade por investimentos e planejamentos estratégicos, que perpassa grande parte das discussões sobre gestão urbana.

Uma cidade que tenha sua imagem associada a um meio ambiente "saudável" dá um passo à frente na competição com outras regiões também dependentes da entrada de capitais externos, o que determina a utilização da retórica ambientalista, em especial do discurso do "desenvolvimento sustentável" como estratégia para obtenção de legitimidade (BEZERRA, 2005).

É importante reafirmar que não se pode retirar do "desenvolvimento sustentável" seus inegáveis méritos na construção de um debate, nos níveis

global e local, sobre o meio ambiente em relação à produção do espaço urbano. Mas, mais importante ainda do que esses reconhecimentos, é preciso entender o conceito de "desenvolvimento sustentável" como uma tentativa de minimizar a degradação ambiental gerada pelos processos produtivos, sem nenhuma pretensão de reformulá-los.

O fato crucial da sustentabilidade é que não é um micro fenômeno. Pode não ser alguma coisa como casa sustentável, escritório ou eletrodomésticos, pelas mesmas razões que a democracia de uma única pessoa ou a economia de uma única simples companhia não é. Sustentabilidade é um contexto, não um produto ou tecnologia, é um processo que está em movimento, é algo a ser construído e não um conceito acabado.

Devemos abordar também a contradição existente entre o termo desenvolvimento e o termo sustentável. Segundo Acselrad e Leroy (1999, p. 15), a crise do desenvolvimento é a crise de um modelo de integração homogeneizadora das sociedades periféricas ao capitalismo central. Hoje se sabe que os padrões de desenvolvimento norte-americano e europeu chegaram aos seus limites. Todavia, o discurso do desenvolvimento sustentável pouco questiona as raízes e essências destes padrões. Apenas apregoa-se subliminarmente que a produção dos bens de consumo continue sendo a principal atividade das sociedades, porém agora utilizando-se de menos recursos ambientais e com maior justiça social. Como um desenvolvimento que é sinônimo de crescimento pode ser sustentável?

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 1, 1999.

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4, 2008.

NEW YORK CITY. DEPARTMENT OF CITY PLANNING.PlaNYC: **A Greener, Greater New York**. Abril 2011. Disponível em: http://www.nyc.gov/html/planyc/downloads/pdf/publications/planyc_2011_planyc_full_report.pdf

GOULD, K. A. e LEWIS, T. L. Green Gentrification: Urban sustainability and the struggle for environmental justice. **Routledge**: 2016.

SOBRE A AUTORA

MELLO, Caroline Ferreira Leite
Arquiteta e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE e Doutoranda em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na UNICAMP

SILVA, Janini de Oliveira Dias
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário de Jaguariúna UNIFAJ e Mestranda em Mobilidade Urbana Sustentável na Universidade Estadual de Campinas UNICAMP

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE PROJETO DE VIDA PARA ADOLESCENTES EM CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Literature review about life project for adolescents in institutional shelters

COLOMBO, Jaqueline Maria
Centro Universitário Jaguariúna

SILVA, Camila Roberta da
Centro Universitário Jaguariúna

RENNÓ, Ana Silvia Sanseverino
Centro Universitário Jaguariúna

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo realizar revisão de literatura sobre projeto de vida (PV) para adolescentes em casas de acolhimento institucional. Dessa forma, buscou-se compreender os aspectos relacionados á subjetividade do grupo estudado, assim como, identificar os principais investimentos nos projetos de vida dos mesmos. Compreende-se, dessa forma, que o PV se faz importante para o desenvolvimento saudável do sujeito, podendo auxiliá-lo a ter atitudes mais positivas diante de eventos da vida. A partir deste estudo, foi possível observar que há um déficit de pesquisas e conteúdos teóricos abordando o tema, o que dificulta a compreensão sobre como esses adolescentes migram das casas de acolhimento e o que buscam para suas vidas.

Palavras-chave: Projeto de vida, acolhimento institucional e adolescentes.

Abstract: This research aimed to conduct a literature review about life's project (LP) for adolescents in institutional care homes. So, it's possible an understand the aspects related to the subjectivity of the group in study, as well as identify the main investments in their life projects. Understand, in this way, that LP becomes important for the healthy development, allowing you to have more positive attitudes towards life events. With this study, it was possible to observe that there is a deficit of research and theoretical contents that address the theme, or that makes it difficult to understand how these adolescents migrate from foster homes and seeking for their lives.

Key-words: Life project, institutional shelters and teenagers.

INTRODUÇÃO

Li (2011), define a adolescência como uma fase de transição entre a fase infantil e a fase adulta, sendo um processo biopsicossocial, no qual ocorrem mudanças no âmbito biológico (físico, mudanças no corpo), psicológico (mental, personalidade, mudanças de comportamento) e social (mudanças em seu meio social e familiar). A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069, de 1990, pode-se compreender que a adolescência ocorre entre os 12 e

18 anos de idade, no entanto, pesquisas recentes afirmam que a adolescência pode ser prolongada até os 25 anos de idade (STETKA, 2017).

O ECA é um conjunto de leis que asseguram os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes. De acordo com o Artigo Nº 4 do ECA:

> *É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.* (ECA, 1990).

Sendo assim, é dever de todos garantir a seguridade da criança e do adolescente, proporcionando uma vida íntegra, livre de negligência, violência, exploração, discriminação, crueldade e opressão, garantindo dessa forma que seus direitos fundamentais sejam preservados.

> *Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.* (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

A fase da adolescência dá início ao Período das Operações Formais, teorizada por Jean W. Piaget. Nas relações sociais do adolescente, ocorre inicialmente a fase da interiorização, aparentemente antissocial, ou seja, o individuo se isola e tende a pensar mais sobre conceitos que não pensava na infância, como justiça e liberdade. O indivíduo tende a elaborar melhor questões que envolvam a sociedade, pois o pensamento formal o permite maiores reflexões e pensamentos sobre o futuro (BOCK, 2009).

Faz-se importante ressaltar que adolescência é diferente de puberdade. Como já descrito, a adolescência é um fenômeno biopsicossocial, que envolve diversos aspectos e mudanças no contexto social e psicológico do indivíduo. Já a puberdade é derivada da palavra “puber” que quer dizer pelos e é um processo com início entre os 9 e 14 anos, caracterizado por mudanças físicas, sendo o “amadurecimento” do corpo (OUTEIRAL, 2003).

De acordo com Papalia e Olds (2000) a puberdade é o processo que leva a maturidade sexual, ou fertilidade, sendo assim, a capacidade de reprodução. Para Outeiral (2003), na adolescência ocorrem diversas perdas do corpo infantil, e consequentemente, há transformação do corpo e da personalidade do indivíduo. Com essas transformações há uma tendência maior ao grupo, no qual o sujeito irá procurar grupos parecidos consigo, para reforçar seus aspectos pessoais. Um exemplo é um adolescente que gosta de ouvir rock, se sentirá melhor em um grupo cujo os integrantes apreciam o mesmo estilo de música. Apesar das relações serem mais antissociais, o grupo é necessário para reafirmação das preferências e do sentimento de pertencimento (ERIKSON, 1972).

O acolhimento institucional como medida protetiva

De acordo com Santos (2013) nem sempre a família é a opção ideal para a convivência ou mesmo a sobrevivência das crianças e adolescentes. Algumas famílias não podem ou não querem cuidar dos seus filhos, o que resulta em encaminhamento para o Conselho Tutelar e posteriormente, após os trâmites necessários, pode resultar na ida dessa criança para a casa de acolhimento. Algumas pessoas, passam a infância e adolescência inteiras reclusos nessas instituições, tendo pouco ou nenhum contato com a família de origem.

É possível pensar nos adolescentes inclusos em Casas de Acolhimento Institucional, comumente conhecida como “abrigo” pelo senso comum, que é, segundo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) um espaço de proteção provisório, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar, por diversos motivos de risco social e pessoal ou por terem algum direito humano violado (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990), mas que nem sempre o acolhimento institucional foi baseado nas regras do ECA, do qual preconiza a desinstitucionalização e orientação para as famílias. Antes desse Estatuto, os “abrigos” viviam superlotados e havia pouco investimento para se preservar a família da criança ou adolescente, podendo ter separação de irmãos ao serem adotados por famílias diferentes. Hoje, o ECA evidencia a importância de se trabalhar com a família do sujeito vulnerável, a fim de obter melhora no vínculo e potencializar o cuidado (ECA, 1990).

Desse modo, há possibilidade de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar e este é geralmente visto como medida protetiva quando os direitos do sujeito em questão estejam ameaçados ou forem violados (art. 98, ECA). O acolhimento institucional é uma estratégica reconhecida e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir o direito de desenvolvimento da criança e do adolescente, livre de violações.

Segundo o item 2.5 do documento "Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes", do órgão Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o adolescente acolhido tem direito a viver num ambiente favorecedor de seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado. Apesar da teoria ser bem-sucedida, pouco se pensa e trabalha na preparação para a vida desse adolescente fora da casa de acolhimento após completarem 18 anos, tanto para o aspecto social quanto para o âmbito profissional, até mesmo, por não poder prever ou impor a necessidade de o sujeito sair da casa de acolhimento já pensar em uma profissão (CONANDA, 2008).

Entretanto, segundo o ECA, diferente do que o senso comum argumenta, o Tribunal de Justiça visa priorizar o convívio familiar, orientando a retirada da criança ou adolescente em última instância. Diversas tentativas são feitas para que a família se adapte, e como muitos não sabem, pobreza não é motivo para desintegrar a criança da família, pois o Estado procura oferecer a esse grupo, maneiras de proteger seus filhos.

A partir das contribuições de Rizzini (2007), é possível compreender que a promoção de ações efetivas de inserção social se constitui em um objetivo permanente para que a casa de acolhimento institucional consiga ser uma medida protetiva de caráter excepcional e transitório. Transitório, pois o acolhido irá deixá-lo ao completar 18 anos, e por ser indicado que este permaneça pelo menor tempo possível. Sendo assim, o que tem sido feito para prepará-lo para a vida fora da casa de acolhimento é essencial, pois mesmo que o adolescente continue frequentando a escola regular, pode não ser suficiente para a construção de seu futuro idealizado.

Projeto de vida

A adolescência é tradicionalmente conhecida pela Psicologia como uma fase marcada por crises e conflitos, no entanto, novos estudos apontam que ela é uma etapa da vida com grande potencial para o desenvolvimento positivo, pois é caracterizada pela instalação de novos hábitos de conduta e modelos de socialização, bem como pela oportunidade de aquisição de novas habilidades e recursos para lidar com as transições que lhe são próprias (GONZÁLEZ *et.al*, 2009). Portanto, os adolescentes engajados em criar o seu projeto de vida, podem desenvolver o seu potencial positivo, fazendo com que suas ações sejam voltadas para aquilo que eles almejam no futuro**.**

A forma como o adolescente pensa em grupo e seu contexto social influenciam na escolha de um projeto de vida (MACHADO, 2015). Neste contexto, ter projetos de vida pode trazer benefícios para os jovens, assim como pode os proteger de comportamentos autodestrutivos, como uso de drogas. Também é possível afirmar que após estabelecer um projeto de vida, o sujeito se motiva a ter uma atitude mais positiva diante da vida, com metas e projetos futuros (DAMON, 2009). Não há determinações sobre projetos de vida, não tendo um aspecto da vida que vale mais ou menos a pena investir, sendo que cada sujeito foca em algo que lhe é importante. Dessa forma, o objetivo deste artigo é identificar quais aspectos são mencionados para projeto de vida dos jovens em Casa de Acolhimento Institucional, em uma cidade do interior de São Paulo.

Diante do exposto, é necessário levantar o questionamento: quanto mais tempo se passa em uma Casa de Acolhimento Institucional, menos se investe em projeto de vida?

Neste sentido, a partir do conteúdo apresentado neste presente artigo, as autoras postulam que, a inserção de um projeto de vida (PV) para esse grupo pode auxiliá-los o a pensar com mais clareza em diversos âmbitos de suas vidas, a fim de obter projetos duradouros e realiza-los. Também se faz importante destacar que apesar da importância do estabelecimento de um PV, é difícil fazê-lo, principalmente com o grupo de adolescentes em instituições de acolhimento institucional, por estarem em segredo de justiça.

Este estudo se faz importante para a comunidade acadêmica, para profissionais que possuam interesse pelo assunto, por abordar questões de possíveis futuros profissionais, pais e pesquisadores que contribuirão para a sociedade. É importante traçar um projeto de vida com os adolescentes da casa de acolhimento para que possam buscar formas diferentes das que já conhecem, de contribuir consigo e com o ambiente em que vivem.

Portanto, pretendeu-se identificar a forma como as pesquisas realizadas e teorias publicadas estão retratando o projeto de vida para adolescentes em casa de acolhimento, assim como, compreender o quanto o projeto se vida se faz importante para este grupo, além de observar os investimentos mais comuns na promoção de PV nos diferentes aspectos da vida dos adolescentes.

Metodologia

Realizou-se pesquisas bibliográficas no mês de maio de 2018, sobre artigos publicados que retratassem adolescentes em casa de acolhimento institucional e projetos de vida para adolescentes para fundamentar a presente pesquisa. Utilizou-se os descritores “adolescência”, “casa de acolhimento institucional”, “adoção”, “projeto de vida”, “subjetividade”, “acolhimento institucional”, “projeto de vida e adolescentes”, “projeto de vida e adolescência”, “projeto de vida e casa de acolhimento institucional”, “projeto de vida e abrigo” e “projeto de vida e orfanato” nas bases de dados Scielo Brasil (http://www.scielo.br/); Pepsic – Periódicos Eletrônicos em Psicologia – (pepsic.bvsalud.org) e LILACS (lilacs.bvsalud.org)

Em critério de avaliação dos estudos encontrados, ao iniciar a pesquisa nas bases de dados, foi possível obter o resultado 9173 trabalhos. A partir disso, foram utilizados descritores como critério de eliminação, sendo esses “Brasil”, “português” e recorte temporal de 4 anos, resultando em 24 artigos para embasamento da presente pesquisa.

Resultados

Gráfico 01- seleção de artigos por descritores no buscador Scielo nacional

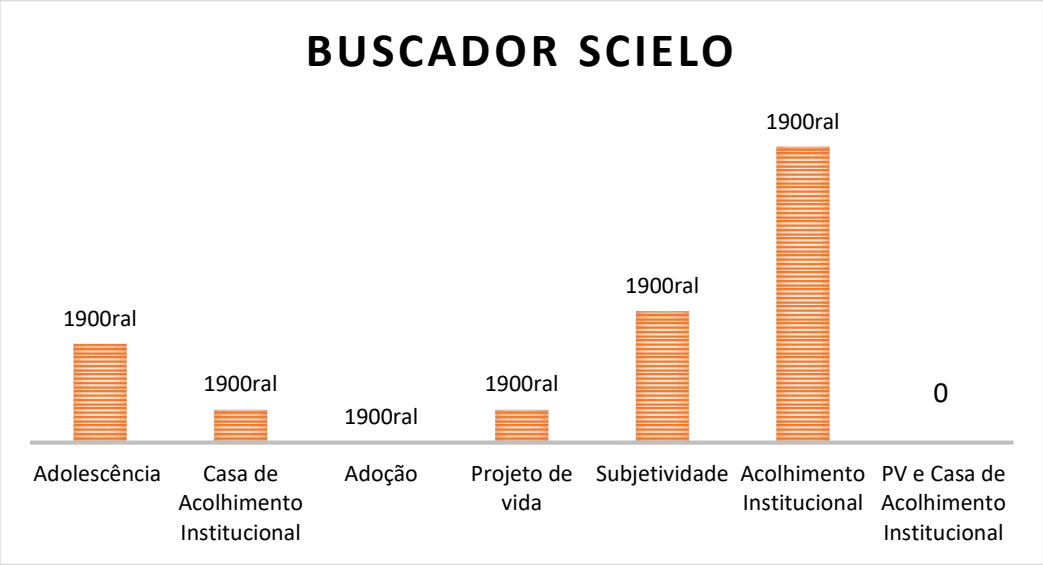


Gráfico 02- seleção de artigo por descritos no buscador Pepsic nacional

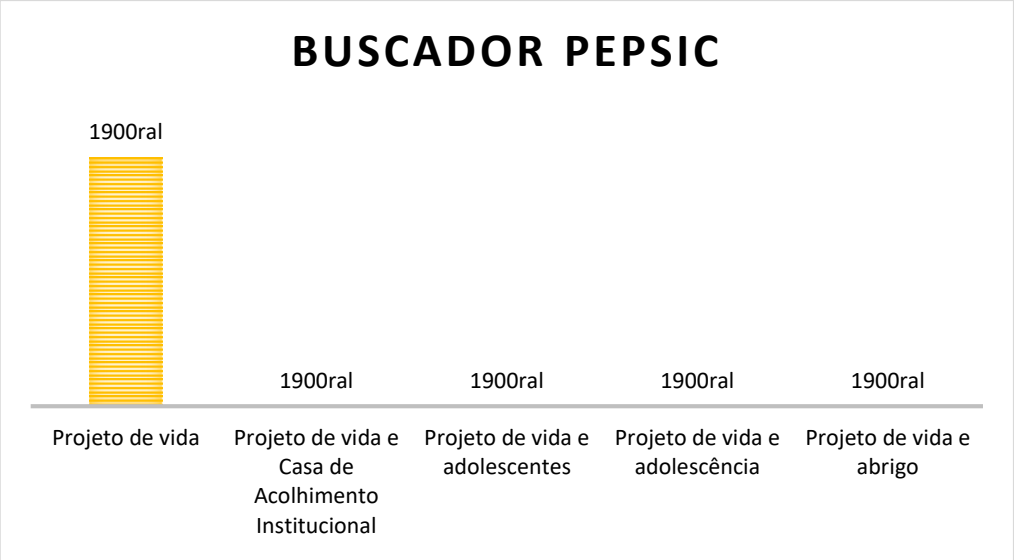
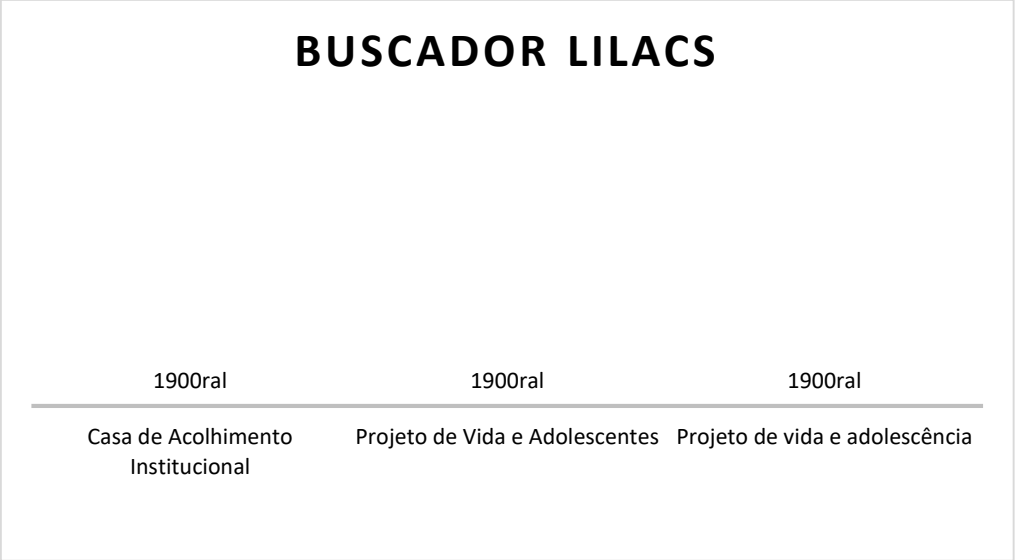


Gráfico 03- seleção de artigo por descritos no buscador Lilacs nacional



Se faz importante esclarecer que as palavras “abrigo” e “orfanato” estão em desuso, sendo correto referenciar por Casa de Acolhimento Institucional (PLANO NACIONAL, 2006). Entretanto, foi necessário a inserção de tais nomenclaturas para ampliar a gama de resultados, devido a escassez dos mesmos e segundo a relevante quantidade de estudos publicados em datas anteriores a nova terminologia.

Discussão dos dados levantados: Projetos de vida e suas variantes

Com a criação da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal n.8.069 de 1990), foi-se reafirmado a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, sendo sujeitos de direitos (GUEDES E SCARCELLI, 2014), dessa forma segundo Leônico (2009), a palavra “sujeito” de “sujeito de direitos”, traz o conceito de que a criança e o adolescente são autônomos, íntegros e favorecidos de vontade própria, sendo contrário ao ponto de vista de indivíduos passivos, subalternos e objetos de ações e decisões, e o termo “direito”, ressalta a existência de ações que devem ser realizadas por direitos sociais, para além da caridade ou piedade com os mesmos.

O Artigo 4º do ECA, garante a proteção integral da criança e do adolescente por meio da família, da sociedade e do poder público, sendo assim, em casos em que ocorra a ruptura de vínculos familiares, o Estado é responsável pela proteção da criança e dos adolescentes, sendo excepcional e provisório o acolhimento institucional (LEMOS, GECHELE e ANDRADE, 2013). Contudo, se faz necessário reavaliar a cada seis meses o acolhimento institucional das crianças e adolescentes, de modo que não se prolongue por mais de dois anos, visto que pela Lei 12.010 de 2009 em seu artigo 1º, deve-se garantir a convivência familiar de crianças e adolescentes - salvo os que forem comprovadas necessidades superiores de acordo com a autoridade judiciária. Diante do que foi exposto, é destacado que o acolhimento institucional deve ser de caráter estritamente temporário, com o intuito de diminuir o tempo de permanência dos menores em casas de acolhimento, e garantir a convivência familiar dos mesmos (LEMOS, GECHELE e ANDRADE, 2013).

Embora o acolhimento institucional seja uma medida de proteção para crianças e adolescentes, a institucionalização dos mesmos pode ser vista como um risco para o desenvolvimento, visto que mesmo ela sendo de aspecto temporário, é caracterizada por eles como um rompimento dos vínculos afetivos ou de violência (FERNANDES e MONTEIRO, 2017).

Fernandes *et al* (2015), alegaram em seus estudos que os adolescentes que vivem em casas de acolhimento institucional, apresentam situações de estresse em vários aspectos da vida, como na escola, em questões de ordem financeira ou jurídico-institucional, ou na família. Ademais, as instituições podem possuir alta rotatividade de funcionários, falta de atividades planejadas ou falta de apoio afetivo, contribuindo assim, de forma negativa para o desenvolvimento dos jovens que se desenvolvem nestas instituições (FERNANDES e MONTEIRO, 2017). De acordo com os autores, muitos são os fatores que podem ser estressores para os adolescentes que vivem em casas de acolhimento institucional, o que indica que são aspectos que podem interferir na pesquisa sobre a elaboração do projeto de vida com este público, salientando também que há um déficit de estudos que abordem este tema.

Para Rosa *et al*. (2012), a maior parte dos adolescentes podem se comportar de forma arriscada, utilizando drogas lícitas e ilícitas, e agindo fora da

lei, no entanto isso pode ou não se estender e ser um problema duradouro. Sendo assim, para Soares (2000), é importante se pensar na adolescência analisando o seu contexto social, familiar, cultural, entre outros, de forma que ela seja concebida como uma perspectiva contextual e de continuidade do curso da vida, ou seja, deve-se levar em conta todo o processo de desenvolvimento dos mesmos, as experiências na infância e as expectativas que possuem para o futuro.

Em sua pesquisa, Dagnoni (2014) teve como objetivo analisar a publicação "Vulnerabilidades e oportunidades adolescentes: perspectivas desenvolvimentais e construtivistas" realizada no 38º Encontro Anual da Sociedade Piagetiana (JPS) em 2008. Com essa análise, a autora constatou que os adolescentes são vistos como agentes ativos em seu próprio conhecimento e desenvolvimento, assim como, possuem características específicas e oportunidades únicas nesta fase, mas também estão envoltos de vulnerabilidades. Estas vulnerabilidades podem ocorrer devido coordenações não desenvolvidas de maneira coerente, como coordenação de ações, através da organização de relações a partir dos domínios neurológico, cognitivo, experiencial e social.

Considerar as mudanças estruturais dos adolescentes pode influenciar na qualidade do desenvolvimento de uma implicação educativa e terapêutica. Por exemplo, na adolescência ocorrem mudanças na massa cinzenta, associadas ao aumento da efetividade, eficiência e do controle das funções cerebrais e isso de certa forma, altera a maneira do sujeito em lidar com determinados eventos, assim como, influencia diretamente na forma como constrói seu projeto de vida (DAGNONI, 2014).

Acerca deste conteúdo, em seu trabalho, Berni (2014) constatou que as representações sociais da adolescência foram reconstruídas, entretanto, algumas delas se mantêm cristalizadas. Pode-se observar que uma das representações cristalizadas em adolescentes é a rebeldia, porém a ideia que sai em defesa dessa afirmação é que ao trabalhar com adolescentes, se faz importante que as representações sociais sejam deixadas em inércia, para que o sujeito seja considerado autor de uma história, de uma família e de projetos de

vida, de forma mais complexa do que lhe é atribuído inicialmente a partir dessas representações sociais.

Para elucidar esse estudo, também é importante pensar na imagem social frente às crianças e adolescentes institucionalizados, ressaltando que a construção de um projeto de vida está relacionada ao âmbito social dos mesmos. De acordo com Portella (2012), especialmente os adolescentes institucionalizados são alvos de preconceito, e de acessos precários a direitos, provocando a sua invisibilidade perante a sociedade. E segundo Major e O´Brien (2005), os estereótipos negativos atribuídos a esses adolescentes podem afetar o ajustamento psicológico e o bem estar dos mesmos, associados à depressão, estresse, medo, baixa autoestima, entre outros. Arpini (2003) ressalta "que os adolescentes institucionalizados ainda são marcados por um forte estigma social e, via de regra, são julgados como se, necessariamente, carregassem problemas em suas "bagagens"."

Projeto de vida para adolescentes institucionalizados

Um projeto de vida pode ser caracterizado como a transformação do real, como uma escolha no aqui e agora para surtir efeito no futuro. Por isso, nos estudos de Marcelino, Catao & Lima (2009) os adolescentes focaram em projetos relacionados à família, educação e trabalho, sendo essa ideia vista como positiva e um meio de organização para o futuro. Ter projetos de vida também é visto como a possibilidade de estar incluso e ser atuante na sociedade, sendo assim, é de grande valia que adolescentes acolhidos institucionalmente possam desenvolver projetos de vida, focando nestes aspectos independente se sua história de vida está relacionada a traumas ou desafetos, necessitando, de forma excepcional, que essas questões sejam trabalhadas por profissionais qualificados e com acompanhamento psicológico.

À vista disso, os adolescentes são objetos de construção de projetos de vida em contextos escolares e estes contextos se diferenciam para cada sujeito. Desse modo, vale considerar que a qualidade – ou não - do ensino pode influenciar no rumo tomado pelo projeto de vida.

É importante se pensar também na questão da construção da identidade de jovens em casas de acolhimento institucional, para que dessa forma, possam

elaborar seus projetos de vida. Segundo Poker (2017), ao se ter uma identidade, “o sujeito passa representá-la na realidade social e na articulação entre o diferente e o igual, por meio de várias personagens, em um jogo interativo de ocultação e revelação”. Ciampa (2011, pág 162) salienta que “são múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam”, ressaltando, dessa forma, as mudanças que ocorrem durante a vida.

Em constância com essa questão, é valido citar que o contexto em que o sujeito está inserido contribui para as escolhas que fará e para os projetos que irá traçar. Dessa forma, o processo de identificação e adoção de um projeto de vida não se dá por um efeito natural, mas sim através de planejamento, das relações e das convivências. Sendo assim, como a escola deve fazer parte da vida de todos e por ser recheada de conteúdos de instrução e de experiências, é coerente apontá-la como colaboradora para a formação de projetos de vida. Com isso, ampliar as possibilidades e as vivências do adolescente na escola podem contribuir para a identificação e construção de projetos de vida (KLEIN & ARANTES, 2016).

O projeto do sujeito não é algo individual na vida dos adolescentes, já que eles estão inseridos e são atuantes na sociedade, e é por esse motivo que a escola é grande influenciadora na construção de projetos de vida, por ser formadora de novos conceitos e vínculos afetivos. Entretanto, é na família que surge o sentido de pertencimento, transmitindo através de seus legados, ideais e potencialidades para desenvolver projetos de vida semelhantes ou distintos dos membros familiares (ALMEIDA & MAGALHÃES, 2011). Como adolescentes acolhidos institucionalmente tem pouco ou nenhum contato com a família de origem e como em diversas vezes, o vínculo familiar está esgarçado, pode caber aos cuidadores e demais profissionais do convívio dos sujeitos conceder auxílio na construção de seus projetos de vida.

Borges e Coutinho (2010) discutiram sobre a necessidade de se pensar no futuro profissional dos jovens, já que políticas púbicas trabalham com a inserção do jovem no mercado por um período limitado, o deixando desempregado após o termino do contrato. O trabalho na vida dos adolescentes participantes da pesquisa desses autores é uma oportunidade de ressignificação, pois demonstram o objetivo de obterem conquistas a partir do

trabalho. Desse modo, trabalho para adolescentes em casa de acolhimento é permitido, desde que esteja dentro do horário estabelecimento pela instituição.

Se faz importante citar que o trabalho possui grande relevância na construção subjetiva dos jovens, e os projetos de vida são agentes de mutabilidade, ou seja, podem ser alterados conforme a necessidade do momento em que se vive. De certa forma, há flutuações entre esperança e medo do que é novo, já que o mercado emprega diversos jovens, entretanto, é muito competitivo (MAIA & MANCEBO, 2010).

O estudo de Sales (2014) informou que entre os adolescentes entrevistados, aqueles que trabalhavam apresentaram uma postura mais madura e responsável em relação a aqueles que não estavam trabalhando, constatando que o fato de trabalhar pode fornecer uma formação mais integral, associando o estudo e o aprendizado com o trabalho. De fato, os adolescentes de classe média que se dedicam somente ao estudo, irão adquirir a maturidade do aprendizado com o trabalho posteriormente, mas os adolescentes desta mesma classe que trabalham, visam atingir as expectativas dos pais.

Sendo assim, é interessante pensar em crianças e adolescentes que estão longe do convívio familiar, as relações que são estabelecidas nesse contexto e que são fundamentais para o desenvolvimento psíquico e social destes (LEMOS; GECHELE e ANDRADE, 2013). Dessa forma, é necessário que a instituição de acolhimento ofereça às crianças e aos adolescentes suportes material e afetivo, de forma que os cuidadores proporcionem nesse ambiente um local fortalecedor e de construção de vínculos saudáveis (SILVA e NETO, 2012).

Segundo os estudos de Pereira & Stengel (2015) no cenário contemporâneo o sujeito precisa criar e colocar em prática planos cada vez mais rápido, para conseguir acompanhar as ágeis mudanças. Diante disso, os projetos de vida (PV) se transformam de acordo com o contexto, mas é sempre relevante que se considere as singularidades e a diversidade cultural para a elaboração de um PV, a fim de planejarem no presente as ações que devem ser realizadas e assim, alcançar o objetivo no futuro.

Os profissionais facilitadores do desenvolvimento de um projeto de vida

Entre todas essas questões já citadas em relação ao grupo em questão na presente pesquisa, é significativo dar voz aos profissionais que são responsáveis por seu cuidado. Dessa forma, Medeiros & Martins (2018) observaram em seus estudos a contradição por parte dos cuidadores ao ressaltarem a importância do cuidado maternal, mas depois alegarem a necessidade do profissionalismo nessa função. Os autores ressaltaram que há necessidade de os cuidadores se vincularem afetivamente à criança e ao adolescente e colaborarem para a construção de um ambiente familiar, mas nunca tentarem se apossar da criança e denigrir sua família de origem, quebrando, assim, o sigilo. Inclusive, advertiram que é preciso reflexão acerca do trabalho de cuidadores em casa de acolhimento já que esses assumem uma referência afetiva em relação às crianças, assim como, as acompanham constantemente.

À falta de colaboração com as informações supracitadas, Pinto & Pinto (2016) realizaram uma formação com técnicos da Santa Casa da Misericórdia, em Lisboa, Portugal e concluíram que para estes técnicos o projeto de vida pode ser construído ao longo da vida e que o contexto em que o sujeito está inserido pode facilitar ou dificultar o processo de construção. Os profissionais possuíam a expectativa de que esse curso contribuísse para aquisição de conhecimentos sobre o assunto, e que novas ferramentas fossem discutidas e implantadas a fim de auxiliar terceiros com seus projetos de vida (PV). Pode-se concluir com essas expectativas, que os profissionais poderiam sentir falta de ferramentas facilitadoras para auxiliar na construção de PV.

A subjetividade como diferencial no desenvolvimento de projetos de vida

Scarcelli (2011) afirma que pensar nas relações entre subjetividade e políticas públicas tem sido alvo de pesquisas, visto que se deve compreender os efeitos das políticas públicas na vida das pessoas, bem como se estabelecem as lacunas entre os âmbitos políticos-jurídicos e técnico-assistenciais. Sendo assim, deve-se abordar essas questões analisando a subjetividade, de acordo com o social, os processos históricos, políticos, econômicos e culturais de cada indivíduo (GUEDES e SCARCELLI, 2014).

Para Neubern (2014) a subjetividade leva o sujeito a criar diferentes signos para diferentes coisas e eventos, ou seja, uma mesma situação pode ser vista de diferentes formas por diferentes pessoas. Em paralelo com nosso estudo, é importante ressaltar que quando um adolescente viveu um evento traumático, ele pode elaborá-lo de uma forma diferente de outro adolescente, sendo possível relacionar ao abandono ou a situação de acolhimento institucional. A valer, é sempre importante olhar para o grupo em questão como um grupo que contém pessoas individualistas, que possuem histórias diferentes, desejos diferentes e projetos de vida diferentes.

À luz do que foi exposto pelas autoras citadas acima, deve-se ressaltar a importância de compreender a subjetividade de cada adolescente para se elaborar um projeto de vida, posto que muitos são os fatores que interferem ou que podem interferir nessa questão. Concomitantemente, é considerável pensar o quanto é importante a construção do projeto de vida para adolescentes em casa de acolhimento, visto que o desligamento dessas instituições apresenta uma grande mudança na vida destes adolescentes e o engajamento em um projeto de vida pode ser uma direção para o que buscam no futuro e com isso podem se engajar em ações que possibilitem as realizações de suas metas.

Considerações finais

Observamos, a partir da leitura e análise dos trabalhos já produzidos a respeito da temática, que pouco se aborda sobre, tendo grande déficit de pesquisas investidas no assunto. Alcançamos nosso objetivo ao analisar que as pesquisas tratam o projeto de vida para adolescentes em instituições de acolhimento institucional como algo importante que deve ser realizado, e concluindo que os aspectos mais investidos para desenvolvimento de projetos de vida são estudos, família e trabalho. Entretanto, nosso problema de pesquisa (Quanto mais tempo se passa em Casas de Acolhimento Institucional, menos se investe em projetos de vida?) não foi respondido devido aos poucos estudos relacionados.

Entendemos que se faz importante o investimento em projetos de vida para o grupo em questão na presente pesquisa, a fim de auxiliá-los a ter projeções sobre o que pode ser planejado no presente dentro das circunstâncias

em que estão inseridos, para que no futuro possam seguir o planejamento e colocar os projetos de vida em prática.

Entretanto, devido as variáveis que desenham a história de vida de adolescentes em casa de acolhimento institucional, sabe-se que há pouco investimento em projetos de vida, assim como, pode ocorrer grande rotatividade de profissionais -cuidadores, assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos- dificultando a possibilidade de investimento no foco de projetos para a vida.

Diante do exposto, em guisa de conclusão, a escola pode ser uma grande aliada desse grupo para que possam desenvolver projetos de acordo com o ambiente em que vivem e de acordo com as possibilidades que possuem. Para isso, é imprescindível que bons profissionais coloquem disposição e cautela para acessar esse grupo, procurando considerar cada integrante como seres atuantes de suas próprias histórias, com culturas e gostos diferentes, sem generalizar para um julgamento ou ideias cristalizadas, pois antes de serem adolescentes em uma instituição de acolhimento, são adolescentes comuns, que passam pelas mudanças proporcionadas pela puberdade e vivem a fase da adolescência como qualquer outro sujeito da mesma faixa etária.

Como, de fato, poucas informações colaboraram para esclarecimentos na temática abordada, será enriquecedor poder observar resultados de um projeto de vida aplicado com adolescentes em casa de acolhimento institucional, sendo possível identificar quais aspectos seriam investidos por ele. Ademais, pesquisas que compreendam a subjetividade do adolescente em instituições de acolhimento em conjunto com os seus planejamentos para o futuro também seriam enriquecedoras para a comunidade de psicologia e para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.E.G.G. MAGALHAES, A.S. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 205-214, dez. 2011.

ARPINI, D.M. Repensando **a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes**. *Psicologia: Ciência e Profissão, 23*(1), 70-75, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100010>. Acesso em 23 de julho de 2018

BERNI, Vanessa Limana; ROSO, Adriane. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 126-136, abril, 2014.

BORGES, R.C. P.; COUTINHO, M.C. Trajetórias juvenis: significando projetos de vida a partir do primeiro emprego. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 189-200, dez. 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988, Senado Federal, DF.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmera dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. – ECA. Brasília, DF.

BRASIL, Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção.** Presidência da República. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em 26 de julho 2018.

BOCK, A.M. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de Psicologia. 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação, 2009.

CIAMPA, A.C. (2011). **A estória do Severino e a História da Severina** (12ª ed.). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1987)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília: 2008. 1v.

DAGNONI, J.M. Considerações construtivistas sobre oportunidades e vulnerabilidades na adolescência. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 95, n. 241, p. 711-716, Dec. 2014.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. (J. Valpassos, Trans.) São Paulo: Summus, 2009.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, A.O. ; *et al*. **Estresse em adolescentes abrigados.** Adolescência & Saúde*, 12*(4), 65-75, 2015. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=536>. Acesso em 26 de julho de 2018.

FERNANDES, A.O.; MONTEIRO, N.R.O.; **Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional.** *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2017, vol.33, e3331. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100301&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 14 de julho de 2018.

GONZÁLEZ, J. J. Z, *et.al*. **El desarrollo de la identidad en la adolescencia y adultez emergente: Una comparación de la identidad global frente a la identidad en dominios específicos**. *Anales de Psicología, 25*(2), 316-329, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/167/16712958014.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2018.

GUEDES, C.F; SCARCELLI, I.R.. **Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão.** *Psicol. Soc.* [online]. 2014, vol.26, n.spe, pp.58-67. ISSN 1807-0310. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>. Acesso 10 de Julho de 2018.

KLEIN, A.M.; ARANTES, V.A.. Projetos de Vida de Jovens Estudantes do Ensino Médio e a Escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, Mar. 2016.

LEMOS, S.C.A.; GECHELLE, H.H.L. e ANDRADE, J. V.. **Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2013, vol.33, pág. 1-10. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100303&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 de julho 2018.

LEÔNCIO, W. A. H. **Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares.** Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LI, Y. **School Engajament.** Child Development and Behavior: Positive youth development: 131-161, 2011.

MACHADO, D. F. **Trajetórias de jovens em conflitos com a lei:** passado e presente. 2015.

MAIA, A.A.R.M.; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.

MAJOR, B.; O'BRIEN, L. T. **The social psychology of stigma**. Annual Review of Psychology, 56, 2005.

MARCELINO, M.Q.S.; CATAO, M.F.F.M LIMA, C.M.P. Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes no ensino médio. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 544-557, 2009.

MEDEIROS, B.C.D.D.; MARTINS, J.B.. O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 74-87, Mar. 2018.

NEUBERN, M.S. Subjetividade & complexidade na clínica psicológica: superando dicotomias. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 835-851, dez. 2014.

OUTEIRAL, J. **Adolescer**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2003.

PAPALIA, E. D; OLDS, W. S. **Desenvolvimento Humano.** 7 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

PEREIRA, H. C.; STENGEL, M.. Projetos de vida na Pós-Modernidade: possibilidades e limites aos jovens. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 582-598, set. 2015.

PINTO, J.C.; PINTO, H.R. Projetos de vida em situações de vulnerabilidade social: uma formação para técnicos. **Rev. bras. orientac. prof**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 163-174, dez. 2016.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.

POKER, T.C.D. **Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada.** Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 29, e171345, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100408&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 de julho de 2018.

PORTELLA, E. M. B. **Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional** (dissertação de mestrado). Faculdade de Serviço Social, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

RIZZINI, I. (coord.); BAPTISTA, R.; NAIFF, L.; RIZZINI, I. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

ROSA, E.M.; et al. **O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional.** *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2012, vol.17, n.3, pp.361-368. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000300003&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 18 de julho de 2018.

SALES, M.S. O processo de constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 161-171, 2014.

SANTOS, AMA. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira. **Cress-MG,** 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/ACOLHIMENTO%20INSTITUCIONAL%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES%20MUDAN%C3%87AS%20NA%20HIST%C3%93RIA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em 27/11/2018.

SCARCELLI, I.R. **Entre o hospício e a cidade: dilemas no campo da saúde mental.** São Paulo: Zagodoni, 2011.

SILVA, M. R. C., e NETO, Z. G. S. **Perspectiva psicanalítica do vínculo afetivo: O cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia). Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho, Porto Velho, RO, Brasil, 2012.

SOARES, C. **De juventudes, transiciones y el fin de las certidumbres**. *Papeles de Población*, 6(26), 9-23, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252000000400002>. Acesso em 18 de julho de 2018.

STETKA, B. Adolescência prolongada: quando 25 é o novo 18. **Scientific American,** 2017. Disponível em:< https://www.scientificamerican.com/article/extended-adolescence-when-25-is-the-new-181/>. Acesso em 16 de abril de 2

SOBRE AS AUTORAS:

Jaqueline Maria Colombo - Curso de Graduação em Psicologia no Centro Universitário de Jaguariúna - jmcolombo@outlook.com.br

Camila Roberta da Silva - Curso de Graduação em Psicologia no Centro Universitário de Jaguariúna - camila.rsilva92@gmail.com

Profª Mª Ana Sílvia Sanseverino Rennó

Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1998), Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2018) e docente dos cursos de Psicologia, Educação Física e Medicina Veterinária do Centro Universitário de Jaguariúna.

ana.sanseverino@hotmail.com

OS EFEITOS PATOLOGIZANTES DAS MÍDIAS SOCIAIS
THE PATHOLOGIZING EFFECTS OF SOCIAL MEDIA

BARBOSA, Jonis Marcos
Centro Universitário de Jaguariúna

RENNÓ, Sanseverino Ana Silvia
Centro Universitário de Jaguariúna

Resumo: A crescente necessidade de contato virtual tem sido fonte de preocupações, principalmente pela dependência e isolamento social que alguns usuários apresentam. Esta revisão bibliográfica objetivou identificar as principais redes sociais e encontrar relação entre esses movimentos e possíveis patologias, bem como sofrimentos decorrentes de quadros disfuncionais. Justifica-se pela amplitude do contexto virtual, o caráter inovador da internet e principalmente no tocante aos aspectos psicológicos envolvidos. Como metodologia buscou-se as diferentes redes sociais, desde o surgimento a atualidade, apoiando-se no buscador *Scielo* para aquisição de embasamento teórico, numa ampla dialética entre patologia e mídias virtuais. A hipótese inicial, comprovada no percorrer científico, apresenta que as mídias ligadas à internet possuem campos específicos que podem trazer sofrimento e perdas aos indivíduos, num âmbito psicológico e com profundos efeitos patologizantes. Conclui-se ao final desta exploração a catalogação de 107 redes sociais até a atualidade, que não são por si só fonte de sofrimentos e patologias, mas que possuem campos bem específicos que podem ser concomitantes a comportamentos, intenções e propensões capazes de trazer sofrimento e perdas ao indivíduo. Temáticas como internet, adolescentes e redes sociais requerem atenção, assim sugere-se que novos estudos sejam realizados ampliando a compreensão destes campos.

Palavras-chave: internet; patologia; redes sociais.

Abstract: The growing need for virtual contact has been a source of concern, mainly due to the dependence and social isolation that some users present. This bibliographic review aimed to identify the main social networks and to find a relationship between these movements and possible pathologies, as well as sufferings due to dysfunctional conditions. It is justified by the amplitude of the virtual context, the innovative nature of the internet and especially with regard to the psychological aspects involved. As a methodology, the different social networks were searched, from the beginning to the present, based on the Scielo search engine to acquire a theoretical basis, in a wide dialectic between pathology and virtual media. The initial hypothesis, proven in the scientific course, shows that internet-connected media have specific fields that can bring suffering and loss to individuals, in a psychological context and with profound pathological effects. At the end of this exploration the cataloging of 107 social networks up to the present day, which are not by themselves source of suffering and pathologies, but which have very specific fields that can be concomitant with behaviors, intentions and propensions capable of causing suffering and losses to the individual. Themes such as the internet, adolescents and social networks require

attention, so it is suggested that further studies be carried out by broadening the understanding of these fields.

Key-words: internet; pathology; social networks.

INTRODUÇÃO

A internet pode ser considerada elo invisível de ligação da população mundial, se embrenhando desde grandes metrópoles aos recônditos mais esquecidos de nosso planeta. Assim, músicas, filmes, alimentos, notícias, hábitos e uma gama de produtos disseminam-se num fantástico movimento de interação, contudo, por este mesmo caminho também transitam padrões de comportamentos patologizantes, que acompanham as mudanças deste fenômeno de globalização da informação. Diante dessa problemática, o presente trabalho almeja buscar na literatura, uma relação entre a internet e o sofrimento humano, principalmente em seus aspectos psicológicos.

A partir de um movimento de pesquisa nasceu a internet, iniciando-se com os programas *Defense Advanced Research Projects Agency*, o *Advanced Research Projects Agency*, nos anos 60 e financiados pelo governo americano, em pleno período da guerra fria. Somente nos anos 80 tornou-se uma rede mundial, com conecções e trocas de informações e em 1991 com a fusão da internet e hipermídia surge a *world wide web* (www), englobando recursos de hipertextos com multimídia. No Brasil a chegada da internet deu-se pela criação da Rede Nacional de Pesquisa em 1989, disseminando o seu uso acadêmico em todo o país, divulgando e conscientizando os serviços disponíveis. Mas somente em 1995 foi realizada a abertura comercial, tendo a partir daí o seu progresso (CALAZANS; LIMA, 2013).

Neste universo da internet existe o campo específico das mídias sociais, que são tecnologias e práticas on-line usadas por empresas e pessoas para disseminar conteúdo, compartilhando e provocando ideias, opiniões, perspectivas e experiências. Há também as redes sociais, que são sites com o principal objetivo de trocas de informações e experiências, interações e troca social (MADEIRA; GALLUCCI, 2009).

A crescente necessidade de contato com a internet tem sido fonte de preocupação por parte dos pesquisadores principalmente pela dependência e

isolamento dos usuários (REAL; ALGAR, 2018; OLIVEIRA ET AL., 2017; GUILHERI ET AL., 2017; BORGES, 2017). A sedução pelo simbólico, bem como a crescente necessidade de imersão, promovem sensações de poder e segurança, sendo modos de interação subjetivos que colocam o sujeito numa posição de rendição, algo eficaz e altamente alienante. Assim a diminuição do convívio social, auto exclusão e a opção por uma vida virtual vão se instalando naturalmente, num novo e paralelo mundo (SA, 2012; REAL; ALGAR, 2018).

Evelyn Eisenstein, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria, numa audiência pública na câmara dos deputados, afirma que há preocupação em relação ao contexto do uso da internet por crianças e adolescentes, que estamos diante de uma sociedade patologizante, doentia, que tem lucrado com os traumas das crianças e adolescentes. Como consequência comum apresentam transtorno de sono, transtorno de atenção, problemas de higiene pessoal e uma série de outros sintomas, provocados principalmente pelo desenfreado uso da internet (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Em relação à Patologia, Tripicchio (2008) diz que é o estudo da doença, tendo como finalidade compreender a causa e aplicar o conhecimento ao tratamento dos pacientes. Explica que enquanto o médico age para tratar uma patologia específica, o psicoterapeuta tem em mente que uma psique fragilizada patologicamente pode afetar o homem como um todo, ou seja, de forma holística. Enquanto para Libermann (2010) patologias atuais se referem a um conjunto de distúrbios psíquicos com características psicodinâmicas semelhantes: sintomáticas, compreendem depressão, organizações psicossomáticas, uso de drogas, transtornos alimentares, personalidades fronteiriças e/ou narcisistas; metapsicológicos, envolve reforço às defesas narcisistas e a dificuldade em manter laços afetivos, acarretando insuficiência de representações, gerando angústia que pode levar à substituição da atividade simbólica por manifestações voltadas ao corpo ou ao ato; sociológicas, tendo que com o avanço científico e tecnológico os costumes mais flexíveis propiciaram uma vida longa e de qualidade, como contrapartida tem a possibilidade de negação do poder do outro, com a tecnologia acenando com a ilusão de satisfação imediata dos ideais narcisistas.

Esta iniciativa de pesquisa justifica-se pela amplitude da internet, com ramificações e assuntos tão atuais que requerem foco, constante questionamento e um fomento à discussão, visto a popularização dos aparatos tecnológicos, bem como o acesso aos meios de comunicação em continua expansão, atualização e renovação. O contato com os meios midiáticos estão cada vez mais precoces, da criança que ainda não caminha, mas mecanicamente manipula o aparelho, ao idoso que se entrega ao confortável e ilusório refúgio do mundo digital. Assim são tópicos enraizados no campo da psicologia, que demandam indagações, reflexões e uma busca quanto a seus efeitos como patologia.

Objetivou-se com este trabalho identificar as mídias sociais e redes sociais, encontrando correlação entre estes movimentos na rede mundial e os possíveis efeitos patologizantes que possam acarretar perdas e sofrimento aos indivíduos. Num caminhar metodológico e científico respondeu a questões como: Há efeitos patologizantes? A sociedade sofre de alguma forma com esse contato crescente com a internet e seus diferentes meios de disseminação? Há estudos relevantes sobre a temática e a relação patológica?

Como metodologia de pesquisa, buscou-se informações sobre as mídias e redes sociais existentes, do início deste movimento até a atualidade. Num segundo momento houve a coleta via base de dados *Scielo*, visto sua abrangência internacional, de artigos científicos para embasamento a esta temática, numa ampla dialética entre patologia e internet.

Este trabalho apresenta como hipótese de pesquisa que as mídias ligadas à internet possuem campos específicos que podem propiciar sofrimento e perdas aos indivíduos, num âmbito psicológico e com profundos efeitos patologizantes. Assim espera-se encontrar doenças, números e índices que propiciem mensurar a amplitude destas patologias.

METODOLOGIA

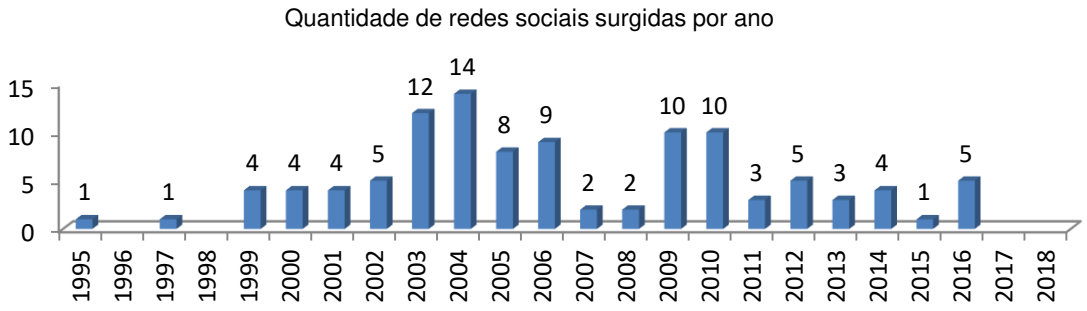
Conforme o planejamento metodológico buscou-se informações sobre as mídias e redes sociais existentes, de seu surgimento até a atualidade. Houve dificuldade de encontrar informações via buscadores e artigos científicos, que

em sua maioria tratam sobre tecnologia, efeitos, aplicação, mas não sobre quais são e onde estão estas redes sociais, sendo este um dos propósitos de parte deste estudo. Assim numa busca via *Google*, utilizando-se das palavras “redes sociais” encontrou-se material para início da criação do quadro 01. Foi necessário apoio e consulta a *Wikipédia*, visto a dificuldade de encontrar alguns sites e como complementação à lista de redes sociais. Catalogou-se os endereços eletrônicos para maior confiabilidade ao resultado final da investigação.

Desenvolvimento teórico

Baseada nos infográficos de Boyd e Ellison (2007) e Infobase Interativa (2016), com contribuição do levantamento de Beling (2018) e da Enciclopédia Livre *Wikipédia* (2018), apresenta-se pelo gráfico 01, sendo também delineado pelo quadro 01, trazendo uma progressão desde o surgimento deste movimento em 1995, seguindo até o ano de 2018, num total de 107 diferentes veículos de comunicação. Há divergências entre autores em relação à primeira rede social, que para Boyd e Ellison (2007) é o *Six Degress.com* e para Infobase Interativa (2016) a *Clasrmater*. Percebe-se nos anos de 2004 que surgem 14 redes sociais, em 2003 surgem 12 e 2009 e 2010 mais 10 redes, sendo destes 24 anos mapeados os períodos mais expressivos.

Gráfico 01 – Recorte temporal de 1995 a 2018 com o surgimento das redes sociais



O *Facebook* surgiu em 2004 ainda como um projeto local em *Harvard*, e de acordo com Beling (2018) é atualmente a maior rede social do planeta. *Whats app* surge em 2009, *Instagram* em 2010 e as que surgiram mais recentemente são *Periscope* em 2015, *Hello, Jack´d, Me We, Tik Tok e Vero* em 2016.

QUADRO 01 – EVOLUÇÃO DAS REDES SOCIAIS

Ano	Rede Social	Status	Site
1995	*Classmates*	Ativo	http://www.classmates.com/
1997	*Six degrees.com*	Ativo	http://sixdegrees.com/
1999	*Asin Aveue*	Ativo	www.asianave.com
	BlackPlanet	Ativo	http://www.blackplanet.com/
	Live Journal	Ativo	https://www.livejournal.com/
	Netlog	Inativo	www.netlog.com
2000	*Lunar Storm*	Inativo	web.archive.org/web/20100730002948/http://www1.lunarstorm.se/
	MiGente	Ativo	http://www.migente.com/
	Par perfeito	Ativo	http://www.parperfeito.com.br/cpx/pt-br/parperfeito/Index_460
	V2V	Ativo	http://www.v2v.net/
2001	*Cyworld*	Ativo	www.cyworld.com/cymain/?f=cymain
	Ryze	Ativo	https://www.ryze.com/
	Snapchat	Ativo	https://www.snapchat.com/l/pt-br/
	Wechat	Ativo	http://www.wechat.com/pt/
2002	*Colnect*	Ativo	https://colnect.com/br
	Fotolog	Ativo	https://fotolog.com/
	Friendster	Inativo	http://www.friendster.com/
	Skyblog (Skyrock)	Ativo	http://www.skyrock.com/blog/
	Skyscrapercity	Ativo	https://www.skyscrapercity.com/
2003	*Couchsurfing*	Ativo	https://www.couchsurfing.com/
	Gaia On Line	Ativo	https://www.gaiaonline.com/
	Hi5	Ativo	https://secure.hi5.com/
	Last.FM	Ativo	https://www.last.fm/pt/
	Linkedin	Ativo	https://www.linkedin.com
	Myheritage	Ativo	https://www.myheritage.com.br/
	MySpace	Ativo	https://myspace.com/
	Open BC Xing	Ativo	https://www.xing.com/
	Purevolume	Ativo	http://www.purevolume.com/
	Skype	Ativo	https://www.skype.com/pt-br/
	Tribe.net	Inativo	---------
	Wallop	Inativo	www.wallop.com
2004	*ASmallWord*	Ativo	https://www.asmallworld.com/
	Care2	Ativo	http://www.care2.com/
	Catster	Ativo	https://www.catster.com/
	Dodgeball	Inativo	http://www.dodgeball.com/
	Dogster	Ativo	https://www.dogster.com/
	Facebook (Harvard)	Inativo	---------
	Flickr	Ativo	https://www.flickr.com/
	Go Pets	Inativo	---------
	Hyves	Inativo	hyvesgames.nl/?utm_medium=301&utm_source=www.hyvesgames.nl
	Imeem	Inativo	https://www.imeem.com
	Mixi	Ativo	https://mixi.jp/
	Multiply	Inativo	https://www.multiply.com/
	Orkut	Inativo	http://www.orkut.com/index.html
	Piczo	Ativo	http://piczo.co/
2005	*Bebo*	Ativo	https://bebo.com/
	Facebook (high school networds)	Inativo	---------
	Ning	Ativo	https://www.ning.com/
	QZone	Ativo	https://qzone.qq.com/
	Reddit	Ativo	https://www.reddit.com/
	Xanga	Ativo	http://xanga.com/
	Yahoo!360	Inativo	//web.archive.org/web/20070108043620/http://360.yahoo.com/
	YouTube	Ativo	https://www.youtube.com/
2006	*Baddo*	Ativo	https://badoo.com/
	Facebook (corporate network)	Inativo	https://pt-br.facebook.com/
	Facebook (everyone)	Ativo	https://pt-br.facebook.com/

	MyChurch	Ativo	http://www.mychurch.org/
	Palco principal	Ativo	http://palcoprincipal.com/
	QQ	Ativo	https://im.qq.com/index.shtml
	Windows Live spaces	Inativo	https://onedrive.live.com/about/pt-br/
	Twitter	Ativo	https://twitter.com/
	VK	Ativo	https://vk.com/
2007	Sonico	Inativo	www.sonico.com
	Tumbrl	Ativo	https://www.tumblr.com/
2008	*Blip.fm*	Ativo	https://blip.fm/
	Waze	Ativo	www.waze.com
2009	*Filmow*	Ativo	https://filmow.com/
	Formspring	Ativo	https://www.twoo.com/
	Foursquare	Ativo	https://pt.foursquare.com/
	Grindr	Ativo	https://www.grindr.com/br/
	Quora	Ativo	https://pt.quora.com/
	Share The Music	Ativo	www.sharethemusic.com
	Sina Weibo	Ativo	https://www.weibo.com/overseas
	Skoob	Ativo	https://www.skoob.com.br/
	Whats app	Ativo	https://www.whatsapp.com/
	YuBliss	Inativo	www.yubliss.com
2010	*Ask.fm*	Ativo	https://ask.fm/
	Baidu Tieba	Ativo	https://tieba.baidu.com/
	Friendica	Ativo	https://friendi.ca/
	Instagram	Ativo	https://www.instagram.com/
	Kik Messenger	Ativo	https://www.kik.com/
	Mirtesnet	Ativo	http://mirtesnet.com.br/
	Odnoklassniki	Ativo	https://ok.ru/
	Pinterest	Ativo	https://br.pinterest.com/
	Scruff	Ativo	https://www.scruff.com/
	Viber	Ativo	https://www.viber.com/pt-pt/
2011	*Blaving*	Ativo	http://pt.blaving.com/
	Google +	Ativo	https://plus.google.com/
	LINE	Ativo	https://line.me/pt-BR/
2012	*Blendr*	Ativo	https://blendr.com/en/
	Blued	Ativo	https://www.blued.com/en/index.html
	Moovia	Ativo	https://site.moovia.com/
	Stayfilm	Ativo	https://www.stayfilm.com/
	Tinder	Ativo	https://tinder.com/
2013	*Her*	Ativo	https://weareher.com/
	Telegram	Ativo	https://telegram.org/
	Yik Yak	Inativo	http://yikyakapp.com/
2014	*Bumble*	Ativo	https://bumble.com/pt/
	Ello	Ativo	https://ello.co/
	Feeld	Ativo	https://feeld.co/
	Happn	Ativo	https://www.happn.com/pt/
2015	*Periscope*	Ativo	https://www.periscope.tv/
2016	*Hello*	Ativo	https://hello.com/pt/index.html
	Me We	Ativo	https://mewe.com/
	Jack`d	Ativo	https://jackdapp.com/
	Tik Tok	Ativo	https://www.tiktok.com/?re=m
	Vero	Ativo	https://www.vero.co/
107 redes sociais			

Fonte: Adaptado de Beling (2018), Boyd & Ellison (2007), Infobase Interativa (21016), Wikipédia (2018)

Buscando-se as 107 redes sociais citadas no quadro 01, localizou-se 88 ainda ativas, sendo que as 19 redes desativadas representam uma queda de aproximadamente 17,76% do total, sendo elas: *Netlog, Lunar Storm, Friendster, Tribe.net, Wallop, Dodgeball, Go Pets, Hyves, Imeem, Multiply, Orkut,*

Yahoo!360, Windows Live Space, Sonico, Yubliss e Yik Yak. E também *Facebook Harvard, Facebook high school networks, Facebook corporate networks,* mas estas últimas foram encerradas especificamente por motivo de evolução e atualizações dos conceitos de negócios e redes sociais do *Facebook*, mantendo-se no mercado por meio do *Facebook Everyone*, suas versões atualizadas. É consenso entre alguns pesquisadores Custódio (2017), Kinast (2018) e Beling (2018) que as 10 maiores mídias sociais da atualidade são: *Facebook, Youtube, Whats app, Instagram, Wechat, Tumbrl, QQ, Sina Weibo, Reddit, e Twitter*.

Num segundo movimento metodológico, buscou-se o embasamento teórico para continuidade deste trabalho. Durante o processo de investigação das mídias e redes sociais, principalmente dos movimentos e fenômenos verificados nestes veículos, elegeu-se 16 palavras-chave que expressam terminologias relacionadas ao objetivo de estudo desta pesquisa. Desse modo, efetuou-se uma busca na base de dados *Scielo*, conforme quadro 02, sendo encontrados 1.209 artigos relacionados direta e indiretamente à internet, mídias sociais e redes sociais, num universo de patologização, objetivando assim um embasamento que conduza aos propósitos desta pesquisa.

QUADRO 02 – ASSUNTOS BUSCADOS NA REDE DE DADOS *SCIELO*

		Busca	**Seleção de artigos pela leitura:**		
	Palavras-chave	**Scielo.Org**	**Títulos**	**Resumos**	**Integral**
01	Adolescentes / internet	149	37	05	03
02	Automutilação	25	04	01	01
03	*Cyberstalking*	04	03	01	01
04	Dependência da internet	74	06	04	01
05	*Grooming (*2015 a 2018)	20	04	03	02
06	*Hikikomori*	01	01	01	01
07	Internet (2018)	117	05	02	01
08	Isolamento social	327	13	04	01
09	Mídia / patologia	88	00	00	00
10	Modernidade líquida	23	03	02	01
11	Redes sociais / internet	106	19	04	01
12	Relações líquidas	01	01	00	00
13	*Sexting*	09	09	04	01
14	Síndrome do isolamento social	17	00	00	00
15	Suicídio (2016 a 2018)	230	21	02	01
16	Transtorno / internet	18	07	03	01
	Total	**1209**	**133**	**36**	**16**
					Artigos Selecionados

Em função do grande volume de artigos encontrados, algumas palavras-chave receberam recorte temporal, entre eles: *grooming*, com recorte nos anos de 2015 a 2018; internet com recorte no ano de 2018; suicídio, com recorte de 2016 a 2018. A palavra transtorno foi associada à palavra internet, direcionando-se o conteúdo da busca.

Pela leitura dos títulos dos 1.209 artigos encontrados na busca, eliminou-se 1.076 (88,99%), pois somente tangenciavam o assunto ou relacionavam-se com a internet num aspecto diverso ao objeto de estudo. Pela leitura dos resumos, eliminou-se 97 (8,02%) dos artigos. Após a retirada de 06 (0,49%) trabalhos repetidos e numa ação aprofundada pela leitura integral das pesquisas eliminou-se 14 (1,16%), assim conclui-se esta busca com 16 (1,32%) itens selecionados e lidos, que trazem a partir deste ponto o embasamento teórico, o auxílio à reflexão e conclusão deste trabalho.

Discussão

O decorrer deste trabalho apresenta-se de forma a permitir uma contextualização geral da internet, partindo-se para os efeitos sociais e comportamentais, somente então apresentando os efeitos relacionados ao seu uso patológico, citando-se: dependência, autolesão, suicídio, desmaio, *cyberbullying*, *cyberstalkers*, *hikikomori*, *grooming* e *sexting*.

Nesta última década percebeu-se uma transformação tecnológica que modificou o acesso à informação via internet, por meio da Web 2.0, uma plataforma que proporcionou um salto qualitativo, permitindo que o usuário deixasse de ser espectador de notícias, tornando-se um produtor. Pelo uso de ferramentas que integram a rede global, softwares sociais, mídias sociais e redes sociais, a Web 2.0 permitiu a criação, compartilhamento e alteração de praticamente todo tipo de conteúdo de uma forma dinâmica e muito ágil, promovendo assim interação, diálogo e colaboração mútua (MARQUES; VIDIGAL, 2018).

Este fenômeno de adesão e envolvimento com a internet e principalmente com as redes sociais, apresenta números significativos, tanto em âmbito mundial como em relação ao Brasil. Com base na medição do Country

Meters (2018), site dedicado à mensuração da população mundial, em 04 de julho de 2018, às 21h55, havia 7.623.474.921 (7,6 bilhões) de habitantes. De acordo com Beling (2018), em junho de 2018 o *Facebook* tornou-se a maior rede social, atingindo 2.234.000.000 (2,2 bilhões) de usuários em âmbito mundial. Assim calcula-se que aproximadamente 29,31% da população mundial, ou seja, mais de um quarto dos habitantes do planeta tem acesso ao *Facebook*. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), no Brasil há 207 milhões de habitantes e de acordo com o Portal de notícias G1 (2017) o *Facebook* em 2016 possuía 102 milhões de usuários. Assim cruzando os números tem-se que aproximadamente 49,27%, ou seja, quase a metade da população Brasileira tem acesso ao *Facebook*. Estes números apresentam um campo que está ainda em pleno crescimento, visto a constante mudança tecnológica apresentada no atual momento de vida de nossa sociedade.

As relações sociais foram tema de investigação por meio de revisão bibliográfica, expressando que com a modernidade as instituições tornaram-se "fluidas" e que alianças, parcerias e compromissos foram reduzidos, restando somente a lógica do lucro. A sociedade tornou-se organizada, eliminando a noção de continuidade e permanência, dando assim lugar a instabilidade e ao momentâneo. Nesta "hipermodernidade" há uma presença marcante do efêmero, culminando numa sensação de insegurança e também que a instabilidade da modernidade líquida levou à instabilidade de nossas relações (ZANETTI; GOMES, 2011).

Aceleração e ilimitação contemporânea foi o assunto tratado por Haroche (2015) em revisão bibliográfica. Trata sobre o papel da repetição contínua, que atenua e enfraquece os sentimentos, os efeitos produzidos pelas impressões e as sensações contínuas desviam o tempo do pensamento, da reflexão, obstruindo o exercício da consciência. As tecnologias contemporâneas pela onipresença de imagens sobre telas são um obstáculo à construção do sentido e da inteligibilidade, chegando ao cume de impedi-los de compreender o que fazem e o mundo em que vivem. A sociedade ao se subtrair da representação e da percepção, torna-se cada vez mais obscura, e assim a aceleração nos mergulha numa continuidade, que provoca formas instáveis de fragmentação e divisão psíquica limitada ao eu, tornando-nos imprecisos, indefinidos, descomprometidos e narcísicos.

No trabalho de Palmero; Rodriguez e Torres (2016), relacionado à dependência da internet, que objetivou analisar como 874 adolescentes utilizavam a internet e o telefone celular. Como instrumentos fez-se uso do questionário e o *Test of Mobile-phone Dependence* –TMD, apresentando que a internet é utilizada por 100% destes adolescentes, em média há mais de 04 anos, em período de 03 a 05 horas diário, tendo as mulheres maiores índices em comparação aos homens. A ideia de abster-se do telefone celular gera inquietude e relatam dificuldade na diminuição do uso. Menos de 01% dos estudantes apresentaram grande problema de dependência, porém 39,59% apresentam problemas significativos.

O tempo dedicado ao uso da internet e seus efeitos foi objeto de estudos de Puentes e Parra (2014), com 96 adolescentes Colombianos de 11 a 15 anos, utilizando-se de questionários, inventários e escalas para coleta de dados. Assim adolescentes com alto uso de redes sociais, mais de 03 horas diárias, apresentaram elevados índices de forma geral e aspectos específicos como problema de atenção, ruptura de regras e conduta. Meninas expressam mais problemas somáticos e internalizantes, meninos maiores problemas externalizados. Conclui-se que a relação entre tempo de uso de internet e seu índice está diretamente relacionada à conduta agressiva, porém o estudo também encontrou aspectos positivos no uso das redes sociais, principalmente no quesito relacionado às qualidades positivas.

A relação entre dependência da internet (DI) e o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) foi estudado por Schmidek et al. (2018), por meio de revisão bibliográfica. Dos 12 artigos estudados 11 trouxeram relação entre DI e os sintomas de TDAH, mostrando associações e também que há várias comorbidades. O TDAH pode ser um preditor do DI, pois a recompensa imediata fornecida pela internet, principalmente em jogos pode reduzir a sensação de tédio. Complementa que adolescentes com TDAH dispendem mais tempo na internet e possuem escores mais elevados de DI.

Dependência de jogos eletrônicos foi objeto de estudo de revisão bibliográfica de Lemos e Santana (2012). Apresentam que há possibilidades de usuários depressivos utilizarem a tecnologia como forma de alívio aos sintomas, tendo maiores chances de dependência. Expõe que a maioria das pesquisas

estão vinculadas ao jogo patológico e não a dependência de jogos eletrônicos ou online, em que o evento ainda é estudado pelo prisma do espectro do transtorno do controle do impulso. Mas que jogos eletrônicos e internet em excesso apresentam semelhanças com características de dependência química, que há similaridade de estímulos nas áreas do cérebro que respondem aos jogos eletrônicos e de pacientes dependentes de substâncias químicas. Apresentam a estreita relação entre jogos eletrônicos, dependência e o desenvolvimento de comportamentos violentos. Finalizam citando que a padronização de diagnóstico ainda está em processo de plena construção.

Em estudo visando caracterizar aspectos gerais do uso de internet e jogos eletrônicos, utilizando-se de questionário e amostra de 60 adolescentes entre 14 e 18 anos, do Projeto Quixote, concluíram que metade dos entrevistados usam a internet diariamente, em média 07 horas. Sendo que 33,3% só paralisam o uso quando interrompido, 28% afirmam conversar com desconhecidos e 94,7% declaram a internet como viciante. Com tempo médio de jogo em torno de 05 horas, 42,1% admitem estarem viciados ou conhecem alguém que não consegue parar, 29,8% informam que jogos os deixem mais violentos (OLIVEIRA ET AL., 2017).

O comportamento autolesivo deliberado foi objeto de estudo de Silva e Botti (2017), pela revisão integrativa de literatura. Conceitua-se como predominante na adolescência, deliberado, com intensão de prejudicar-se, sendo fator de risco com e sem intensões suicidas. Apresenta que 13,2% dos adolescentes relatam automutilação na história de vida, sendo que meninas expressam pelo comportamento auto prejudicial à incapacidade de adaptação e equilíbrio psicológico, sendo o auto corte um método terapêutico para alivio de tensão. Como precedentes expõem a falta de amigos íntimos, sentimento de não ser apreciado, insatisfação com a própria vida e solidão. Verifica-se que as meninas podem entrar num círculo vicioso, um sistema de feedback dinâmico tanto para o surgimento quanto para estabilização de padrões patológicos. Complementa-se que um em cada cinco adolescentes apresentaram pensamentos autolesivos e um em cada dez executou pelo menos um ato automutilador no decorrer de seis meses.

A comunicação sobre suicídio nas redes sociais foi estudada por Pereira e Botti (2017) em revisão bibliográfica. Dizem que os fóruns de suporte na internet possibilitam discussões relacionadas ao suicídio, citam que os grupos de autoajuda, suporte e discussão facilitam principalmente em função do anonimato e ainda que apresenta a internet como estratégia de prevenção ao suicídio. Por outro lado propõe maior controle, principalmente na proteção da criança em relação à pornografia e promoção suicida. Neste sentido relatam que as comunicações eletrônicas aumentaram o risco de contágio suicida, pelo fato de diversos adolescentes se suicidarem após contato com conteúdo explícito. Há sites, fóruns e grupos dedicados a detalhar, descrever e orientar sobre métodos, instrumentos e informações pró-suicidas e ainda que há sites que colocam o suicídio como boa moral e até dever do indivíduo.

Sobre a brincadeira do desmaio ou jogo de asfixia Guilheri; Andronikof e Yazigi (2017) numa revisão bibliográfica reportam tratar-se de comportamentos de risco auto-infligidos, individual ou coletivo, de caráter competitivo, mas sem intenção de morrer. Ocorre pelo uso de técnicas de apneia, estrangulação ou compressão, objetivando vivência de sensações eufóricas, fugazes, alucinógenas, desmaio, adesão ao risco, busca de sensações intensas e perda de consciência, bem como fuga psicológica ou existencial. Comportamentos observados de crianças a jovens adultos, sendo práticas perigosas, violentas, potencialmente fatais, que podem acarretar perda neuronal, lesões cerebrais irreversíveis, sequelas de déficit sensório-motor, lentidão cognitiva, enxaquecas, dores de ouvido, amnésia, transtornos motores ou de visão e mesmo convulsões.

O *cyberbullying* que é uma ação similar ao *bullying*, porem realizado por meio do uso de veículos tecnológicos, foi analisado no trabalho de Buelga e Pons (2012). Utilizou-se amostra de 1.390 adolescentes de ambos os sexos, de 12 a 17 anos, aplicando a escala de *cyberagressão.* Verificou-se que 31,4% (436) praticaram o *cyberbullying* no último ano, tendo mais agressores do sexo masculino, que também se destacam nos aspectos de intensidade, frequência e duração. São ações como denegrir, hostilizar, excluir socialmente, perseguir, molestar, difundir imagens e mentiras, violar a intimidade, invadir contas privadas, entre outras.

Cyberstalkers é o objeto de estudo de Pereira e Matos (2015) por meio de revisão bibliográfica. Define-se como uma ação que difere do *cyberbullying* por possuir propriedades distintas, explica que o termo designa intrusão, assédio persistente e perseguição, perpetrado através de tecnologias de informação e comunicação. Em referência ao *US Departmanet of Justice* (1999), define *cyberstalking* como o uso da internet, correio eletrônico ou outro dispositivo de comunicação objetivando perseguir outra pessoa. Jovens de 10 aos 18 anos apresentaram o *cyberstalking* como terceiro maior risco online relatado e como uma forma agravada de *cyberassédio*, que também pode ser considerado crime.

Hikikomori foi o objeto do estudo de Real e Algar (2018), por meio de revisão bibliográfica, onde apresenta tratar-se de um transtorno caracterizado por comportamento antissocial e evitativo conduzindo ao abandono da sociedade. Podem ser conceituados como "*freeter*", "*otaku*" ou "*hikikomori*", aqueles indivíduos que se confinam em casa, dando maior valor ao um mundo virtual que as relações reais. Este transtorno afeta jovens e adolescentes que se exilam do mundo por tempo indefinido, fincando anos enclausurados na casa de seus pais, com suas vidas girando em torno do uso da internet.

Grooming online é objeto de estudo por meio de aplicação de questionários a 151 adolescentes de 11 a 16 anos, objetivando explorar a dimensão do fenômeno. Explica ser o *grooming online* uma etapa de preparação ao abuso sexual, preliminatórias envolvendo a conquista de confiança, utilizando-se dos meios de comunicação online. São estratégias utilizadas por pedófilos, num processo de sedução de suas vítimas, como processo de manipulação e aliciamento online, partindo-se do contato ao encontro e culminando no abuso sexual, ou na produção de vídeos ou fotos de cunho sexual. Assim verificou-se que 20,55% dos participantes, com idade igual ou superior a 14 anos, já foram alvo pelo menos uma vez do *grooming online.* São majoritários os ofensores do sexo masculino e o segundo comportamento mais experienciado por estes adolescentes foi o convite a um encontro na vida real (BRANCA; GRANCEIA E CRUZ, 2016).

Ainda em relação ao *grooming*, Santisteban e Gamez-Guadix (2017) entrevistaram 12 homens condenados e presos por este crime, sendo suas vítimas 17 adolescentes menores de 16 anos. Os contatos com as vítimas foram

por redes sociais, chats e *e-mails* aproveitando-se da amplitude dos meios de comunicação, adaptando-se aos interesses, linguajar, modo de pensar e visão de mundo dos adolescentes. Temáticas como conflitos familiares, carências afetivas e materiais, maus-tratos, negligências, problemas psicológicos e afetivos eram minuciosamente estudados e estrategicamente utilizados no *grooming* num processo de aliciamento e sedução, culminando na obtenção de fotos, vídeos e encontros para o abuso sexual.

A prática de *sexting* é abordada por Ruido et al. (2018), num estudo com aplicação de questionário envolvendo 89 adolescentes com idades entre 14 a 18 anos. Conceitua-se o *sexting* como sendo o recebimento, envio e reenvio de fotografias, vídeos e textos, de si mesmo ou de outros, num contexto erótico sexual. Como resultado da pesquisa apresentam que a palavra *sexting* é desconhecida dos adolescentes, mas aproximadamente 20% declara estar envolvido neste tipo de atividade, principalmente na exibição do corpo. Admitem ser frequentes as condutas de *sexting* entre adolescentes, amigos e conhecidos, também receber conteúdo erótico de conhecidos e desconhecidos. Relatam casos de vítimas do *sexting* envolvendo divulgação não permitida que terminaram em chantagem, ameaças, *bullying* e *cyberbullying*.

Considerações finais

Durante o mergulho neste mundo virtual que é a internet e as redes sociais, descobriu-se alguns movimentos que se enquadram nos objetivos de estudo deste trabalho, apresentando potencial risco ao adolescente e podendo ser comórbido ao sofrimento. Tem-se o jogo da baleia azul, que segundo Borges (2017) é executado gradativamente em 50 desafios, que vão conduzindo desde o processo de automutilação até o desafio final, o suicídio. O bordado humano que é uma forma de autoflagelação popularizada na China por um personagem de gibi japonês, *Tokyo Ghoul*, sendo que essa autolesão pode causar infecção bacteriana ou viral e levar à septicemia - estado infeccioso generalizado (ALLEN, 2017). A roleta do sexo ou jogo da doca, em que garotas nuas sentam-se sobre garotos, forçando a penetração sem preservativo e após 30 segundos eles trocam de parceiros e assim segue o jogo, sendo o vitorioso aquele que não ejacular (CAL, 2017). Numa outra versão deste mesmo jogo, quando num

encontro coletivo, divulgado e agendado pela internet, têm-se relações sexuais com várias pessoas diferentes, sendo inicialmente informados que algum deles é portador do vírus HIV, mas não se sabe quem, por isso a prática também é conhecida como “roleta-russa do sexo” (DANTAS, 2015).

Atingiu-se os objetivos iniciais deste estudo que eram identificar e conhecer as redes sociais, sendo catalogadas 107 diferentes mídias espalhadas pelo mundo. Também em relação à patologia, sofrimento e possíveis perdas, identificando problemáticas antigas como o suicídio, autolesão e *bullying*, porém também novos aspectos como o *cyberstalkers*, *cyberbullying*, *grooming*, *hikikomori e sexting*.

Percebe-se que a internet por si só não é fonte de sofrimento e de patologia, mas como lançado em hipótese e confirmado em pesquisa, apresentam campos específicos sincrônicos a outros comportamentos como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), propensão ao vício ou mesmo como uma ferramenta a pedofilia, entre outros aspectos que podem ser patologizantes. Diferentes estudos remetem a problemas que podem ser acoplados e potencializados a internet e as redes sociais, desde um processo depressivo ao vício do jogo ou internet e até mesmo a intenção suicida. Também ações específicas como *cyberstalkers*, *cyberbullying*, *grooming*, *sexting, hikikomori* e a dependência, estão diretamente ligadas aos processos patologizantes.

Nos diferentes artigos analisados, buscou-se não aprofundar num único assunto, visto o caráter exploratório deste estudo, porém há campos para aprofundamentos, análises e pesquisas, principalmente no tocante ao conjunto adolescência e internet. Nesta pesquisa ficaram expressas duas potencialidades, a individualidade de cada ser, com suas escolhas, buscas, sofrimentos, medos e desafios e por outro lado, as infinitas possibilidades de pensar, agir e se comportar, sendo ambas ampliadas de maneira exponencial quando associadas ao uso da internet, entrando então numa rede global de possibilidades, conhecimentos e intenções. Não se objetivou analisar em profundidade questões comportamentais, mas sim trazer à tona perigos escondidos nas mídias sociais e refletir se há caminhos que possam ser fonte

de sofrimentos e perdas aqueles que trilham esta estrada de forma desavisada, inocente ou mau intencionada.

Conclui-se que temáticas como internet, adolescente e mídias sociais requerem atenção, estudos e acima de tudo empatia, necessitando de ferramentas que propiciem conhecimentos, prevenção e segurança. Tendo como foco que as tecnologias e o mundo virtual estão em constante metamorfose, sendo este universo líquido, cheio de novas informações e possibilidades, viabilizando que novos e conflituosos aspectos surjam a cada momento. Espera-se que futuros estudos envolvam os temas levantados nesta pesquisa, aprofundando-se no conhecimento, prevenção e principalmente em modos de apoio às crianças e adolescentes envolvidos neste universo com propensões tão patologizantes.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALLEN, K. Online concern over Chinese 'human embroidery' trend. **BBC News**, BBC Monitoring, 23 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/world-asia-china-40382127>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BELING, F. As 10 maiores redes sociais. **Oficina da Net.** 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BORGES, R. Sobre a “Baleia azul” e as tecnologias da morte. Carta Capital, 27 abr. 2017. **Seção Sociedade, Juventude**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/sobre-a-201cbaleia-azul201d-e-as-tecnologias-da-morte>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history and scholardhip. **Journal o Computer-Mediated Communication.** USA, v. 13, p. 210-230, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. Acesso em: 03 mai. 2018.

BRANCA, C. M. C.; GRANGEIA, H.; CRUZ, O. Grooming online em Portugal: Um estudo exploratório. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 34, n. 3, p. 249-263, set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v34n3/v34n3a04.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BUELGA, S.; PONS, J. Agresiones entre adolescentes a través del teléfono móvil y de Internet. **Psychosocial Intervention**, Madrid, v. 21, n. 1, p. 91-101, abr. 2012. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/inter/v21n1/08.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CAL, L. D. L. Alerta médica en madrid por el juego sexual del 'muelle'. **El Mundo**, Madri, 01 ago. 2017. Disponível em

<http://www.elmundo.es/madrid/2017/01/08/5870df0fe2704ea2588b458e.html>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CALAZANS, J. H. C.; LIMA, C. A. R. Sociabilidades virtuais: do nascimento da Internet à popularização dos sites de redes sociais online. **Encontro Nacional da História da mídia.** Ouro Preto. Jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiada-midia-digital/sociabilidades-virtuais-do-nascimento-da-internet-a-popularizacaodos-sites-de-redes-sociais-online>. Acesso em: 26 jul. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Especialistas pedem mudanças na legislação para aumentar proteção de crianças e adolescentes contra jogos na internet.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/especialistas-pedem-mudancas-na-legislacao-para-aumentar-protecao-de-criancas-e-adolescentes-contra-jogos-na-internet-3>. Acesso em: 02 dez. 2017.

COUNTRY METERS. **População mundial de 04 julho de 2018, às 21h55**. 2018. Disponível em: <http://countrymeters.info/pt>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CUSTÓDIO, M. Redes sociais mais usadas. **Resultados Digitais**, nov. 2017. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

DANTAS, C. 'Virei um caçador do vírus HIV', diz praticante de roleta-russa do sexo. **Folha de São Paulo**, 25 fev. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/02/1594341-virei-um-cacador-do-virus-hiv-diz-praticante-de-roleta-russa-do-sexo.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2018.

GUILHERI, J; ANDRONIKOF, A; YAZIGI, L. The “choking game”: a new craze among Brazilian children and young people. Psychophysiological, behavioral and epidemiological characteristics of ‘asphyxial games’. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 867-878, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n3/1413-8123-csc-22-03-0867.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

HAROCHE, C. O sujeito diante da aceleração e da ilimitação contemporânea. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 851-862, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n4/1517-9702-ep-1517-97022015041920.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas da população residente no brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017.** Brasil, 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

INFOBASE INTERATIVA. **Infográfico – A evolução das redes sociais e o Social Media.** IInterativa, Rio de Janeiro, 30 jun. 2016. Disponível em: <http://www.iinterativa.com.br/infografico-evolucao-das-redes-sociais-social-media/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

KINAST, P. Redes sociais mais usadas no mundo. **Optclean**, mar. 2018. Disponível em: <https://optclean.com.br/15-redes-sociais-mais-usadas-no-mundo/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

LEMOS, I. L.; SANTANA, S. de M. Dependência de jogos eletrônicos: a possibilidade de um novo diagnóstico psiquiátrico. **Revista de psiquiatria clínica**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 28-33, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v39n1/v39n1a06.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

LIBERMANN, Z. Patologias atuais ou psicanálise atual? **Revista brasileira de psicanálise**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 41-49, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v44n1/a07.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

MADEIRA, C. G.; GALLUCCI, L. Mídias Sociais, Redes Sociais e sua Importância para as Empresas no Início do Século XXI. In. XXXII Congresso Brasileiro de ciências da comunicação, 2009, Curitiba. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1163-1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MARQUES, L.; VIDIGAL, F. Prosumers e redes sociais como fontes de informação mercadológica: uma análise sob a perspectiva da inteligência competitiva em empresas Brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 1-14, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v30n1/2318-0889-tinf-30-1-0001.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

OLIVEIRA, M. P. M. T. de et al. Uso de Internet e de Jogos Eletrônicos entre Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social. **Trends Psychol**., Ribeirão Preto, v. 25, n. 3, p. 1167-1183, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tpsy/v25n3/2358-1883-tpsy-25-03-1167.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

PALMERO, J. R.; RODRIGUEZ, J. S.; TORRES, J. M. T. Utilización de Internet y dependencia a teléfonos móviles en adolescentes. **Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**, Manizales, v. 14, n. 2, p. 1357-1369, jul. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v14n2/v14n2a33.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

PEREIRA, C. C. M.; BOTTI, N. C. L. O suicídio na comunicação das redes sociais virtuais: Revisão integrativa da literatura. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 17, p. 17-24, jun. 2017. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpesm/n17/n17a03.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

PEREIRA, F.; MATOS, M.. Cyberstalking entre adolescentes: uma nova forma de assédio e perseguição? **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 57-69, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v16n1/v16n1a07.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Facebook chega a 194 bilhão de usuários em todo o mundo no 01 trimestre de 2017**. Tecnologia e games**, mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-chega-a-194-bilhao-de-usuarios-em-todo-o-mundo-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2017.

PUENTES, A. P. R.; PARRA, A. F. Relación entre el tiempo de uso de las redes sociales en internet y la salud mental en adolescentes colombianos. **Act. Colom. Psicol.**, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 131-140, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v17n1/v17n1a13.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

REAL, M. D. L. C.; ALGAR, M. J. M. Hikikomori: el síndrome de aislamiento social juvenil. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, Madrid, v. 38, n. 133, p. 115-129, jun. 2018. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/neuropsiq/v38n133/0211-5735-raen-38-133-0115.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

RUIDO, P. A. et al. El Sexting através del discurso de adolescentes españoles. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 398-409, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v27n2/1984-0470-sausoc-27-02-398.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SA, G. M. À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento. **Sociologia**, Porto, v. 24, p. 133-147, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v24/v24a07.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SANTISTEBAN, P. D.; GAMEZ-GUADIX, M. Estrategias de persuasión en grooming online de menores: un análisis cualitativo con agresores en prisión. **Psychosocial Intervention**, Madrid, v. 26, n. 3, p. 139-146, 2017. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/inter/v26n3/1132-0559-inter-26-03-00139.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SCHMIDEK, H. C. M. V. et al. Dependência de internet e transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH): revisão integrativa. **Jornal bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 126-134, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v67n2/0047-2085-jbpsiq-67-2-0126.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SILVA, A. C.; BOTTI, N. C. L. Comportamento autolesivo ao longo do ciclo vital: Revisão integrativa da literatura. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 18, p. 67-76, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpesm/n18/n18a10.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

TRIPICCHIO, A. Patologia. **Redepsi**, São Paulo, 06 fev. 2008. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/2008/02/06/patologia/>. Acesso em: 17 fev. 2018.

WIKIPEDIA. **Lista de redes sociais.** 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_redes_sociais>. Acesso em 10 jul. 2018.

ZANETTI, S. A. S.; GOMES, I. C. Laços mal-atados como efeito de funcionamento falso-self em tempos de desconfiança. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-183, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v23n1/a11v23n1.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MOTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA

Motivation for learning in distant education

BENEGAS, Kassiana
Centro Universitário de Jaguariúna

CIAMBELLI, Luciano Malagodi
Centro Universitário de Jaguariúna

CRUZ, Maria Beatriz Zanarella
Centro Universitário de Jaguariúna

JAMELI, Tamires Franco
Centro Universitário de Jaguariúna

MADRUGA, Suéllen Cirino
Centro Universitário de Jaguariúna

Resumo: Questiona-se sobre os motivos que levam os indivíduos a optarem por realizar um curso no modelo de ensino a distância, ao invés de se matricularem numa instituição que segue o modelo tradicional de ensino presencial. Isso porque é crescente e notória a demanda por esse modelo de ensino. Neste contexto, este artigo busca compreender quais aspectos motivam o sujeito no momento da escolha do curso. O método de pesquisa adotado neste estudo foi o levantamento bibliográfico. Optou-se por trabalhar com bibliografias publicadas nos últimos cinco anos, utilizando descritores como motivação, aprendizagem e ensino a distância, salvo quanto a livros, ante a indisponibilidade de encontrá-los nesse recorte temporal. Compreendeu-se o fenômeno sob variadas perspectivas de autores distintos, encontrando resultados diversos, alguns que se aproximaram das hipóteses previstas, como preparo dos tutores, aprimoramento de plataformas, redução de tempo, economia de valores, conhecimento prévio em informática, e outros trouxeram novas variáveis, sendo possível encontrar pontos vantajosos assim como limitantes que interferem no processo de aprendizagem no EAD, considerando o aluno como um sujeito que possui suas singularidades específicas e suas variáveis diante de uma motivação para tal. Neste contexto, encontrou-se também descritores considerados importantes para pesquisas futuras sobre o tema em questão.

Palavras-chaves: Motivação; Aprendizagem; Ensino a distância.

Abstract: We question the reasons that lead individuals to choose a distance learning course, instead of enrolling in a traditional institution which adopts the traditional teaching model. This is because it is notorious and growing the demand for this model of education. Within this context, this article tries to understand which aspects motivate the person at the moment to choose the course. The research method adopted was the bibliographic survey. They chose to work with published biographies in the last five years, utilizing tools like motivation, learning and teaching distance, except for books, given the unavailability of finding them in this time frame. It was also understood the phenomenon under different perspectives of different authors, finding diverse

results, some that are close to the predicted hypotheses, such as tutor training, platform improvement, time reduction, value savings, previous computer knowledge, and others presented new variables, being possible to find advantageous as well as limiting points that interfere in the learning process in the EAD, looking at the student as a subject that has its specific singularities and its variables before a motivation for it. In this context, we also found descriptors considered important for future research on the subject in question.

Key-words: Motivation; Learning; Distance Learning.

INTRODUÇÃO

Motivação, aprendizagem, desenvolvimento, relações interpessoais, aderência, engajamento são temas diretamente ligados à Psicologia, ciência que estuda o homem, seus comportamentos e sua subjetividade, e que possibilita a compreensão dos seus comportamentos.

Sobreleva notar que o ensino a distância está em crescente ascensão, pelo que, estudar a motivação para tal se torna imperioso para compreender o fenômeno e possibilitar a implementação de melhorias nas técnicas e na qualidade do ensino oferecido, ampliando o leque do público contemplado com esse método de aprendizagem, possibilitando sua capacitação profissional para as exigências do mercado.

A era digital e tecnológica contribui em muito para o processo de globalização, de modo que indivíduos interagem entre si, em tempo real, em diferentes pontos do globo, e com objetivos pessoais, profissionais, sociais, de lazer entre outros, sem que para isso seja necessário sair de seu lar. Tal fato implica diretamente nas relações sociais, aspectos educacionais, vínculos profissionais e no âmbito comercial, atingindo profundamente o comportamento humano.

Não é mais possível pensar no mundo sem a tecnologia, sobretudo porque ela confere dinamismo do tempo e redução de gastos às organizações e a todas as pessoas que dela se utilizam, revelando-se interessante a implantação de ferramentas que possibilitem eficiência e eficácia.

Por isso a presente pesquisa se faz relevante a fim de fornecer dados que fomentem o aprimoramento dessas tecnologias, considerando as limitações e potencialidades de seus usuários.

O mercado de trabalho e as relações humanas tornam-se cada vez mais exigentes, o que denota a permanente necessidade de aprender e de aperfeiçoar tais habilidades pessoais. Todavia, não é possível pensar nesses avanços isoladamente sem considerar o desejo do indivíduo em ingressar e aderir a esta nova modalidade de ensino.

Impõe-se, por isso, conhecer as motivações pessoais dos usuários dessa tecnologia, o que os leva a buscá-la, para garantir-lhe o acesso a ela e o êxito da aprendizagem.

O ensino a distância pela tecnologia da informação é metodologia relativamente nova, porém em franca ascensão, pelo que, embora haja boa quantidade de trabalhos publicados sobre tal temática, novas pesquisas sempre serão benvindas para fomentar reflexões críticas sobre vários de seus aspectos, garantindo reformulações e aprimoramentos constantes.

Ademais, esta pesquisa poderá beneficiar tanto as instituições de ensino quanto os alunos matriculados em disciplinas a distância e também aqueles que se interessem em cursar determinado curso, mas que enfrentem problemas de deslocamento espacial ou custo financeiro, por exemplo, e em última análise atingirá a comunidade científica, na medida em que poderá oferecer novas ideias em seus campos.

Acredita-se que as prováveis causas pelas quais o indivíduo opte pelo ensino a distância e se mantenha motivado digam respeito ao menor custo financeiro com ensino e transporte e na desnecessidade de locomoção, na medida em que pode acessar de seu lar a plataforma de ensino da instituição.

Tais facilidades fazem pressupor fácil acesso, flexibilidade e comodidade durante a aprendizagem, contrariando os métodos tradicionais de ensino, nos quais os alunos se deslocam até a instituição, com horário pré-fixado, demandando maior tempo e maiores despesas para isso.

À luz do exposto, postula-se que esta é uma forma de ensino que possibilita atingir um número significativo de pessoas, e em razão disso, ela rompe com o ensino tradicional e sinaliza para um novo paradigma, propiciando ao aluno que não possui condições de comparecer diariamente à instituição a oportunidade de assenhorar-se dos conteúdos transmitidos, promovendo a eliminação de distâncias geográficas e temporais, dando-lhe respaldo no sentido

da organização de seu tempo, bem como sítio de estudo, além de custar-lhe menos dinheiro.

Todavia, indaga-se se fatores como a falta de conhecimentos sobre informática ou a complexidade da plataforma disponibilizada pela instituição pode se revelar como fatores desmotivadores ao aluno.

Hodiernamente, pululam cursos de ensino a distância para formação básica ou universitária, entre outras, gratuitos ou onerosos, o que se pode facilmente verificar em rápida pesquisa na rede mundial de computadores e também em propagandas comerciais em mídias sociais como jornais, rádios, televisivas, outdoors e panfletos distribuídos de mão em mão.

Com efeito, foi nos idos de 1996, com a promulgação da Lei nº 9.394, que foram estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo seu artigo 80 que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como de educação continuada, a ser oferecida pelas instituições credenciadas pela União, que também regulamentará os requisitos para realização de exames e registro de diploma dessa modalidade de cursos, conferindo aos sistemas de ensino a produção, controle e avaliação desses programas de educação à distância e a concessão de autorização para sua implementação, conferindo aos cursos à distância tratamento diferenciado com custos de transmissão reduzidos em determinados canais de comunicação, explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; concessão de canais com finalidade exclusivamente educativas; e reserva de tempo mínimo pelos concessionários de canais comerciais.

Todavia, apenas com a publicação do decreto presidencial nº 9.057, de 25 de maio de 2017, houve a regulamentação do artigo 80 da Lei nº 9.394/1996, prevendo, seu artigo 1º que

> *[...] para os fins deste Decreto, considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos [...]* (BRASIL,2017)

estabelecendo ainda, em seu artigo 2º, que

> *[...]a educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados.*(BRASIL,2017)

Diante de tais esclarecimentos, ressalta-se que o objetivo maior neste trabalho não diz respeito à qualidade das instituições que se utilizam desse sistema de ensino nem da qualidade dos cursos, mas sim o ser humano que se encontra do outro lado do monitor do computador, mormente sua motivação para se utilizar dessa modalidade de ensino para sua aprendizagem.

Teorias motivacionais

Nessa linha de raciocínio, sobre o construto psicológico da motivação, verificamos que os autores possuem visões e teorias diferentes, alguns atribuindo a fatores intrínsecos ao ser humano, outros a fatores extrínsecos, sobre os quais pesariam influências ambientais.

Por exemplo, para Freud os instintos ou pulsões seriam os elementos básicos da personalidade, as forças motivadoras que impulsionam o comportamento e determinam o seu rumo (SCHULTZ, 2011).

Na concepção de Adler, discorrendo sobre a inferioridade orgânica, informa que os sentimentos de inferioridade seriam a fonte da motivação e da luta para buscar a perfeição (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Murray pugnou que uma necessidade, que pode surgir de processos internos como fome ou sede ou de eventos do ambiente, elevaria o nível de tensão e envolveria uma força psicoquímica no cérebro, que então tentaria reduzir essa tensão para satisfazer tal necessidade, e assim organizaria e direcionaria a capacidade intelectual e perceptiva (SCHULTZ, 2011).

Na visão de Allport os motivos dos adultos maduros e emocionalmente saudáveis não estão funcionalmente relacionados às experiências passadas, ou seja, as forças que nos motivaram no passado são independentes das suas circunstâncias originais (SCHULTZ, 2011).

Teóricos dos Traços, como Catell, ensina que “ergs” (do grego “ergon”, trabalho, energia) são unidades de motivação inatas e básicas, e juntamente com os sentimentos, seriam os traços originais, constitucionais, permanentes, que forneceriam energia para o comportamento dirigido a um objetivo (SCHULTZ, 2011).

Propôs Maslow uma hierarquia de cinco necessidades inatas que ativariam e direcionariam o comportamento humano, compreendidas por necessidades fisiológicas, de segurança, de afiliação e amor, de estima e de autorrealização, que sofrem influências do aprendizado, das expectativas sociais e do medo de desaprovação, e que não agem simultaneamente, mas apenas uma prepondera sobre nossa personalidade (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Carl Rogers denominou de tendência atualizante à motivação humana básica de realizar, manter e aprimorar o self, postulando que as pessoas seriam motivadas por essa tendência inata, que compreenderia todas as necessidades fisiológicas e psicológicas (SCHULTZ, 2011). Sobre o behaviorismo radical de Skinner, pode-se dizer que eventos antecedentes ao comportamento afetam, de diferentes formas, a probabilidade de estes ocorrerem na presença de determinado estímulo, o que vale dizer que tais condições antecedentes motivariam determinadas respostas ou classes de respostas (SCHULTZ, 2011).

Teorias sobre aprendizagem

Vários autores também divergem sobre os processos de aprendizagem, conforme veremos a seguir, em breves sínteses.

Skinner, por exemplo, não se preocupava com construtos intermediários sobre aprendizagem, mas sobre o controle do comportamento observável, segundo o qual importam o estímulo (evento que afeta os sentidos do aprendiz), o reforço (evento que resulta no aumento da probabilidade da ocorrência de determinado comportamento) e as contingências de reforço (na qual a ocorrência do reforço é tornada contingente à ocorrência imediatamente anterior de determinada resposta aprendida) (MOREIRA, 2003).

Para Robert Gagné, a aprendizagem é uma mudança de estado interior decorrente da interação com o meio externo e que se manifesta por meio da mudança de comportamento e na persistência dessa mudança, a diferenciando da maturação, esta resultante do desenvolvimento de estruturas internas do indivíduo (MOREIRA, 2003).

A teoria de ensino de Jerome Bruner dispõe que há várias etapas de desenvolvimento intelectual, cada qual com um modo peculiar de representação pela qual o sujeito vê o mundo e o explica a si mesmo, as quais devem ser respeitadas para que haja a aprendizagem; seriam as etapas da representação ativa, da representação icônica e da representação simbólica (MOREIRA, 2003).

Piaget, com sua teoria construtivista do desenvolvimento, propõe quatro períodos de desenvolvimento cognitivo divididos por faixa etária, a saber, o sensório-motor, o pré-operacional, o operacional-concreto e o operacional-formal, sendo que o desenvolvimento da criança ocorreria por uma “construção”, por reequilibrações e reestruturações sucessivas, decorrentes dos processos de assimilação, acomodação e equilibração (MOREIRA, 2003).

Em sua teoria de mediação, Vygotsky postula que o desenvolvimento cognitivo está condicionado ao contexto social, histórico e cultural do sujeito, mecanismos de origem e natureza sociais e peculiares ao ser humano, ou seja, os processos mentais superiores (pensamento, linguagem e comportamento volitivo) possuem suas origens em processos sociais e não podem ser entendidos sem referência ao meio social sendo, pois o desenvolvimento cognitivo, a conversão das relações sociais em funções mentais, por meio da mediação com instrumentos e signos (MOREIRA, 2003).

George Kelly propõe em sua Psicologia dos construtos pessoais que o indivíduo edifica construtos pessoais com os quais confere interpretações aos eventos, os antecipa e replica, mas tal sistema de construção varia na medida em que ele constrói réplicas de eventos, modificando construtos e reorganizando a hierarquia deles dentro do sistema de construção (MOREIRA, 2003).

De seu lado, Carl Rogers não apresenta uma teoria sobre aprendizagem, mas propõe princípios para tal, a saber: seres humanos possuem potencialidade natural para aprender; a aprendizagem significante acontece quando a matéria de ensino é percebida pelo aluno como relevante para seus objetivos; a

aprendizagem que envolve mudança na organização do eu e na percepção de si mesmo é ameaçadora e tende a suscitar resistências; as aprendizagens que ameaçam o eu são mais facilmente percebidas e assimiladas quando as ameaças externas reduzem-se a um mínimo; quando a ameaça ao eu é pequena, percebe-se a experiência de maneira diferenciada e a aprendizagem pode prosseguir; grande parte da aprendizagem significante é adquirida por meio de atos; a aprendizagem é facilitada com a participação responsável do aluno no processo de aprendizagem; a aprendizagem auto-iniciada que envolve a pessoa do aprendiz como um todo (sentimentos e intelecto) é mais duradoura e abrangente; a independência, a criatividade e a autoconfiança são todas facilitadas, quando a autocrítica e a auto-avaliação são básicas e a avaliação feita por outros é de importância secundária; a aprendizagem socialmente mais útil, atualmente, é a do próprio processo de aprender, sendo contínua abertura à experiência e à incorporação, em si mesmo, do processo de mudança (MOREIRA, 2003).

Segundo a teoria cognitivista da aprendizagem significativa de David Ausubel, distingue-se a aprendizagem em afetiva, psicomotora e cognitiva, sendo esta a resultante do armazenamento organizado de informações na mente do sujeito que aprende, num completo organizado denominado estrutura cognitiva, sendo, pois a aprendizagem a organização e integração do material na estrutura cognitiva. A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação ancora-se em conceitos ou proposições relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz (MOREIRA, 2003).

Joseph D. Novak trabalhou com Ausubel e postulou uma teoria mais ampla, porém que compreende a aprendizagem significativa, denominada teoria da educação. Seu pressuposto é o de que educação é o conjunto de experiências cognitivas, afetivas e psicomotoras que contribuem para o engrandecimento do sujeito para lidar com a vida diária. Para ele, os seres humanos pensam, sentem e atuam, e um evento educativo seria uma ação para trocar significados (pensar) e sentimentos entre o aprendiz e o professor. Assim, num fenômeno educativo, alguém (aprendiz) aprende algo (adquire conhecimento) interagindo (trocando significados) com alguém (professor) ou com alguma coisa (livro, programa de computador), em determinado contexto

(escola, sociedade, cultura), acrescentando-se a esse processo o de avaliação (MOREIRA, 2003).

O modelo de D. Bob Gowin consiste numa relação triádica composta por professor, materiais educativos e aluno, no qual um episódio de ensino-aprendizagem se caracteriza pelo compartilhar significados entre aluno e professor sobre os conhecimentos veiculados por materiais educativos (MOREIRA, 2003).

Por fim, Moreira (2003) nos apresenta a teoria dos modelos mentais de Johnson-Laird, que propõe que uma representação é qualquer notação, signo ou conjunto de símbolos que "re-presenta" algo para nós na ausência dessa coisa que é algum aspecto do mundo externo ou de nosso mundo interior, como imaginação. Essas representações são externas e internas, sendo estas representações mentais, ou seja, a maneira de "re-presentar" internamente o mundo externo. Modelos mentais podem ser elaborados a partir da percepção do sujeito, por meio do discurso ou da concepção, e também a partir de um conjunto de asserções sobre objetos ou eventos. É o modelo mental uma representação de alto nível situada no âmago psicológico da compreensão. A seu ver, compreender algo implica em possuir um modelo mental (modelo de trabalho) dessa coisa, pois que os seres humanos não captam o mundo diretamente, mas por meio das representações mentais, sendo as proposições interpretadas sob o crivo dos modelos, e as imagens são projeções particulares dos modelos.

Por todo o exposto, pretende-se compreender o fenômeno em estudo e assim contribuir para avanços que impliquem na satisfação pessoal do aluno, na sua melhor capacitação por meio da qualidade do ensino oferecido e no atendimento das exigências do mercado.

OBJETIVO GERAL

Conhecer quais aspectos motivacionais levam os indivíduos a optarem pelo ensino a distância.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar quais fatores estão relacionados à motivação e o engajamento dos alunos no curso pelo método de ensino escolhido.
- Verificar quais aspectos motivacionais intrínsecos se fazem presentes no momento da escolha pela modalidade de aprendizado (tradicional ou EAD).
- Verificar quais aspectos extrínsecos, tais como preparo dos docentes e tutores, oferecimento de plataformas aprimoradas, redução de tempo e valores são os reais motivadores desse público.
- Compreender se o sucesso da formação dos alunos optantes pelo ensino a distância depende de conhecimentos prévios sobre informática.
- Constatar se a falta de conhecimentos em informática prévios pode se revelar como fator desmotivador ao aluno.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada, inicialmente foram encetadas buscas por artigos científicos apenas no site da Scielo da internet, porém os resultados foram reputados insuficientes para o presente trabalho, pelo que as pesquisas foram estendidas aos sítios da PePSIC e BSV também na internet, todos com recorte temporal de cinco anos, em vernáculo, com os descritores “motivação”, “aprendizagem” e “ensino a distância” isoladamente ou combinados entre si, à exceção dos livros ante a indisponibilidade deles nesse recorte temporal, independentemente da abordagem teórica adotada por seus autores, obtendo numa primeira análise os seguintes resultados:

Tabela 1 – Resultados gerais por descritores e por base de dados

RESULTADOS DESCRITOR/BASE DE DADOS			
	SciELO	BVS	PEPSIC
Motivação	990	401	212
Aprendizagem	5016	1961	1246
Ensino a distância	27	26	3
EAD	146	4	16
Motivação+ Aprendizagem	146	105	47
Motivação+Aprendizagem+Ensino a distância	1	-	-
Motivação+Aprendizagem+EAD	-	-	1

Fonte: autores

Diante do grande número de resultados encontrados para os descritores individuais “motivação” e “aprendizagem”, os quais se verificou à primeira vista que se referem a publicações das mais variadas áreas de conhecimento que não a Psicologia, foram eles descartados, sendo tais descritores aproveitados quando combinados entre si ou com os demais. Dessa forma, o número de artigos inicialmente encontrados para a realização do trabalho foram os seguintes:

Tabela 2 – Resultados selecionados por descritores e por base de dados

RESULTADOS DESCRITOR(ES)/BASE DE DADOS			
	SciELO	BVS	PEPSIC
Ensino a distância	27	26	3
EAD	146	4	16
Motivação+ Aprendizagem	146	105	47
Motivação+Aprendizagem+Ensino a distância	1	-	-
Motivação+Aprendizagem+EAD	-	-	1
TOTAL	320	135	67

Fonte: autores

Excluindo-se os artigos repetidos, publicados em mais de uma base de dados, o número restou reduzido a 51 artigos científicos eleitos unicamente pela busca por descritor no título do artigo.

Destes possíveis textos encontrados, procedeu-se à leitura de seus resumos, já excluindo aqueles que não possuíam pertinência com a Psicologia e selecionando-se os de interesse para o trabalho, chegando-se ao número de 12 publicações as quais, após leitura integral, foram selecionados por serem pertinentes aos objetivos do presente trabalho, e se encontram referenciados na bibliografia.

Além destes artigos, seis livros que versam sobre o tema em questão foram eleitos para contribuir como a pesquisa, os quais também se encontram listados na bibliografia.

RESULTADOS

Os trabalhos selecionados para o presente estudo olharam para o mesmo fenômeno sob os mais variados ângulos, chegando a vários resultados diversos.

Para Cortelazzo (2013), por exemplo, a autoaprendizagem é desenvolvida como um elemento de prática pedagógica, cujo fundamento está ligado na interação e na colaboração por meios tutoriais.

Entende que algumas funções como as de apoio, acompanhamento para sanar dúvidas, trabalhando na orientação e supervisão de seus trabalhos, bem como as teleaulas e o uso de ambiente virtual de aprendizagem formam um conjunto integrado que possibilita e apoia a autoaprendizagem do aluno (CORTELAZZO, 2013).

Hospodar (2015) refere em seu estudo sobre o binômio espaço-tempo no ensino à distância e alerta para a necessidade de produzir um aluno crítico e criativo e não um mero reprodutor de conhecimento.

O autor entende que os tutores dos cursos EAD devem trabalhar na estimulação bem como orientação de seus alunos, visando promover a cooperação, construindo sua própria autonomia com responsabilidade.

Silva e Maciel (2014) desenvolveram estudo com o propósito de compreender os aspectos que sustentem ou fortaleçam práticas pedagógicas que priorizem a autonomia do estudante via EAD considerando a presença do professor-tutor *online*.

Baseiam-se nos conceitos de Vygostky e de Freire para conceber a autonomia como resultado do processo de interação entre indivíduo-contexto-tempo, sendo, pois, "um constructo que depende da maneira como o indivíduo, conscientemente, reelaborará e autogestará suas ações e decisões que toma em seu contexto." (SILVA; MACIEL, 2014, p. 38).

Referem que nem todos os estudantes apresentam habilidades para lidar com as tecnologias disponíveis para o EAD, "seja por ser algo novo, seja pela intimidação de manuseio com as TDIC[1], seja pelo estilo de aprendizagem construída em sua trajetória acadêmica, etc.", podendo levar o estudante ao insucesso (SILVA, MACIEL, 2014, p. 40).

Sobre o perfil do estudante via EAD, citam Belloni (2001 apud SILVA, MACIEL, 2014) que referem a adulto e trabalhador, com experiência profissional e responsabilidades familiares; Ramos et al (2013 apud SILVA, MACIEL, 2014), cuja pesquisa revelou alunos com faixa etária entre 24 e 54 anos; que trabalham

[1] Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

aproximadamente 40 horas; possuem hábito de leitura; são usuários competentes da internet e de recursos tecnológicos. Coiçaud (2001 apud SILVA, MACIEL, 2014) considera a possibilidade de existência das "distancias psicológicas" no que concerne à memória afetiva em relação às experiências escolares dos sistemas convencionais.

Arruda e Arruda (2015) destacaram, por parte do Poder Público e por intermédio do ensino a distância, a democratização do acesso à escola por meio de iniciativas públicas educacionais.

Todavia, perceberam problemas nesta modalidade de educação pública do Brasil, por não proporcionarem a mesma qualidade da educação presencial, que garantam igualdade à educação, previstos e estabelecidos na Constituição Federal (ARRUDA; ARRUDA, 2015).

Em interessante pesquisa com estudantes veteranos dos cursos de licenciaturas em física e pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) sobre a modalidade de EAD, e no que mais se aproxima dos objetivos deste estudo, Souza, Franco e Costa (2016) concluíram pela

> *[...] forte influência das imagens construídas ao longo da história pela escolarização na modalidade presencial; facilidade de acesso ao ensino superior via educação a distância (EAD) e sua adequação às condições de vida dos alunos; preferência dos estudantes pelo livro impresso e pelas videoaulas como suportes à aprendizagem; resistências, falhas técnicas e o uso limitado das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como mediadores do processo de ensino e de aprendizagem; e presença de fragilidades no processo de comunicação entre tutores e alunos[...]* (Souza, Franco e Costa, 2016, p. 99).

Para Montiel et al (2014), vários autores postulam que a educação a distância deve se ajustar às mudanças da era pós-moderna e pós-industrial, o que já aparece em diversos setores da sociedade, representadas pelas tecnologias individualizadas, decisões descentralizadas e valores pessoais com foco em qualidade de vida, autorrealização, autoexpressão e interdependência.

Todavia, cita Morre (1991 apud MONTIEL et al, 2014) para informar que a separação física entre professor e aluno poderia provocar *gaps* psicológicos e/ou comunicacionais, ocasionando desentendimento entre ambos, sendo necessário respeitar particularidades do seu espaço transacional.

Montiel et al (2014) sugerem que pessoas que se percebem como integrantes do processo de aprendizagem compreendem positivamente o modelo EAD, mantendo bons níveis de satisfação, assim também são as pessoas que projetam responsabilidade ao curso ou ao tutor. No entanto há pessoas que mantêm compreensões negativas em geral, tanto no curso, na estrutura física, bem como em suas relações ou até sobre si mesmas.

Os mesmos autores, além de apontarem problemas como excesso de usuários nas plataformas de ensino, e a solidão dos mesmos nesses ambientes virtuais, citam também que outras variáveis psicológicas interfiram na percepção dos alunos no EAD, tais como características de personalidade e atribuição causal, recomendando estudá-las para melhor conhecimento da sua motivação.

Machado e Barletta (2015), estudando a percepção de estudantes de especialização durante a supervisão clínica presencial e online apuraram que a motivação mais indicada pelos alunos para a escolha da supervisão diz respeito à preferência pelo supervisor, seu perfil, sua abordagem teórica, independentemente de ser presencial ou a distância, reforçando a importância da afinidade, bem como de uma relação próspera para com este profissional se faz importante em um processo de aprendizagem. Dizem também sobre fatores como oportunidades de aprendizado, flexibilidade, facilidade para conversar com o supervisor são considerados pontos importantes na modalidade EAD, em compensação, algumas dificuldades de tecnologia como as de conexão e interação, bem como necessidade de adaptação são considerados no estudo.

Machado e Barletta (2015) destacam que a falta de conhecimento sobre o ensino a distância seria considerado como principal fator de resistência, preconceitos e desqualificação dessa modalidade de ensino, não obstante outros autores pugnem que os ambientes virtuais fortaleçam a construção conjunto e o compartilhamento de conhecimentos e de experiências, e o alcance de metas comuns. Destacam também a vantagem da adequabilidade, como possibilidade de ajuste de horário e de locomoção, por questões econômicas e geográficas, na modalidade EAD.

No estudo de Machado e Barletta (2015) os alunos queixaram-se do número de alunos no grupo de supervisão via EAD e também presencial, e também da qualidade da transmissão de dados (internet), a necessidade de

equipamento específico, o fato de a dificuldade apresentada pelo aluno poder ser disfarçada, a falta de contato presencial aumentar a percepção de falta de cobrança, e até mesmo a falta de motivação.

Apesar de interessante para o presente estudo, o trabalho de Machado e Barletta foi realizado com entrevistas a apenas dezenove pessoas.

No estudo de Thumé et al (2016) apurou-se que a educação a distância consiste na vantagem da flexibilidade de horário e possibilidade de organização do tempo pelo aluno bem como em sua superação de limites geográficos.

Destacaram os fóruns como melhor forma de interação entre moradores de diferentes estados brasileiros de interação, com troca de conhecimentos e experiências, mas, por outro lado criticaram a dificuldade de conexão com a internet em algumas regiões do país, como Norte e Nordeste.

De acordo com Alves (2011, apud Umekawa et al, 2015) a modalidade de ensino a distância é utilizada a começar da educação básica até o ensino superior, percorrendo também por programas de ensino não tradicionais, como cursos de caráter aberto.

Desta forma Iglesias & Salgado (2012, apud Umekawa et al, 2015) essa grande variação se deve à efetividade de algumas ações que não se diferencia daquela vista em eventos educacionais de modo presencial, isto é, de maneira correta, bem delineada e implementada, a EAD pode gerar resultados aproximados à educação presencial.

Salles (2009, apud Umekawa et al, 2015) estudou fatores relacionados à evasão e à persistência discente, e afirma que apesar do grande potencial e dos benefícios e vantagens referentes ao ensino a distância, essa modalidade traz consigo alguns desafios e obstáculos, bem como, pode-se citar uma importante problemática existente, no que se refere a índices de abandonos acadêmicos importantes considerados neste contexto educacional, sendo esta uma questão de grande relevância no êxito desse modelo de ensino.

Enfrentando o chamado déficit da educação à distância, o ensino não presencial revela preocupantes índices de conclusão correspondentes a 25%, ou menos, dos obtidos pela educação presencial. (Simpson, 2013).

Para Siqueira (2009, apud Umekawa et al, 2015) existe múltiplos fatores que levam o aluno a não concluir o ensino a distância, fatores esses que

correspondem tanto a variáveis internas à própria ação instrucional do indivíduo quanto a elementos externos à ela.

Esse autor diz ainda que aspectos relativos à complexidade da vida pessoal, laboral, financeira e familiar estão entre os variáveis motivos que levam esse aluno ao abandono e fracasso estudantil.

Já, no que diz respeito às instituições de ensino que pregam o ensino a distância, é fundamental avaliar sua influência exercida ao corpo discente, bem como suas políticas sociais mal implementadas, que, com frequência, não atendendo as necessidades dos mesmos, possibilita sua evasão, sem se importar em reconhecer as causalidades deste fato, e buscar medidas que os mantenham no exercício estudantil.

No que se refere às variáveis do curso ligadas a evasão, Abreu et al (2011, apud Umekawa et al, 2015) cita que a literatura mostra alguns problemas em relação ao desempenho do tutor, como questões do exercício profissional, falta de apoio ao aluno, falta de conhecimento ou falta de habilidade para difundi-los, justificando assim o abandono discente.

Deimann et al (2010, apud Umekawa et al, 2015) ressaltam que a inabilidade do aluno em utilizar as ferramentas eletrônicas disponibilizadas, bem como sua falta de habilidade de organizar o tempo de estudo e a autodisciplina são fatores relevantes que influenciam o abandono de cursos em EAD.

Segundo Sales (2011, apud Umekawa et al, 2015) as variáveis apontadas correlacionam à adaptação familiar, do trabalho e diversas outras questões sobre a vida do estudante afetando seus processos formativos. A exemplo, a escassez de tempo para dedicar-se aos estudos se configura como um dos principais fatores da desistência discente em cursos a distância (Almeida, 2007; Pacheco, Rissi, Nakayama, Silveira, &Spanhol, 2010; Yukselturk&Inan, 2006). Condições precárias de estudo no lar, pressões domésticas, enfermidades e questões relativas ao trabalho são sugeridas como possíveis indicadores de evasão (Almeida, 2007; Vargas, 2004).

Abbad et al (2006, apud Umekawa et al, 2015) apontam sobre a importância para que os alunos possam ter acesso de qualidade aos aspectos operacionais e de suporte ao longo das ações instrutivas, pois fatores referentes à qualidade e quantidade de apoio oferecido ao mesmo são fortes influências

quanto aos níveis de abandono discente, além do tipo e dos meios selecionados para estabelecer contato com eles.

Numa avaliação realizada com 36 alunos, dos 37 que cursavam o nono período do curso de Medicina, durante seis meses, objetivando a implantação de estratégias de ensino a distância durante o internato, teve como objetivo avaliar a percepção de aprendizagem de internos sobre duas atividades no sistema Moodle.

O referenciado estudo declarou que, a percepção dos estudantes, para ambas as atividades mostrou-se positiva de modo a aumentar sua motivação quando havia um feedback do docente, aumentando o interesse para participar do processo, porém destacou-se que esta é uma necessidade pouco atendida. Diante disso, espera-se do professor uma comunicação ativa e efetiva, com clareza em suas comunicações e na frequência de seus feedbacks aos alunos, assim como a importância de suas competências pedagógicas, de modo a haver uma capacidade para atender as problemáticas do tema, diante das competências do aluno.

Pesquisas apontam que a aprendizagem a distância é afetada por características individuais, portanto essas variáveis afetam os resultados da aprendizagem, bem como o sucesso no ensino e distância se constitui pela aprendizagem autorregulada (ALLIPRANDINI et al, 2014)

Os autores postulam ainda que, estratégias de aprendizagem são fatores complexos, podendo ser aprendidos ao longo da vida ou através de treinamentos, de modo a elevar a efetividade do aprendiz em uma determinada atividade, facilitando nos objetivos de aprendizagem a serem alcançados (ALLIPRANDINI et al, 2014)

Diante disso, as estratégias de aprendizagem se encaixam como recursos valiosos no processamento da informação, onde o estudante pode servir-se no momento do estudo, promovendo a maximização e a recuperação instantânea na utilização da informação. (ALLIPRANDINI et al, 2014)

CONCLUSÃO

O presente estudo apontou que existem vantagens, mas também limites no ensino à distância, representadas por uma série de variáveis que podem interferir no processo de ensino-aprendizagem via EAD.

De uma forma geral, foram citadas questões como comodidade, encurtamento de distância, adequação de horário, rendimento pessoal e desnecessidade de deslocamento pessoal, interesse do sujeito, sua responsabilidade e capacidade de compreensão.

Todavia, além destes, também merecem a atenção em novos estudos alguns construtos mencionados nos estudos analisados, a saber: autonomia, comprometimento, competência, desempenho acadêmico, engajamento na realização de determinadas tarefas com o uso de ferramentas interativas, punições, recompensas, necessidades, interesses, adaptação, independência e interdependência.

Do ponto de vista técnico e tecnológico, deve-se aprofundar em questões que versem sobre os meios utilizados, apoio/assessoria contextual, práticas pedagógicas, qualidade do conteúdo, afinidade pelo perfil dos supervisores, dinâmica relacional, condições de conexão via internet.

No que concerne ao sujeito-estudante, há que se compreender também o contexto familiar, o nível de compreensão, a idade dos alunos, as habilidades pessoais, a satisfação pessoal, a análise de perfil psicológico, o sentimento de pertencimento, o rendimento e aproveitamento pessoal, a resistência pessoal, os preconceitos, os motivos de evasão e condições materiais particulares.

A motivação para aprendizagem no ensino a distância revelou-se questão complexa, merecendo e exigindo estudo amplo, com significativa parcela dessa população, que envolva tanto alunos matriculados em algum curso EAD, quanto os que já concluíram algum, bem como aqueles que evadiram, atentando-se às variáveis propostas.

Conforme proposto por Hospodar (2015), no processo de EAD há que se produzir um aluno crítico e criativo e não um mero reprodutor de conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALLIPRANDINI, Paula Mariza Zedu et al . Estratégias de aprendizagem utilizadas por estudantes na educação à distância: implicações educacionais. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 38, p. 05-16, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100002&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 23 set. 2018.

ARRUDA, Eucidio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação a distância no Brasil: Políticas Públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 31, n. 3, p. 321-338, Set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000300321&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, maio de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, dezembro de 1996.

CORTELAZZO, I.B.C. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação à distância**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da Personalidade**. 9ª edição. São Paulo: Editora Harbra, 1986;

GUAREZI, R.C.M; MATOS, M.M. **Educação à distância sem segredos**. Curitiba: Editora IBPEX, 2009.

HOSPODAR, P.J.R. A noção de tempo e espaço na educação à distância. A descentralização do processo ensino-aprendizagem. **Revista IGT na Rede**, v. 12, nº 23, 2015. p. 327 – 339. Disponível em http://www.igt.psc.br/ojs. acesso em 23 set. 2018.

LAU, Fernanda Amaral et al . Implantação de Estratégias de Ensino à Distância durante o Internato: Desafios e Perspectivas. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 269-277, June 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022017000200269&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 Set. 2018.

MACHADO, Gláucia Inês Marques dos Santos; BARLETTA, Janaína Bianca. Supervisão clínica presencial e online: percepção de estudantes de especialização. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 77-85, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872015000200003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 23 set. 2018.

MONTIEL, José Maria et al. Escala de percepção discente do ensino à distância: estudo de validade. **Avaliação Psicológica**, v. 13, n. 3, p. 359-369, 2014. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwinnZ_x8NHdAhWIjpAKHaQ7AR8QFjAAegQIAxAB&url=http%3A%2F%2Fpepsic.bvsalud.org%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1677-

0471201400030008&usg=AOvVaw2RbuX98OyaKWjn5Rxfvque. acesso em 23 set. 2018.

MOREIRA, M.A. **Teorias de aprendizagem**. 1ª ed., 3ª reimp. São Paulo: EPU, 2009.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **Teorias da Personalidade.** 9ª ed. norte-americana, 2ª ed. brasileira, 3ª reimp. São Paulo: CENCAGELEARNING, 2011.

SILVA, Geane de Jesus; MACIEL, Diva Albuquerque. A presença docente do professor-tutor online como suporte à autonomia do estudante. **Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520**, [S.l.], n. 38, p. 35-48, abr. 2015. ISSN 2175-3520. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/22798>. acesso em: 23 set. 2018.

SOUZA, S. de; FRANCO, V.S.; COSTA, M.L. Educação à distância na ótica discente. **Educ. Pesqui.** vol.42 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2016. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0099.pdf. acesso em 23 set. 2018.

THUME, Elaine et al . Reflexões dos médicos sobre o processo pessoal de aprendizagem e os significados da especialização à distância em saúde da família. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 9, p. 2807-2814, Set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000902807&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 set. 2018.

UMEKAWA, ElienayEiko Rodrigues; ZERBINI, Thaís. Evasão e persistência em ações educacionais a distância: análise do perfil discente. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 188-200, 2015. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjTl93E8dHdAhXDvJAKHRF6BdwQFjAAegQIBBAB&url=http%3A%2F%2Fpepsic.bvsalud.org%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1984-66572015000200008&usg=AOvVaw096xAWFf4Lh4-zFua-L-w5. acesso em 23 set. 2018.

ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA LOGÍSTICA EMPRESARIAL EM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA E DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS

Study Of The Perception Of Professionals Of Business Logistics In Relation To The Importance Of Humanitarian Logistics And Emergency Services

GLAVAM, Rafael Bianchini
Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina- Criciúma

BAIL, Rosangela De França
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ponta Grossa

CHIROLI, Daiane Maria De Genaro
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ponta Grossa

Resumo: Este artigo objetivou identificar à percepção e o conhecimento dos profissionais ligados à área de logística empresarial em relação à importância da logística humanitária e de serviços emergenciais. Para tal, entrevistou professores e coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Administração de Empresas, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Cursos Tecnólogos em Logística, assim como consultores empresariais da área de Logística/Administração de Materiais, Conselheiros do Conselho Regional de Administração (CRA), Conselheiros do Conselho Regional de Engenharia (CREA), no estado de Santa Catarina (SC) para aplicação de entrevista que pudesse mensurar o conhecimento destes acerca do tema Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais. As entrevistas ocorridas de fevereiro à julho de 2017 aconteceram com perguntas abertas. Como resultados evidencia-se que o tema está presente em apenas uma das grades dos oitenta (80) cursos pesquisados e do assunto ser conhecido por apenas oito (8) pessoas, sendo, respectivamente, o coordenador do curso com a disciplina presente na grade curricular, quatro (4) professores e três (3) consultores empresariais. Ao longo do artigo são apresentados dados acerca da pesquisa, outras possíveis razões para o desconhecimento do assunto, assim como algumas propostas para a maior disseminação do assunto face à importância do mesmo.

Palavras-chave: “Ensino Logística Humanitária”, “Serviços Emergenciais”, “Percepção”.

Abstract: This article aims to identify the perception and knowledge of professionals related to the area of business logistics in relation to the importance of humanitarian logistics and emergency services. To this end, he interviewed professors and coordinators of undergraduate and postgraduate courses in the areas of Business Administration, Mechanical Engineering, Production Engineering, Logistics Technological Courses, as well as business consultants in the area of Logistics / Materials Management, Board Counselors (CRA), Councilors of the Regional Engineering Council (CREA), in the state of Santa Catarina (SC) for the application of interviews and poetry to measure on the topic Humanitarian Logistics and Emergency Services. As interviews from February to July 2017 came with open questions. There are no comments on this subject. in the curriculum, four (4) teachers and three (3) business consultants. Throughout the article data are given on the research, other

reasons for not knowing the subject, as well as some proposals for further dissemination of the subject.

Key-words: "Humanitarian Logistics Teaching", "Emergency Services", "perception".

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que em dias atuais as pessoas não vivem sem logística, pois a todo momento há a necessidade de movimentar bens, pessoas e todo um desenvolvimento de serviços para atender demandas. Mas o que é logística? Para o *Council of Supply Chain Management Profissionals* CSCMP (2018) logística é parte do gerenciamento da cadeia de suprimentos que planeja, implementa e controla o fluxo efetivo e o armazenamento de bens, serviços e informações relacionadas entre o ponto de origem e o ponto de consumo para atender aos requisitos dos clientes. Ela estuda como a administração pode prover melhor nível de rentabilidade nos serviços de distribuição aos clientes e consumidores, através de planejamento, organização e controle efetivos para as atividades de movimentação e armazenagem que visam facilitar o fluxo de serviços (BALLOU, 1998).

Para a Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO, 2018) a área de logística tem por objetivo analisar técnicas para o tratamento das principais questões envolvendo o transporte, a movimentação, o estoque e o armazenamento de insumos e produtos, visando a redução de custos, a garantia da disponibilidade do produto, bem como o atendimento dos níveis de exigências dos clientes, tendo foco principal em gestão da Cadeia de Suprimentos, gestão de Estoques, projeto e Análise de Sistemas Logísticos, Logística Empresarial, Transporte e Distribuição Física e Logística Reversa. A extensão aos conceitos logísticos ocorre com suas atividades. Essa logística, considerada empresarial é implementada em áreas recentes como a Logística Humanitária (LH), que incluem demandas diferenciadas, mas que a trata da mesma forma, ou seja, como um sistema, que possui um conjunto de componentes interligados, trabalhando de forma coordenada e integrada, voltado ao atendimento de um objetivo comum (BALLOU, 2007; BOWERSOX; CLOSS, STANK, 2003; COOPER; LAMBERT; PAGH, 1997).

Estudos da LH vem sendo conduzidos diante da fragilidade das nações frente a grandes catástrofes causadas por desastres naturais ou ocasionadas pelo homem. Essa abordagem da Logística Humanitária surge como uma oportunidade para o desenvolvimento de novas metodologias, bem como para se entender as relações que

existem em relação à Logística Empresarial e, deste modo, traçar analogias para a elaboração de mecanismos para realizar a transposição dos conhecimentos consolidados entre as diferentes perspectivas da Logística.

A LH estuda situações de desastres naturais e causadas pelo homem (conflitos e guerras) (Oloruntoba e Gray, 2006) e consiste no processo de planejamento, implementação e controle eficiente, custo efetivo, fluxo e armazenagem de mercadorias e materiais, tanto quanto informações relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de satisfazer as necessidades dos beneficiários finais, que são as vítimas dos desastres. A função engloba uma gama de atividades incluindo preparação, planejamento, aquisição, transporte, armazenagem, detecção e acompanhamento, e questões alfandegárias (THOMAS; KOPCZAK, 2005). Visa o aprimoramento da eficiência e eficácia das operações de socorro, visando reduzir a duplicação de esforços e em geral para gerenciar melhor recursos (Balcik e Beamon, 2008).

Por isso, o objetivo de da LH é dar rápida resposta aos problemas emergenciais, oferecendo socorro, tais como água, comida, provisão médica e abrigo para as áreas afetadas pelo desastre, visando sempre aliviar o sofrimento humano e minimizar o número de vítimas (Beamon, 2004). A Logística Humanitária foi reconhecida como uma função essencial para o alívio das pessoas afetadas por um desastre (De la Torre et al., 2012). Por isso a LH envolve processos e sistemas ao mobilizar pessoas, recursos e *know-how* na ajuda a vulneráveis, visando resposta imediata, de modo a atender o maior número de pessoas (MEIRIN, 2007).

A fim de reduzir o risco de interrupções da cadeia de suprimentos e aprender as ações necessárias para recuperação rápida as organizações de socorro, os governos precisam planejar as atividades preparatórias que melhoram sua resiliência logística ao responder a emergências (Celik e Gumus, 2016). Para Hearnshaw e Wilson (2011); Hu et al. (2015), a resiliência desempenha um papel fundamental para garantir o sucesso das operações de socorro no contexto dos sistemas da cadeia de abastecimento e possibilita a continuidade do fluxo dos sistemas da cadeia de abastecimento apesar de distúrbios existentes no local.

Tendo em vista a complexidade do tema e os desafios inerentes ao mesmo, um dos principais aspectos a ser estudado é a forma e a criação de planos emergenciais, com um conjunto de normas e procedimentos que visam mitigar os efeitos causados pelos eventos e assim gerir de forma otimizada os recursos. Com

isso é possível, além de gerar oportunidades de estudo, investimento e mercado, conseguir um melhor desempenho e preparo diante dos desastres ambientais, possibilitando o melhor gerenciamento do ambiente. (ZAGO, 2013). Beamon, 2006; Nogueira, 2010 e Thomas, 2004 destacam que pesquisas nesta área permitem grande contribuição para as tomadas de decisão, possibilitando maior agilidade e assim, o sucesso de uma operação. No entanto essa é uma área com grandes desafios a serem enfrentados, um dos principais, conforme relata Nogueira, Gonçalves e Novaes (2007) é o reconhecimento, por parte das autoridades governamentais e organizações assistenciais, da real importância da logística humanitária no desenvolvimento de processos previamente preparados, capazes de minimizar o elevado grau de improvisação e maximizar a eficiência e eficácia de uma ação emergencial.

Assim, diante do contexto apresentado, e diante da importância do assunto, amplia-se que para uma eficaz ação da Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais, não apenas é necessário que as ações ocorram de forma assertiva no momento da emergência/desastre, mas sim, que o assunto seja estudado, tornado público, pois, a capacidade de reagir de forma eficaz depende não apenas da eficácia de ações tomadas na hora da ação, mas do estudo e do conhecimento prévio acerca do assunto das entidades envolvidas das ações emergenciais, nas organizações de suporte, de agentes públicos e da própria população, no intuito de elaborar estratégias que possam mitigar atos de improvisação, que, por ora, permeiam estes casos, no intuito de maximizar a eficiência e dirimir o tempo de resposta à situação de emergência, melhorando a qualidade de vida e ou salvando vidas dos vitimados pelo acontecimento em questão.

Ao passo que um assunto se torna importante para uma sociedade, o mesmo passa a ser alvo de pesquisas científicas. Assim sendo, acredita-se que a disseminação e um maior conhecimento da sociedade relativo ao tema, Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais deva acontecer de forma estruturada com base no conhecimento científico e relacionada aos cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas relacionadas à Administração de Empresas, Logística, e Engenharias em geral. Assim, o ensino da Logística Humanitária se az necessário em currículos dos cursos de Administração e engenharias, uma vez que, profissionais preparados irão auxiliar e conduzir ações mais assertivas.

Desta forma, o objetivo geral deste artigo é identificar à percepção e o conhecimento dos profissionais ligados à área de logística empresarial em relação à importância da logística humanitária e de serviços emergenciais.

Para tal, fará uso de entrevista com Coordenadores e Professores de cursos de Pós-Graduação e Graduação nas áreas de Administração, Logística e Engenharias, de instituições públicas e privadas, visando identificar não apenas o conhecimento do profissional, mas, e, também, com base no estudo das ementas das disciplinas e matrizes curriculares, identificar a existência de disciplina e ou do assunto Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais na grade curricular. Entrevistas com Consultores da área de Logística/Processos de instituições privadas, como, por exemplo, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SC). Aduz-se ainda a realização de entrevistas com ex-presidentes do Conselho Regional de Administração de Empresas (CRA-SC) e Ex–Presidentes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-SC).

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho fez-se uso da pesquisa Qualitativa, que de acordo com Contandriopoulos (1999) faz parte do fundamento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Isto, pois, a pesquisa qualitativa, de acordo com Yin (2001) apresenta como características básicas o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental.

No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, esta é considerada exploratória e interpretativa. Exploratória, pelo fato de ter como principal finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, ideias, para a formulação de abordagens mais condizentes com o desenvolvimento de estudos posteriores. Por esta razão, a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa do presente estudo para familiarizar o pesquisador com o assunto que se procura investigar, citam Lakatos e Marconi (1991). A pesquisa é interpretativa porque o pesquisador além de descrever os fatos observados, emite sua interpretação sobre os mesmos. (KUHN, 1992).

Neste escopo, a presente pesquisa faz uso do estudo de casos múltiplos (ou coletivos), que na visão de Santos (2000) é adotado para “prover *insights* sobre um

determinado assunto ou mesmo refinar uma teoria de forma mais consistente". Ele é muitas vezes escolhido porque as provas resultantes de casos coletivos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto.

Rea (2000) cita que as fontes de informação são os lugares ou situações de onde se extraem os dados de que se precisa. De acordo com Santos (2000) os dados podem ser primários e secundários, sendo os primários obtidos a partir da resposta das entrevistas, ao passo que os secundários são aqueles já publicados, logo, disponíveis.

Os dados primários foram extraídos mediante a análise das respostas das entrevistas, sendo que os dados secundários foram obtidos por meio de diversas fontes bibliográficas, como livros, publicações, periódicos diversos e *web sites*, para sustentar e auxiliar raciocínios e conclusões a respeito dos fatos/fenômenos da pesquisa. Gil (2002) complementa ao citar que a bibliografia é uma precisa fonte de informações, com dados já organizados e analisados, tendo em vista que praticamente qualquer necessidade humana já possui algo escrito a respeito, por isso afirma o autor que a bibliografia deve encabeçar qualquer processo de busca científica que se inicie.

As entrevistas aconteceram nas cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu, Itajaí, Chapecó, Lages, Palhoça, Criciúma, Tubarão, Navegantes, Canoinhas, Blumenau, Indaial, Ibirama, Guaramirim e Araquari, sendo conduzidas pelos autores do presente artigo.

Foram entrevistados dois (2) Ex–Presidentes do Conselho Regional de Administração de Empresas (CRA-SC), dois (2) Ex–Presidentes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-SC), cinquenta (50) coordenadores de cursos, nos níveis de Pós-Graduação e Graduação de cursos nas áreas Administração e áreas correlatas, Logística, Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica, quarenta (40) professores de cursos nas mesmas áreas, e consultores (16).

Além de entrevistas realizadas com os (as) coordenadores (as) de graduação e pós-graduação, foram estudadas as grades curriculares dos cursos, observando se havia no conteúdo das disciplinas o assunto Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais, de forma integral ou abordado parcialmente em disciplinas correlatas.

No que tange a entrevista com professores (as), selecionou-se docentes cujas disciplinas fossem na área de logística e suas atividades, como, por exemplo,

suprimentos, produção e distribuição. Dentre as disciplinas, cita-se Administração de Materiais, Logística, Gestão da qualidade, Administração da Produção, Gestão de Processos, Transportes, Pesquisa Operacional, Tomada de decisão, dentre outras. Tal ação, visou identificar se nas disciplinas o assunto Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais aparecia no conteúdo das disciplinas.

Em relação à consultoria, foram entrevistados dezesseis (16) consultores (as), vinculados (as) a instituições, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC) e empresas de consultoria em áreas como gestão de estoque, centros de distribuição (CD), gestão da qualidade, gestão de processos, dentre outros. Para a entrevista realizou-se os seguintes questionamentos:

1. Qual o seu conhecimento acerca do assunto “Logística”?
2. Você conhece ou já ouviu falar sobre Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais?
3. Respondendo de forma afirmativa a questão anterior, digo o que conhece sobre o assunto? Como mensura a importância do mesmo?
4. Acha importante o estudo sobre Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais?
5. É possível promover o incentivo ao estudo do assunto?

RESULTADOS DA PESQUISA

Cento e vinte pessoas foram entrevistadas. E como resultado, observou-se um baixo índice de conhecimento por parte dos profissionais pesquisados, apenas 8 (6,66%) dos entrevistados afirmaram conhecer ou ter ouvido falar sobre Logística Humanitária. Destes, tem-se respectivamente, o coordenador do curso com a disciplina presente na grade curricular, quatro (4) professores e três (3) consultores empresariais, o que demonstra um baixo conhecimento geral, seja de gestores de conselhos regionais, consultores, professores e coordenadores acerca do tema.

Ademais, conforme análise das grades e ementa dos cursos na conversa com coordenadores e estudo acerca do assunto com professores, somente existe uma disciplina de Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais, oferecido por uma Pós-Graduação pública na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis (SC). Nos outros setenta e nove (79) cursos, o assunto não é abordado em nenhuma disciplina, seja como tópicos especiais, tendências em logística, o que demonstra alto desconhecimento do assunto por parte da academia.

Como resultado da pesquisa, cita- se que o fato de uma das principais diferenças entre a logística humanitária e a empresarial estar no modelo de demanda, pois ao passo que na logística empresarial, a demanda é relativamente previsível, ocorre em locais pré-estabelecidos, em intervalos relativamente regulares e que na logística humanitária, a demanda ocorre de maneira imprevisível, frequentemente em locais desconhecidos e é estimada após a ocorrência da necessidade, traz desafios para os profissionais da logística empresarial, conforme os entrevistados.

Isto, pois, para estes, os formados em Administração, Logística e áreas afins, são treinados e formados para agir com base na racionalidade, planejamento, em locais e situações certas, por causa, principalmente, das questões de planejamento, organização, liderança e controle ensinadas nestes cursos. Ademais, as situações de Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais necessitariam de um enfoque especial na formação humana dos Administradores e Tecnólogos em Logística.

Ainda conforme os entrevistados, os estudos da Logística focam na parte Empresarial, tendo em vista o lucro para o consultor de empresas, a elaboração da grade dos cursos precisar direcionar o aluno para o mercado.

Conforme os consultores, a consultoria em Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais é gratuita, não gera dividendos, apenas visibilidade e mídia, o que segundo estes, é investimento de médio e longo prazo. Tal visão mais imediatista e monetária é também percebida pelos coordenadores e professores, pois, conforme estes se deve preparar as grades e ementas, assim como os (as) acadêmicos (as) para a realidade de mercado, para o empreendedorismo, para a geração de trabalho e renda, haja vista que, seja em instituições públicas e privadas, o objetivo é a empregabilidade os dos (das) acadêmicos (as).

Conforme resposta de setenta e nove (79) dos coordenadores, outra dificuldade para a disseminação na academia de estudos em Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais, reside no fato de que os professores destes cursos, em média, não possuem formação para a parte quantitativa de uma possível disciplina de Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais.

Na mesma senda, ainda conforme sessenta e quatro (64) coordenadores pesquisados, existe o receio do possível impacto da parte quantitativa da disciplina nos acadêmicos (as), face a insuficiente formação quantitativa destes.

Na opinião de ex-gestores ligados ao Conselho Regional de Administração de Empresas (CRA-SC), expressiva maioria dos (as) optantes pelos cursos na área

de Administração e Logística, o escolhem devido a baixa quantidade de disciplinas matemáticas e de cálculos quando comparados a outros cursos. Assim, conforme os mesmos, a criação de disciplinas quantitativas poderia vir a gerar insatisfação, desistências e até mesmo evasão nos cursos, por parte dos (as) acadêmicos (as), fato os mesmos, em sua maioria, não gostarem e apresentarem dificuldades na parte quantitativa. Dessa forma, somando-se ao fato de que as grades dos cursos são feitas visando atender questões de mercado, não compensaria que as Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas, insiram na grade uma disciplina com foco em questões gratuitas e de dificuldade matemática.

Relativo ao ex-gestores do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-SC), estes relataram que os cursos nas áreas de Produção e Mecânica apresentam foco em soluções, melhorias de processos, industriais e ou de serviços, geralmente, na área privada.

Questões como a falta de planejamento do setor público na prevenção e gerenciamento de desastres e demais ações de logística humanitária e de serviços emergenciais, acabam, na opinião dos entrevistados, fazendo baixar o interesse das pessoas pelo assunto.

Noventa e três (93) dos entrevistados, perfazendo um total de aproximadamente setenta e sete e meio (77,5 %) citam ser importante à inclusão do assunto logística humanitária e de serviços emergenciais nos bancos escolares de graduação, cursos tecnólogos e Pós-Graduação, especialmente, como Tópicos Especiais e ou Tendências em Logística.

Os ex-gestores, tanto do Conselho Regional de Administração de Empresas (CRA-SC) como do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-SC), acreditam ser importante o debate acerca da importância do assunto com os Coordenadores de Curso e Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (IES).

Os professores, em sua maioria, reconheceram seu desconhecimento em relação ao assunto, creditando- o mesmo a sua formação, geralmente em Administração, focados na parte empresarial, assim como os Coordenadores.

Como sugestões, propõe-se que o governo poderia incentivar a formação de Consultores e Gestores na área de Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais, por meio de projetos como o Pronatec, em instituições como Institutos Federais de Educação, Universidades Federais e Estaduais, dentre outros.

Ademais, acredita-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) poderiam fomentar o estudo do tema em suas grades, formando, em parceria com prefeituras, voluntários treinados e capacitados no assunto, que, em primeira mão, seriam mais eficazes quando do acontecimento de catástrofes, o que seria uma ação de marketing social, com forte apelo de responsabilidade social.

Dentro das instituições de consultoria pesquisadas, acredita-se que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SC) tendo em vista as suas capilaridades no território catarinense, poderiam servir como agentes de formação e treinamento de pessoas para ações na área de Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais por meio de recursos do governo, gerando também apelo social.

Cita-se que as organizações de ligadas a área da Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais, atualmente, gerenciam bilhões de dólares, todos os anos, seja no auxílio a vítimas de catástrofes naturais, conflitos civis e guerras. A tarefa principal destas é mobilização de financiamentos e de bens de doadores internacionais e administração de alívio para os beneficiários vulneráveis em locais de desastres em todo o globo, com inúmeras atividades destinadas à recuperação de desastres, redução da pobreza e promoção dos direitos humanos.

Isto, pois, desastres naturais afetam o sistema econômico da região atingida e afirmam que a ausência de uma boa gestão em desastres ocasiona uma grande perturbação política e social, o que reflete no relacionamento com outros países. Conforme Olsen et al. (2003) países desenvolvidos investem na preparação e na mitigação dos desastres, reduzindo, assim, os riscos, pois as consequências materiais podem ser exemplificadas pela destruição de estabelecimentos de saúde, instituições educacionais, unidades habitacionais, fazendas, infraestrutura pública, entre outros.

Essencial e primordial neste debate é que, os danos humanos são numerosos e podem ser destacados os casos de mortes, feridos, doentes, sem-teto, desalojados e desaparecidos. Percebe-se que no caso da criação efetiva de um eficiente planejamento logístico, por parte do estado, para o desenvolvimento das tarefas ligadas a Logística Humanitária e de Serviços Emergenciais, tenderia disseminar o assunto junto a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia a carência de conhecimento acerca do assunto Logística humanitária e de serviços emergenciais, atendeu ao objetivo proposto, que foi identificar à percepção de profissionais ligados a logística empresarial em relação essa temática.

Identificou-se também algumas dificuldades em relação ao ensino desta área para alguns cursos, os quais visam disciplinas mais qualitativas, uma vez que na logística humanitária há a utilização de técnicas voltadas à modelagem matemática, no entanto, há sim muito a ser trabalhado e que possibilite ações de planejamento e conhecimento que não necessite de complexidades matemáticas, como exemplo tem-se a necessidade de ser discutido sobre o uso de tecnologias de informação, que segundo Chiroli e Yokota (2016) é fator essencial para agilizar as ações emergenciais, a qual permite agilizar as respostas rápidas.

Outro ponto de destaque, está no fato de ser uma área que não gere lucros, pela visão dos profissionais. No entanto, conforme cita Beck (1996) identificar riscos é apenas sinônimo de catástrofes, mas sim a antecipação desta. Verifica-se, portanto, a necessidade se preparar para as situações agravantes que possam ocorrer em suas áreas no contexto dos desastres naturais e humanos, e para tal, é fundamental que avaliem os riscos e probabilidades de ocorrência desses eventos. Assim, há a necessidade de profissionais preparados para este estudo.

E, considerando que em tempos atuais, as empresas com fins lucrativos têm investido em programas e ações sociais, implantando até mesmo modelo de gestão de responsabilidade social (ABNT NBR 16001), pois estas obtêm melhoria de desempenho, visibilidade da marca, acesso a financiamentos, redução de impostos, moral e motivação dos funcionários e com isso obtendo por parte dos funcionários maior resiliência em se colocar no lugar do outro. Essa temática se faz necessária não somente nos bancos escolares. Assim, acredita-se que o crescimento do debate em torno do assunto, tenderia a gerar maior demanda por parte dos alunos e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPRO – **Associação Brasileira de Engenharia de Produçã**o. Áreas da Engenharia de Produção. 2018. Disponível em:< https://www.abepro.org.br/interna.asp?c=362>. Acesso em 07 de fevereiro 2018.

BALLOU, Ronald. Business Logistics Management. Englewood Cliffs: **Prentice Hall**, 1998

BALLOU, R. The evolution and future of logistics and supply chain management. **European Business Review**, v. 19, n. 4, p. 332-348, 2007.

BALCIK, B., BEAMON, B.M., SMILOWITZ, K.: Last mile distribution in humanitarian relief. **J. Intell. Transp. Syst**. 12(2), 51–63 (2008). ttps://doi.org/10.1080/15472450802023329

BEAMON, B. M., Humanitarian Relief chains: issues and challenges. Proceedings of the 34th **International Conference on Computers and Industrial Engineering**, 2004.

BECK, Ulrich. World risk society as a cosmopolitan society? Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties. **Theory, culture and society**, vol.13 (4): 1-32, 1996.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J., STANK, T. P. How to master cross-enterprise collaboration. **Supply Chain Management Review**, v. 7, n. 4; p. 18-27, 2003.

CELIK, E., GUMUS, A.T. "An outranking approach based on interval type-2 fuzzy sets to evaluate preparedness and response ability of non-governmental humanitarian relief organizations", **Computers & Industrial Engineering**, Vol. 101, pp. 21-34, 2016.

CHIROLI, D. M. G.; YOKODA, E. O. **Proposta do uso de VANT nas ações de logística humanitária no estado do Paraná-Brasil**. Espacios. Vol. 37 (Nº 22) Año 2016. Pág. 13. 2016. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n22/16372213.html>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. et al. Saber preparar uma pesquisa. 3. ed. São Paulo: **Hucitec**.1999.

COOPER, M. C.; LAMBERT, D. M.; PAGH, J. D. Supply chain management: more than a new name for logistics. **The International Journal of Logistics Management**, v. 8, n. 1, p. 1-14, 1997.

CSCMO- **Council of Supply Chain Management Profissionals**. SCM definitions and glossary of terms. 2018. Disponível em: < http://cscmp.org/>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

DE LA TORRE, L.E., DOLINSKAYA, I., SMILOWITZ, K.R.: Disaster relief routing: integrating research and practice. **Socio Econ. Plan. Sci**. 46(1), 88–97 (2012). https://doi.org/10.1016/j.seps.2011.06.001. (Special Issue: Disaster Planning and Logistics: Part 1)

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2002.

HEARNSHAW, E.J.S.; WILSON, M.M.J. "A complex network approach to supply chain network theory", **International Journal of Operations & Production Management,** Vol. 33 No. 4, pp. 442-469, 2011.

Hu, S.L., Han, C.F., Meng, L.P. "A scenario planning approach for propositioning rescue centers for urban waterlog disasters", **Computers & Industrial Engineering**, Vol. 87 No. C, pp. 425-435, 2015.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. S. Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 3ºed.São Paulo: **Atlas**, 1991.

MEIRIM, H. **Logística humanitária e logística Empresarial**. Disponível em www.mmrbrasil.com.br. 2007. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

NOGUEIRA, C. W.; GONÇALVES, M. B. e NOVAES A. G. Logística humanitária e Logística empresarial: Relações, conceitos e desafios. Artigo**. Anais do XXI Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes**. Novembro. Rio de Janeiro. 2007.

NOGUEIRA, C. W. O enfoque da logística humanitária na localização de uma central de inteligência e suporte para situações emergenciais e no desenvolvimento de uma rede dinâmica. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – **Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção**, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

OLSEN, G., CARSTENSEN, N., HOYEN, K. Humanitarian crisis: What determines the level of emergency assistance Media coverage, donor interest and the AID business. **Disasters**, vol. 27, n.2, pp.109-126, 2003.

REA, L. M.; PARKER, R. A. Metodologia de pesquisa - do planejamento à execução. São Paulo: **Pioneira**, 2000.

SANTOS, A. R. D. Metodologia Científica: A Construção Do Conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: **DP&A editora**, 2000.

THOMAS, A. Elevating Humanitarian Logistics. **International Aid & Trade Review**. (2004).

THOMAS, A. Humanitarian Logistics: Enabling Disaster Response. **The Fritz Institute**. 2003. Disponível em: www.fritzinstitute.or. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

THOMAS, A. Humanitarian Logistics: Enabling Disaster Response. **The Fritz Institute.** 2007. Disponível em: www.fritzinstitute.or. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

THOMAS A.; KOPCZAK L. From logistics to supply chain management: the path forward in the humanitarian sector. **Fritz Institute**, 2005.

YIN, Robert K. Estudos de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, **Bookman**, 2001.

ZAGO, C. A.; LEANDRO, L. A. L. Logística Humanitária: Oportunidades e Desafios na Perspectiva da Gestão Ambiental, 2013.In: IV **Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental** Salvador/BA – 25 a 28/11/2013. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/XI-046.pdf>. Acesso e 12 de janeiro de 2018.

SOBRE OS AUTORES

Rafael Bianchini Glavam
Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutorando em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC), Integrante do Grupo de Pesquisa Estratégia, Competitividade e Desenvolvimento – GEComD/UNESC, Consultor Empresarial e Analista Estratégico, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.
contato@rafaelglavam.com.br

Rosangela de França Bail
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Instrutora em Práticas de primeiros socorros. Ponta Grossa, Paraná, Brasil.
rosangelabail@hotmail.com

Daiane Maria De Genaro Chiroli
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catariana (UFSC), Professora do Departamento Acadêmico de Engenharia Têxtil da UTFPR-AP, Apucarana, Paraná, Brasil.
daianechiroli@utfpr.edu.br

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A MULHER AGREDIDA NO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO, RIO GRANDE DO SUL

Domestic Violence and Women Agred in the City of Barão Do Triunfo, Rio Grande Do Sul

SEMENSATTO, Vanessa Kloppemburg
Universidade Luterana do Brasil – São Jerônimo

SOUZA, Marjane Bernardy
Universidade Luterana do Brasil – São Jerônimo

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo investigar os indicadores de violência doméstica contra a mulher, identificando o número de denúncias realizadas nos anos de 2015 e 2016, o tipo de violência doméstica registrada nas denúncias e algumas características das mulheres agredidas, no município de Barão do Triunfo, Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada na Delegacia de Polícia Civil do município em questão o qual, não possui uma Delegacia especializada, bem como, uma equipe multidisciplinar, mas atende as mulheres vítimas de violência doméstica. Nos dois anos analisados, 52 boletins de ocorrência relacionados à Lei Maria da Penha, foram encontrados. Em relação aos tipos de violência, as denúncias, dos anos estudados, apresentam número maior de casos de violência psicológica, seguida pela violência física. Em relação ao perfil da mulher agredida, buscou-se levantar os dados como, faixa etária, escolaridade, etnia e profissão. A violência é um fator de risco a saúde física, psíquica, emocional e social, podendo acarretar sérios problemas, como depressão, ansiedade e sintomas psicossomáticos.

Palavras-chave: Violência doméstica. Tipos de violência. Perfil da mulher.

ABSTRACT: The present study aims to investigate the indicators of domestic violence against women, identifying the number of complaints made in the years 2015 and 2016, the type of domestic violence registered in the denunciations and some characteristics of the battered women in the municipality of Barão do Triunfo , Rio Grande do Sul. The research was conducted at the Civil Police Precinct of the city in question, which doesn't have a specialized police station, as well as a multidisciplinary team, but serves women victims of domestic violence. In the two analyzed years, 52 incident reports, related to Law Maria da Penha, were found. Regarding the types of violence, the reports of the analyzed years present a greater number of cases of psychological violence, followed by physical violence. In relation to the profile of the battered woman, we sought to collect data such as age, education, ethnicity and profession. Violence is a risk factor for physical, psychic, emotional and social health, and can lead to serious problems, such as depression, anxiety and psychosomatic symptoms.

Key-words: Domestic violence. Types of violence. Woman profile.

INTRODUÇÃO

A violência acomete toda a sociedade sem distinção de raça, sexo, idade, educação, religião ou condição socioeconômica. Contribui para a perda da qualidade de vida dos cidadãos, leva a um aumento dos custos com cuidados à saúde, além de ser uma das mais significativas formas de disfunção familiar e pessoal (OLIVEIRA et al. 2015). Tratando-se de gênero, a violência doméstica contra a mulher é um problema de saúde pública que cresce a cada dia no país e suas consequências são preocupantes.

No Brasil, a situação mostra-se muito grave, pois de acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010, com uma amostra de 2.365 mulheres, uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido algum tipo de violência de parte de um homem. Os principais agressores, em uma variação de 50 a 70% são os cônjuges, que em uma relação de poder aproveitam da vulnerabilidade das vítimas para praticá-la (MADUREIRA et al. 2014).

Levando em consideração o pequeno número de habitantes no município de Barão do Triunfo – RS, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2017 em 7.440 habitantes, os poucos recursos disponibilizados, como por exemplo, a falta de um acesso asfáltico, hospitais, bem como a carência de profissionais especializados, disponibilidade de mão de obra, entre outros, se torna essencial um trabalho com a temática proposta para resgatar o que muitas vezes é considerado uma causa banal.

Para o efetivo enfrentamento da temática, é necessário que a comunidade possa estar informada sobre a igualdade dos direitos de ambos os sexos e assim, combater a violência que na maioria das vezes é ignorada. Portanto, a relevância social deste trabalho se dá por investigar os indicadores de violência doméstica contra a mulher identificando o número de denúncias realizadas, o tipo de violência doméstica registrada nas denúncias e algumas características das mulheres agredidas.

O estudo faz parte de um recorte da pesquisa “O Mapa da Violência Doméstica Contra a Mulher na Região Carbopetroquímica”, realizada pelo Núcleo de Pesquisas da Universidade Luterana do Brasil - São Jerônimo, RS,

que forneceu os dados para respectiva pesquisa, através do seu banco de dados.

Fundamentação teórica

A Violência Doméstica Contra a Mulher

A violência de acordo com Gomes et al. (2015), tem sido vista no cenário de saúde pública brasileira como um tema de ampla complexidade, pois é considerada um fenômeno social desencadeado por múltiplos fatores que atingem não apenas as vítimas, mas seus familiares e a sociedade.

A violência doméstica contra a mulher, especificamente, conforme Oliveira et al. (2015) é um fenômeno complexo, motivado por questões econômicas, culturais e sociais que acompanham a impunidade, a ilegalidade e o medo de falar a respeito do tema. Seu aumento desordenado nos últimos anos evidencia as desigualdades culturais entre os sexos, em que o poder e a força física masculina se sobrepõem em atribuições que legitimam e intensificam a violência.

De acordo com o Mapa da Violência, Homicídios de Mulheres no Brasil (2015), 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013.

O Instituto de Pesquisas do Grupo Folha - Datafolha (2017) encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança, relata que, uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano. Só de agressões físicas, o número é alarmante, 503 mulheres brasileiras vítimas a cada hora, esses números mostram o persistente problema da violência contra as mulheres no Brasil. A pesquisa mostrou que, entre as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram.

A violência doméstica contra a mulher é considerada fator de risco à sua saúde mental, de acordo com Santos et al. (2014), por tornar suas vítimas altamente suscetíveis psiquicamente, ocasionando sérios agravos à sua qualidade de vida e ao desenvolvimento de comportamentos de risco. Além de provocar lesões físicas e sofrimento psicológico, aumenta o risco de prejuízos

futuros à saúde, propiciando o aparecimento de dores crônicas, ansiedade, depressão, fobias e afetando, consequentemente, as esferas cognitivas, emocionais e comportamentais.

As mulheres vítimas de violência normalmente apresentam sentimentos de derrota, culpa, insegurança, frustração, medo e vergonha, esses sentimentos atrasam a busca por ajuda**.** Conforme Diniz (2013) e Souza et al. (2015), o medo de não ser compreendida e de ser culpabilizada pela família e pela sociedade também imprime graves marcas, culminando na permanência das mulheres em relações violentas. Para além, esses medos acentuam a autoculpabilização, fenômeno social em que a mulher tende a se responsabilizar pelo destino da relação afetiva.

A violência doméstica está associada a vários fatores, dentre eles, de acordo com Oliveira et al. (2015) estão a baixa escolaridade da mulher, a situação socioeconômica desfavorável, além do uso de álcool ou drogas ilícitas entre os parceiros podendo exacerbar a magnitude do problema.

O ato de denunciar a violência doméstica é muito doloroso, já que reconhecer que se enfrenta essa situação é extremamente difícil, motivo pelo qual muitas mulheres não denunciam as agressões. Nesse sentido, é importante que os profissionais compreendam as justificativas que envolvem esse ato e tenham o cuidado de não revitimizar essa mulher, isto é, fazer dela uma vítima novamente, seja do despreparo do profissional ou da falta de estrutura do serviço público (SOUZA e SOUZA, 2017).

A Legislação contra a violência doméstica

A Lei n°11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada no Brasil em 07 de agosto de 2006, com o objetivo coibir a violência doméstica e familiar visando prevenir, punir e erradicar qualquer tipo de violência contra a mulher. Conforme a Lei, toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Além da Lei Maria da Penha, foi sancionada a Lei n° 13.104, de 09 de março de 2015 que altera o código penal para prever o feminicídio, ou seja,

homicídio doloso praticado contra a mulher por razões do sexo feminino, como circunstância qualificadora do crime de homicídio incluindo-o no rol dos crimes hediondos. Com uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres, o Brasil está entre os países com maior índice de homicídios femininos: ocupa a quinta posição em um ranking de 83 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2015.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em pesquisa realizada pelo Observatório de Violência contra as Mulheres no ano de 2015, o motivo mais frequente do feminicídio é o divórcio/separação, correspondendo a 51% das ocorrências ou mais da metade dos casos analisados. Em seguida está discussão/briga, com 41% e em terceiro lugar, o ciúme/traição com 5% das situações. No município de Barão do Triunfo – RS, segundo essa pesquisa, não constatou até o presente estudo nenhum caso resultante em feminicídio, porém, no ano de 2014 e 2015, duas mulheres sofreram tentativas de feminicídio. Já no estado do Rio Grande do Sul, apurou a ocorrência de 99 casos de feminicídio e no ano de 2016, 96 mulheres foram mortas por companheiros ou ex-companheiros.

Tipos de Violência

A violência contra a mulher vai muito além da agressão física, podendo se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade, estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios.

A Lei 11.340, de 2006, artigo 7°, prevê como formas de violência doméstica contra a mulher os seguintes tipos: a violência física, que incorpore todo e qualquer ato de insulto a sua inteireza corporal; a violência psicológica que remete a uma violência que desencadeia na área emocional, ou seja, qualquer ação que interfira negativamente em seu processo mental; violência sexual, abrangendo atitudes e/ou comportamentos sexuais que não são desejadas, métodos contraceptivos, abortos e gravidez forçada; violência patrimonial traz qualquer ação de destruição, modificação, diminuição aos bens, sejam eles documentais, físicos, trabalhistas, e todo ou qualquer recurso utilizado para prover o fim das necessidades e a violência moral configura toda e qualquer injustiça, violação dos direitos, ofensa, afirmações contra a verdade.

De acordo com as pesquisas realizadas por Souza et al. (2017), Ribeiro (2016), Sousa et al. (2013) e a respectiva pesquisa realizada no município de Barão do Triunfo, RS, os maiores índices dos tipos de violência doméstica contra a mulher, estão entre a física e a psicológica, ambos, tendem a ser os mais frequentes e denunciados.

O município de Barão do Triunfo no Rio Grande do Sul

Atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2016), o município possui uma população estimada para o ano de 2017 em, 7.440 habitantes, sendo aproximadamente 3.227 mulheres e sua área da unidade territorial 436,395 km². De acordo com último censo demográfico realizado pelo mesmo órgão em 2010 a 2013, o município é o menor entre o PIB (Produto Interno Bruto) per capto da Região Carbopetroquímica, sendo este uma ferramenta fundamental para avaliar o crescimento econômico em qual o município encontra-se com a economia insatisfatória, sendo a maior fonte de economia do município a agropecuária (IBGE, 2016).

A pesquisa elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2013, constatou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Barão do Triunfo está entre os municípios gaúchos que precisam melhorar seus índices.

A mesma pesquisa, citada anteriormente, buscou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), considerando indicadores de longevidade (saúde), renda e educação, que varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município, quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município). Considerando esses fatores, o município de Barão do Triunfo, encontra-se com índice de faixas de desenvolvimento humano, em 0,610 considerado médio. Já nos indicadores de longevidade, 0,821 muito alto, renda 0,645 médio e educação 0,428 muito baixo.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, realizou uma pesquisa em 2017, buscando o perfil de cada município gaúcho, no ano de 2010, 79% da população de Barão do Triunfo não possuía instrução e/ou ensino fundamental incompleto, 12% fundamental completo e

ensino médio incompleto, 8% ensino médio completo e superior incompleto e 1% superior completo.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental de natureza retrospectiva com análise de dados secundários. Este tipo de pesquisa se utiliza de documentos autênticos pertencentes a um órgão ou instituição e que permite, através destas informações, explorar e especificar os objetos de estudo, dando um significado a eles. (DRESCH et al., 2015). Essa pesquisa realizou-se a partir de um recorte da pesquisa "O Mapa da Violência Doméstica Contra a Mulher na Região Carbopetroquímica", realizado pelo Núcleo de Pesquisas da Universidade Luterana do Brasil, *campus* de São Jerônimo – RS, que possui um banco de dados do qual, foram retirados as informações para a realização da respectiva pesquisa, construído a partir de documentos fornecidos pela Delegacia de Polícia Civil no município de Barão do Triunfo, RS. Sendo assim, conforme a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), este tipo de pesquisa não requer avaliação do Comitê de Ética.

Instrumento

O instrumento utilizado para a coleta de dados consistiu nos Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia de Polícia Civil do município de Barão do Triunfo, RS. No boletim de ocorrência aonde a vítima narra a violência sofrida, constam a data e o número de registro, os dados de identificação da delegacia, o tipo de denúncia realizada, a descrição do caso, os dados do autor da denúncia ou do comunicante, os dados de testemunhas (se houver) e os dados do agressor.

Nas denúncias baseadas na Lei Maria da Penha, consta o desejo da mulher querer representar criminalmente contra o agressor e o desejo de requerer medidas protetivas de urgência previstas nesta mesma Lei. Devendo, neste caso, aparecer sua assinatura nos locais indicados. Os boletins de ocorrência são armazenados em arquivos mês a mês e organizados conforme data e número de registro.

Foram incluídos os Boletins de Ocorrências de cada mês do ano 2015 e 2016, que constem violências contra as mulheres.

Coleta de dados

Para a realização da pesquisa foi apresentado ao delegado da Polícia Civil do município de Barão do Triunfo, RS, o termo de apresentação que constava o nome da Universidade e a responsável pela coordenação de pesquisa, bem como a solicitação para o fornecimento dos dados.

A coleta de dados ocorreu no período de 27 de fevereiro a 18 de setembro de 2017, com levantamento dos dados das denúncias de violência doméstica realizada por mulheres residentes no município de Barão do Triunfo, em relação a qualquer tipo de violência que a mulher venha a ter sofrido. Os dados da presente pesquisa foram fornecidos pela autoridade Policial do local.

Análise dos dados

A pesquisa teve seus dados analisados no programa Microsoft Excel 2007, utilizando procedimentos de estatística descritiva para a análise das variáveis quantitativas contínuas com aplicação de fórmulas sobre variação e percentual, a fim de gerar tabelas referentes à quantidade de denúncias realizadas em cada mês do ano de 2015 e 2016, os tipos de violência registrados em cada denúncia, à faixa etária, escolaridade, cor e profissão da mulher vítima. As tabelas relacionadas à faixa etária, a cor, a escolaridade e a profissão foi de uso para assim traçar o perfil da mulher que é acometida a violência: psicológica, física, moral, patrimonial e sexual, conforme a definição da Lei 11.340 (2006).

Apresentação e discussão dos resultados

A tranquilidade das pequenas cidades pode estar relacionada a vários fatores, como por exemplo, trânsito menos intenso, a possibilidade de uma vida em ritmo mais lento de modo geral, espaços mais silenciosos e o sentimento de segurança devido a uma suposta incidência menor de criminalidade. Contudo, essa realidade já não é mais a mesma.

No município com aproximadamente 7.740 habitantes, população estimada para 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, a partir da análise dos resultados obtidos, foram realizadas um total de 52 denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica, nos anos de 2015 e 2016, residentes no município de Barão do Triunfo - RS, sendo todas as denúncias registradas na Delegacia de Polícia Civil do próprio município (Tabela

1), ocasionando uma variação de um ano para o outro, de 36%. Com maior acesso a informações e políticas contra violência, a tendência é que esse número continue crescendo, considerando que a população entende que não se deve calar e encobrir certas atitudes.

Conforme a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a violência contra as mulheres continua disseminada em todo país. O balanço do primeiro semestre de 2016, no comparativo com o mesmo período de 2015, mostra um crescimento de 133% no volume de relatos de violência doméstica e familiar.

Conforme os dados obtidos (tabela 1) nota-se, que os números de denúncias de 2015 para 2016 aumentaram 36%, a violência cresceu, fenômeno que também foi constatado na pesquisa realizada pelo DataSenado, em 2015, Secretaria da Transparência, as mulheres que foram entrevistadas apontam que a violência está aumentando. Desde 2009 até 2015, o percentual médio das que percebem esse aumento, ano a ano pesquisado, gira em torno de 63%.

Contudo, o ato de denunciar a violência doméstica ainda é uma barreira para muitas mulheres, pois o reconhecimento do enfrentamento dessa situação é extremamente difícil. A falta de denúncia por parte da mulher contra o homem é o fator que mais gera a impunidade aos autores das agressões. Na grande maioria dos casos, as vítimas preferem ficar caladas a buscar uma punição pelo fato ocorrido.

A mesma pesquisa citada anteriormente, realizada pelo DataSenado em 2015, aponta que 21% das mulheres vítimas não procuraram ajuda. Uma em cada cinco mulheres não fez nada quando agredida. Este percentual aumentou em relação a 2013, quando 15% das vítimas adotaram a mesma postura.

Conforme Souza et al. (2017) em pesquisa realizada em Triunfo – RS, município pertencente a mesma região Carbopetroquímica de Barão do Triunfo, resultados demonstraram que, no período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, foram realizadas 135 denúncias por mulheres vítimas de violência doméstica residentes no município de Triunfo, sendo 106 denúncias na Delegacia de Polícia Civil do município e 29 em delegacias de municípios próximos.

Tabela 1 - Número de denúncias realizadas no período

Meses	2015	%	2016	%	Total	%	Variação %
Janeiro	1	5%	1	3%	2	4%	0%
Fevereiro	3	14%	3	10%	6	12%	0%
Março	1	5%	2	7%	3	6%	100%
Abril	3	14%	5	17%	8	15%	67%
Maio	2	9%	0	0%	2	4%	-100%
Junho	0	0%	1	3%	1	2%	0%
Julho	2	9%	0	0%	2	4%	-100%
Agosto	5	23%	2	7%	7	13%	-60%
Setembro	0	0%	5	17%	5	10%	0%
Outubro	3	14%	3	10%	6	12%	0%
Novembro	1	5%	2	7%	3	6%	100%
Dezembro	1	5%	6	20%	7	13%	500%
Total	**22**	**100%**	**30**	**100%**	**52**	**100%**	**36%**

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Percebe-se conforme demonstra a tabela 1 que, em alguns meses os números de denúncias foram maiores (fevereiro, abril, agosto, outubro e dezembro). Abril, foi o mês que houve o maior número de denúncias registradas no ano de 2015 e 2016, com um total de 15%, podendo apresentar uma relação à atividade do agricultor, pois é o período de menor serviço e também, do recebimento do valor estimado para a sua safra, levando-se em consideração que a plantação de tabaco é a maior fonte de renda do município e 65% de mulheres vítimas são agricultoras (Tabela 6).

Já no mês de dezembro, houve uma discrepância significativa do ano de 2015 em que foram registradas 5% do total das denúncias e no ano 2016, aumentou para 20%, o que ocasionou uma variação de 500%, fato que pode estar associado ao feriado de Natal, aonde o agressor e a vítima ficam em casa reunidos. Esses dados são confirmados pela pesquisa realizada por Pereira et al. (2013) em Viçosa, Minas Gerais, no ano de 2010, os casos de violência doméstica ocorreram principalmente nos meses dezembro, novembro, março e abril, podendo ser justificado pelos feriados existentes, como Natal, Finados, Semana Santa e Carnaval, considerando que a violência tende a ocorrer no ambiente familiar, uma vez que são dias em que a possível vítima e agressor se encontram em casa.

Verificou-se que as motivações para essa falta de denúncia são diversas, sendo que a que mais prevalece é o medo do agressor, ou seja, o pavor que a vítima tem de sofrer consequências piores caso leve o caso à justiça

faz com que ela continue no silêncio, fingindo que nada aconteceu (SILVA, 2014).

Por conseguinte, os tipos de violências foram classificados conforme a Lei Maria da Penha, havendo casos de denúncias que foram registrados com mais de um tipo de violência (Tabela 2). Conforme Souza et al. (2017), embora as denúncias contemplem apenas um tipo específico de violência, dificilmente este vem sozinho.

Tabela 2 - Tipos de violências denunciadas

Tipos de Violência	2015	%	2016	%	Total	%	Variação %
Psicológica	17	59%	20	63%	37	61%	18%
Física	10	34%	9	28%	19	31%	-10%
Moral	2	7%	3	9%	5	8%	50%
Patrimonial	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Sexual	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	**29**	**100%**	**32**	**100%**	**61**	**100%**	**10%**

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Considerando o total de denúncias dos anos analisados, a violência psicológica resultou ser o tipo mais frequente entre os registrados na Delegacia, correspondendo ao total de 61% das denúncias. Os índices de violência psicológica são seguidos por aqueles referentes a violência física, representando 31% dos relatos registrados, sendo os tipos de violência mais frequentes e denunciados. A violência psicológica é uma das mais silenciosas, deixando, por vezes, marcas profundas por não ter uma consequência momentânea, mas, sim, um efeito cumulativo. Segundo Amaral et al. (2016), os tipos de violência entrelaçam-se, sendo comum a associação entre violência física e psicológica, tipos estes que constituem os casos mais graves de violência.

Por ser de difícil identificação, a violência psicológica na maioria dos casos é negligenciada por quem sofre e normalmente precede a agressão física. Conforme pesquisa realizada por Souza e Souza (2017), no município da mesma Região Carbopetroquímica a violência psicológica ocasionou 54,07% das denúncias, gerando surpresa pois, uma vez que a vítima de violência doméstica nem sempre é capaz de identificar as ameaças e os xingamentos como agressão, interpretando-os, às vezes, como situação corriqueira em seu

relacionamento, seguido pela violência física, correspondendo a 34,07% das denúncias.

Contrapondo Santos et al. (2016) que traz, a violência psicológica como a menos denunciada, os dados da pesquisa, como pode-se perceber na tabela 2, a violência psicológica teve um aumento de um ano para outro, enquanto, a violência física diminuiu. Podendo considerar que as mulheres estão sentindo-se mais seguras para procurar ajuda, confiando nas políticas públicas e nas informações para que as mesmas saibam, que há uma lei que irá protegê-la.

A violência moral, por sua vez, está presente em 8% do total de denúncias, representando um aumento de um ano para o outro de 50% (Tabela 2). Assim como a violência psicológica, é silenciosa e deixa marcas profundas. Para Gomes et al. (2015), caracterizada pela transgressão dos valores morais por meio de humilhação e desrespeito, seu efeito não é momentâneo, mas cumulativo.

Como percebe-se na tabela 2, a violência patrimonial e a sexual não apresentaram percentuais relativos, porém, segundo Duarte et al. (2015), a violência sexual apesar de muitas vezes não deixar fisicamente as marcas do agressor e não ser tão facilmente detectada e denunciada, ela é tão ou mais responsável quanto os outros tipos de violência por consequências que podem repercutir em diversas formas de adoecimento. As mulheres, ao vivenciarem situações de violência sexual, atribuem significados negativos a sua corporeidade. O sofrimento vem acompanhado de uma variedade de sentimentos, emoções e da necessidade de não revelar a experiência vivenciada, em decorrência das representações sociais negativas (VIANA et al., 2014). Já a violência patrimonial, conforme Griebler e Borges (2013), pode estar diretamente ligada a situação conjugal e a dependência financeira.

No que diz respeito ao perfil das mulheres agredidas (Tabela 3), as queixas nos boletins de ocorrência com maior índice, são mulheres adultas na faixa etária adulto jovem e madura, entre 31 aos 59 anos, representando 66% das vítimas. Em seguida, o segundo maior índice refere-se as mulheres de idade entre 22 a 30 anos, correspondendo a 23% das agressões, seguido das adolescentes 10% e 2% mulheres de 60 ou mais anos.

Uma pesquisa realizada por Silva, em 2016, apresenta um índice alto de violência na faixa etária que vai de 40 anos de idade até os 60 anos, com 37%

dos casos atendidos. Estas são mulheres que não vem sofrendo violências apenas nos dias atuais, fazem parte de sua trajetória de vida.

Tabela 3 - Faixa etária das mulheres agredidas

Faixa etária	2015	%	2016	%	Total	%	Variação %
Adolescentes	0	0%	5	17%	5	10%	100%
22 a 30	5	23%	7	23%	12	23%	40%
31 a 40	8	36%	9	30%	17	33%	13%
41 a 59	9	41%	8	27%	17	33%	-11%
60 ou mais	0	0%	1	3%	1	2%	100%
Total	**22**	**100%**	**30**	**100%**	**52**	**100%**	**36%**

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Esses resultados sugerem que a violência abrange diversas faixas etárias e momentos da vida mulher. Conforme a pesquisa realizada pelo DataSenado, em 2015, as mulheres estão mais suscetíveis a sofrer violência doméstica pela primeira vez quando têm entre 20 e 29 anos. Nessa idade, 34% das vítimas sofreram a primeira agressão. Se contadas as idades mais jovens, veremos que 66% das vítimas reconhecem ter sido violentada inicialmente até os 29 anos. Somente 15% dos casos ocorreram pela primeira vez após os 40.

A mesma pesquisa, conclui também, que as primeiras agressões parecem estar ocorrendo cada vez mais cedo. Como consta na tabela 3, a faixa etária dos 18 a 20 anos, ocasionou uma variação de 100%, pois no ano de 2015, não houve nenhuma denúncia e em 2016, um percentual de 10% dos registros.

No que se refere a escolaridade das vítimas, percebe-se um alto índice de mulheres com baixa ou nenhuma instrução, em um total de 79%, como consta na tabela 4. O baixo grau de instrução desfavorece a melhor qualificação profissional motivando, em algumas situações, o desemprego. Há, também, casos em que a mulher deixa os estudos para cuidar da família, passando a depender economicamente do marido, o que pode aumentar sua vulnerabilidade e dificultar o rompimento do ciclo de violência (COSTA et al. 2015).

De acordo com os dados do município de Barão do Triunfo - RS, fornecido pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) em 2013, o município em questão, encontra-se com o indicador de educação muito baixo, o que por sua vez, afirma esse alto percentual de mulheres com baixa ou nenhuma instrução (Tabela 4). Em contrapartida, o município na época de 1941,

ainda como distrito de São Jerônimo - RS, iniciou a construção do grupo escolar de Barão do Triunfo, não possuindo o ensino médio, somente o ensino fundamental, onde eram ofertadas poucas séries e os alunos não tinham transporte para locomoção. Somente em 1991, deu-se início as atividades do 2º Grau em Barão do Triunfo (FALLAVENA, 1997).

Tabela 4 - Escolaridade

Escolaridade	2015	%	2016	%	Total	%	Variação %
Sem instrução	1	5%	1	3%	2	4%	0%
1° grau incompleto	11	50%	14	47%	25	48%	27%
1° grau completo	3	14%	11	37%	14	27%	267%
2° grau incompleto	2	9%	4	13%	6	12%	100%
2° grau completo	5	23%	0	0%	5	10%	-100%
Superior incompleto	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Superior completo	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	**22**	**100%**	**30**	**100%**	**52**	**100%**	**36%**

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Conforme Sousa et al. (2013), a violência ocorre em todas as classes sociais, as queixas nas delegacias ocorrem em maior número em pessoas com baixo nível de instrução, em relação tanto à vítima quanto ao agressor. Estima-se que a classe com maior escolaridade, muitas vezes busca outros setores para resolver o problema, como: médicos, advogados, familiares, entre outros.

Outro fator para o abandono dos estudos, conforme pesquisa realizada por Silva (2016), onde algumas vítimas afirmaram não ter concluído os estudos porque casaram e tiveram filhos cedo, tinham que cuidar da família e do lar, assim foram adiando a volta aos estudos e por fim não voltaram mais.

Quanto a etnia das mulheres vítimas de violência doméstica, surge uma questão importante. Considerando que a raça negra ainda sofre preconceito, pode-se perceber na que tabela 5, as mulheres negras estão com valores bem inferiores a raça branca nas notificações.

De acordo com a tabela 5, totalizando os dois anos de 2015 e 2016, 92% das mulheres vítimas de violência doméstica se declararam brancas e apenas 8% negras, havendo ainda, uma diminuição de 67% de negras de um ano para o outro. Esse dado vai contra ao Mapa da Violência (2015), no qual conclui, que

nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica. Também, contradiz a pesquisa realizada por Ribeiro (2016), na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM, em Diamantina, Minas Gerais, em que na descrição das mulheres agredidas, observa-se que do total de 397 mulheres, 82,4% são da raça negra.

Uma hipótese para esses dados, pode ser explicado pelo último censo demográfico realizado no município de Barão do Triunfo - RS, em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE 2016), resultados da amostra avaliando as características da população, dos 7.018 habitantes do ano de 2010, apenas 369 pessoas declararam-se negras. O fato de o maior número de denúncias serem de pessoas que se declaram brancas vem ao encontro desses dados.

Tabela 5 - Etnia

Cor	2015	%	2016	%	Total	%	Variação %
Branca	19	86%	29	97%	48	92%	53%
Negra	3	14%	1	3%	4	8%	-67%
Total	**22**	**100%**	**30**	**100%**	**52**	**100%**	**36%**

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Considerando, a agropecuária como a maior fonte de economia do município de Barão do Triunfo, onde a base de renda é a plantação de tabaco (fumo), milho, arroz, entre outros. Pode-se observar as profissões das mulheres na tabela 6, onde 65% do total, são agricultoras, seguindo 13% do lar, 8% estudantes, 4% doméstica, outros e aposentada, e 2% são de mulheres servidoras públicas, totalizando os dois anos analisados.

Tabela 6 - Profissão

Profissão	2015	%	2016	%	Total	%	Variação %
Agricultora	14	64%	20	67%	34	65%	43%
Do Lar	5	23%	2	7%	7	13%	-60%
Estudante	0	0%	4	13%	4	8%	100%
Doméstica	0	0%	2	7%	2	4%	100%
Outros	2	9%	0	0%	2	4%	-100%
Aposentada	0	0%	2	7%	2	4%	100%
Funcionária Pública	1	5%	0	0%	1	2%	-100%
Total	**22**	**100%**	**30**	**100%**	**52**	**100%**	**36%**

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Outro fator que pode estar associado ao alto índice de mulheres agricultoras é a baixa ou nenhuma instrução (tabela 4), que as mesmas apresentaram. Talvez muitas não tiveram a oportunidade de estudar, pois os recursos do município eram escassos (FALLAVENA, 1997).

O perfil das vítimas de violência doméstica em áreas rurais é semelhante, sem tanto acesso à informação, muitas delas não reconhecem os direitos que as cercam. Diversas vezes a mulher do campo planta, cultiva, colhe e quem administra o dinheiro é o homem. De acordo com Costa et al. 2015, as dimensões expressas pelos participantes no que se refere às relações violentas entre homens e mulheres rurais revelam, predominante, o poder e a autoridade do homem como provedor e chefe da casa. A mulher rural é vista sob a ótica da relação de serviço, subordinação e obediência.

De acordo com a Cartilha da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, fundada em 2008, acabar com uma situação de violência não é uma atitude fácil, ainda mais quando ela acontece dentro de casa. A vergonha, o medo, as relações de poder e a dominação estabelecidas pelo agressor e, na grande maioria dos casos, a dependência econômica, dificultam a reação das mulheres para o rompimento com essa situação. Contudo, por mais fortes que sejam as tradições, a violência contra a mulher não pode ser encarada como um fato normal. Ela causa sofrimentos, afeta a saúde, traz consequências negativas para todos ao redor.

Considerações Finais

A violência contra a mulher não é nenhuma novidade na sociedade atual e não está restrita a um certo meio. Em grande parte, a violência ocorre dentro do lar, sendo praticada por pessoas próximas, não atingindo somente a mulher, e sim, a família toda. Os dados ainda são alarmantes, e por isso requer uma ação constante de prevenção.

Esta pesquisa buscou além de descobrir quantas denúncias foram registradas por mulheres vítimas da violência doméstica, na Delegacia de Polícia Civil, nos anos de 2015 e 2016 no município de Barão do Triunfo, Rio Grande do Sul, mas também, com o propósito de analisar os tipos de violência e o perfil da mulher agredida. Analisando o perfil, constatou-se que a maioria das mulheres que sofreram violência doméstica, estão na faixa etária adulto jovem e madura, dos 31 aos 59 anos, possuem baixa ou nenhuma instrução, são brancas e agricultoras.

Sendo Barão do Triunfo, um município do interior do Estado, com maior área de extensão, na zona rural, considero importante analisar a cultura da mulher agredida, seu acesso as informações que visam frisar os seus direitos, sua rede de apoio, entre outros tantos fatores importantes que impeçam a mulher de denunciar, submetendo-a a uma relação violenta por anos ou até o fim de suas vidas. Não se deve calar perante a violação dos direitos das mulheres sejam elas, idosas, jovens, meninas, brancas ou negras, rurais ou urbanas. A erradicação da violência e todas as suas formas de manifestações é urgente e exige o comprometimento das políticas públicas.

Ainda é preocupante o número de mulheres agredidas por seus companheiros, uma violência que cresce mesmo com a implantação da Lei Maria da Penha que visa punir rigorosamente o agressor. Apesar dos diversos avanços institucionais, sociais e jurídicos terem sido conquistados pelas mulheres, ainda é importante ressaltar que esses esforços devem ser cada vez mais empenhados para que a realidade vivida se transforme.

Por fim, este estudo também vem para contribuir com outros trabalhos realizados pelo Núcleo de Pesquisas da Universidade Luterana do Brasil - São Jerônimo, justamente pela grande incidência de casos de violência doméstica na Região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. B. M. et al. **Domestic Violence and the Maria da Penha Law: Profile of Aggression in Women Sheltered in a Social Unit of Protection.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 521-540, ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p521> Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006**: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8° do artigo.226 da Constituição Federal. Brasília-(DF); 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. > Acesso em 20ago. 2017.

BRASIL. **Lei n° 13.104, de 9 de março de 2015:** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm> Acesso 20 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. **Observatório de Violência contra as Mulheres da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul**. **Feminicídio: Um Tema Para Debate.** 2015. Rio Grande Do Sul, RS: Secretaria De Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/femicidio-um-tema-para-debate>. Acesso 29 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Balanço 2014.** Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf>. Acesso em 04. Out. 2017.

COSTA, M. C., et al. **Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem 19(1) Jan-Mar 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n1/1414-8145-ean-19-01-0162.pdf> Acesso em 29 out. 2017.

COSTA, M. S. et al. **Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012.** Epidemiol. Serv. Saúde, vol.24, n.3, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223796222015000300551&script=sci_abstract&tlng=p>. Acesso 29 out. 2017.

DEEPASK, Dados Sociodemográficos, **IDH Municipal: Veja Índice de Desenvolvimento Humano por Cidade do Brasil - Barão do Triunfo, RS,** 2013.Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=barao-do-triunfo/RS-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>. Acesso em 03 set. 2017.

DRESCH, A., LACERDA, D. P, ANTUNES, J. A. V., **Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia.** Bookman, 2015. VitalBook file. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: <integrada. minhabiblioteca.com.br/books/9788582602997>. Acesso 12 set. 2017.

DINIZ, G. **Até que a vida ou a morte os separe: análise de paradoxos das relações violentas.** In Féres-Carneiro, T. (org). Casal e família: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

DUARTE, M. C., et al. **Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão.** Rev. Bras. Enferm. Brasília vol.68 n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034716720150002003 25&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 05 out. 2017.

FALLAVENA, Leandro. **Barão do Triunfo. Descobrindo sua História.** Ed. Eletrônica Diartes, 1997.

GOMES, S. C. et al. **Análise De Dados Sociodemográficos de Notificações de Violência Psicológica e Moral.** SANARE-Revista de Políticas Públicas, v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/825/0. > Acesso em: 20 ago. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Ministério do Turismo, Barão do Triunfo.** Disponível em: <http://www.turismo.rs.gov.br/cidade/396/barao-do-triunfo>. Acesso 20 set. 2017.

GRIEBLER, C. N.; BORGES, J. L. **Violência Contra a Mulher: Perfil dos Envolvidos em Boletins de Ocorrência da Lei Maria da Penha.** Psico, Porto Alegre, 44, 215-225. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/ revistapsico/article/view File/11463/964>. Acesso 25 de out.2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeções da População — Brasil e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso 15 set. 2017.

MADUREIRA, A. B. et al. **Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 600-606, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414814520140004006 00&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso dia 16 set. 2017.

OLIVEIRA, P. P. et al. **Mulheres vítimas de violência doméstica: uma abordagem fenomenológica.** Texto & Contexto Enfermagem, vol. 24, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71438421024>. Acesso 18 set. 2017.

PEREIRA, R. C. B. R. et al. **O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas.** Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, v. 24, n. 1, p. 206-235, 2013. Disponível em:<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseer ufvbrseeroikos/article/view/89/156. >. Acesso22 out. 2017.

RIBEIRO, C. N., et al., **Violência Doméstica Contra a Mulher: Caracterização do fenômeno a nível municipal.** Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br / jspui/bitstream/1/1478/1/celina_neves_ribeiro.pdf>. Acesso em 20 out. 2017.

SANTOS, B. F. **Os números da violência contra mulheres no Brasil**, Instituto de Pesquisas Grupo Folha, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>. Acesso 22 ago. 2017

SANTOS, A. P. C. A.; WITECK, G., **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.** XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea & IX Mostra Internacional de Trabalhos Científicos. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 2016. Disponível em: <file:///c:/users/pc/desktop/tcc%202/violencia%20domestica%20e%20familar%20contra%20a%20mulher.pdf>. Acesso 10 set. 2017.

SANTOS, M. J., et al**. Combate a Violência Contra as Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Núcleo Bandeirante – DF. 2008. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f1390cartilha-cnmtr-contraviolencia022009.pdf>. Acesso em 28 set. 2017.

SILVA, L. R., **Lei Maria da Penha: Violência, medo e amor da denúncia ao perdão.** Revista Eletrônica UNISAL, Centro Universitário Salesiano de São Paulo, vol., 1 n° 4, 2014. Disponível em :<http://revista.unisal.br/lo/index.php/revdir/article/viewFile/128/88>.Acesso em 30 set. 2017.

SOUSA, A. K. A., et al. **Perfil da violência doméstica e familiar contra a mulher em um município de Minas Gerais, Brasil.** Cad. Saúde colet. vol.21 no.4, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v21n4/v21n4a11.pdf> Acesso em 16 out. 2017.

SOUZA, N. F.; SOUZA, M. B. **Os Indicadores de Violência Doméstica Contra a Mulher no Município de Triunfo**. Revista Sociais e Humanas, [S.l.], v. 30, n. 1, jun. 2017. ISSN 2317-1758. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/26060>. Acesso em: 19 ago. 2017.

SOUZA, T. M. C.; SABINI, K., **Mas o que é o amor? Representações sociais em mulheres em contexto de violência doméstica.** Perspectivas em Psicologia, Vol. 19, n. 1, pp. 162 - 178, Jan/Jun 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/viewFile/30542/16627>. Acesso em 25 set. 2017.

SPEROTTO, C. R., et al., **Perfil das Cidades Gaúchas, Barão do Triunfo, RS.** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul – SEBRAE, 2017. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-barao_do_triunfo.pdf>. Acesso em 05 set. 2017.

VIANA, A. J. B., SOUSA, E. S. S., **O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu.** Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, vol. 45, n° 2, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2506/1944>. Acesso em 01 out. 2017.

WAISELFISZ, J. J., **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil,** 1° ed., Brasília – DF, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso 10 set. 2017.

A INTERFERÊNCIA DO MODELO DE NEGÓCIOS NAS STARTUPS

The business model interference in Startups

OLIVEIRA, Leticia
Centro Universitário de Jaguariúna

FERNANDES, Rafaela
Centro Universitário de Jaguariúna

MANOEL, Thayane
Centro Universitario de Jaguariúna

Marques de O. Lopes, Kelly
Centro Universitário de Jaguariúna

RESUMO: No mundo dos negócios no qual estamos vivendo, podemos notar várias inovações e atrações para novos empreendedores, tanto no ramo da tecnologia quanto no ramo de serviços, que possam trazer algum benefício para o cliente. Podemos destacar como inovações as empresas Startups, que são instituições desenvolvidas para criar novos produtos e/ou serviços em condições de extrema incerteza diante do mercado. Elas geralmente são empresas pequenas, mas que possuem grandes potenciais de crescimento devido às inovações tecnológicas que oferecem. Vale ressaltar que, nem todas têm um sucesso garantido e muitas das vezes acabam por fechar as portas, contribuindo para o aumento do índice das Startups que não obtiveram sucesso. Neste artigo trataremos dos motivos que levam as Startups de grande potencial de crescimento/desenvolvimento à falência. Um modelo de negócios sem estruturação, um planejamento mal elaborado ou até mesmo uma gestão que não tenha tanto conhecimento de mercado afeta diretamente no desempenho de uma Startups. A intenção deste artigo é, de expor as principais causas que levam as instituições à falência e os métodos que viabilizam os negócios para o caminho do sucesso. O objetivo no final desse artigo é mostrar que nem sempre a ideia em si é o suficiente para se sustentar, sendo necessário uma ação de empreendedorismo e administração.

Palavras-chaves: Startups, falência, modelo de negócios.

Abstract: In the business world we are living in, we can see a number of innovations and attractions for new entrepreneurs, both in technology and services, that can bring some benefit to the customer. We can highlight as innovations as Startup companies, which are institutions to create new products and / or services under conditions of extreme uncertainty in the market. They are often small businesses, but have large amounts of growth due to the technological innovations they cause. It is noteworthy that not all have a guaranteed success and often ended by closing as doors, contributing to the increase in the rate of unsuccessful startups. In this article, we deal with the reasons that lead to high-growth startups going bankrupt. An unstructured business model, poorly designed planning, or even management without market knowledge that directly affects a startup's performance. The intent of this article is to expose the main causes that lead to bankruptcy institutions and the methods

that make business viable to the path of success. The ultimate goal of this article is to show that an idea is not always sufficient to sustain, requiring entrepreneurship and management action.

Key-words: Startups; bankruptcy; business model.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo nos deparamos com uma vasta diversidade de negócios e como fazê-los. Nesse âmbito, as Startups se consolidam cada vez mais como uma tendência do mercado atual, pois são fontes de ideias inovadoras e que oferecem serviços diferenciados aos consumidores. De acordo com o Sebrae (2014), as Startups surgem de um grupo de pessoas iniciando uma empresa, trabalhando com uma ideia diferente, escalável e em condições de extrema incerteza.

Ainda de acordo com o Sebrae (2014), tudo começou durante a época chamada de bolha da internet, entre 1996 e 2001. Apesar do termo ser usado nos EUA há várias décadas, a Bolha da Internet só ganhou visibilidade quando o termo ‘’Startup’’ começou a ser usado em todo o mundo.

De acordo com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), revelam que somente as Startups incubadas geraram mais de R$ 15 bilhões em faturamento e 53 mil empregos diretos de 2012 até 2015, neste contexto, a pesquisa revela que as Startups têm um impacto direto na economia do país (ANPROTEC, SEBRAE, 2016).

Apesar de toda essa fama que as Startups têm, elas tendem a declinar facilmente devido a diversos fatores, entre eles a falta de conhecimento do público alvo, a não aceitação do serviço pelos consumidores e, principalmente, a falta de um plano de negócio adequado. Um exemplo de uma Startup que, infelizmente, declinou diante da concorrência, foi a 99Taxi, que depois da criação da Uber precisou rever seus conceitos de planejamento e inovação e precisou se reinventar.

O plano de negócio é uma importante ferramenta de gestão extremamente utilizado em inúmeras empresas, e é preciso muita cautela e

coleta de informações para estruturá-lo. A princípio, um plano de negócio parece ser muito burocrático e cheio de detalhes, mas depois de finalizado ele oferece um panorama geral do negócio que você deseja abrir. No caso de uma Startup, ele não precisa ser tão detalhado quanto de empresas tradicionais, já que seus resultados são mais imprevisíveis, mas é necessário que se tenha uma visão de gestão diferente, um propósito e um problema que se queira resolver, assim, é necessário a construção de um modelo de negócios.

Conforme Ries (2012, p. 7), comenta:

> *[...] empreender é administrar. Uma Startup é uma instituição, não um produto, assim, requer um novo tipo de gestão especificamente constituída para seu contexto". Dessa forma, apesar da ampla aplicabilidade das ferramentas provenientes da Administração tradicional, uma nova necessidade surge — a de adaptá-las*. (Ries, 2012, p. 7)

O mundo dos negócios é como a vida: se movimenta o tempo todo. Transformações na economia, na tecnologia e no estilo de vida das pessoas refletem em como o mercado funciona. Como resultado, modelos tradicionais passam a dividir espaço com empresas que nascem sob uma nova lógica, uma boa ideia e um sonho: as Startups.

Assim, no Brasil, cresce cada vez mais o empreendedorismo por oportunidade, enquanto o empreendedorismo por necessidade diminui, esse é um fator positivo para a economia e desenvolvimento do país.

O termo Startup passou a ser utilizado para nomear empresas recém-criadas, que seja rentável e escalável (mais tarde explicaremos), podendo atingir qualquer área da tecnologia, desde que proponha inovação.

As Startups tiveram origem no Vale do Silício, na Califórnia, EUA, na década de 90, mas a região deu origem a grandes empresas desde 1960, como a Google, Microsoft e Apple. A década de 90 ficou marcada como ‘’bolha da internet’’, pois surgiam diversos empreendedores em busca de investimentos para suas inovações.

Nossos estudos serão baseados no planejamento e no plano de negócios, que são os principais motivos pela qual uma Startup pode declinar, através de pesquisas bibliográficas

Conceituação de Startups

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as Startups surgem de um grupo de pessoas que, em condições de extrema incerteza, trabalham à procura de um negócio que seja:

- Repetível*:* apto a entregar o mesmo produto ou serviço em grande escala.
- Escalável*:* capaz de aumentar receita, mas com custos crescendo em um ritmo lento.

Como o ambiente on-line permite o crescimento rápido, barato e em larga escala, a maioria das Startups são ligados à internet, mais precisamente na área de tecnologia e inovação, e atuam com sites e aplicativos. Elas precisam ter chances de expansão, obter alta lucratividade em curto prazo e que proponham inovações úteis para o mercado.

O número de Startups no Brasil praticamente dobrou em cinco anos. Segundo dados da Associação Brasileira de Startups (ABStartups), em 2012, início desse novo mercado, haviam cerca de 2.519 Startups. Em 2017, esse número pulou para 5.147. Atualmente, esse número é ainda maior, estando na faixa de 10 a 15 mil, mas muitas ainda não saíram do papel, estão em fase de criação e ainda não tem o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que toda Startup deve ter.

Existem programas no Brasil que oferecem apoio às Startups, como o Start-Up Brasil (Programa Nacional de Aceleração de Startups). Esse programa teve a iniciativa do Governo Federal e foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com gestão da Softex e em parceria com aceleradoras, para apoiar as empresas nascentes de base tecnológica. O programa funciona por edições com duração de 1 ano, e cada edição tem duas chamadas públicas, uma para qualificar e habilitar aceleradoras e outra para a seleção de startups, com rodadas semestrais.

Conceituação do plano de negócios

De acordo com o Sebrae (2019), o plano de negócios é o instrumento ideal para traçar um retrato do mercado, do produto e das atitudes do empreendedor. É por meio dele que você terá informações detalhadas do seu

ramo, produtos e serviços, clientes, concorrentes, fornecedores e, principalmente, pontos fortes e fracos do negócio, contribuindo para a identificação da viabilidade de sua ideia e da gestão da empresa.

Segundo Chiavenato (2005, p.60) o planejamento é a função administrativa que define os objetivos a atingir e estabelece os meios e programas para alcança–los. Daft (2005, p.152), argumenta que "das quatro funções administrativas: planejamento, organização, liderança e controle, o planejamento é considerado o mais importante". Planejamento assim significa "o ato de determinar as metas da organização e os meios para alcançá-las". (DAFT, 2005, p. 152). "*A maioria das pessoas não planeja fracassar, fracassa por não planejar."* (Jonh L. Becley)

Portanto, o plano de negócios é mais utilizado e adequado para empresas mais tradicionais do mercado, que não são ligadas a tecnologia e que não tem um crescimento exponencial como uma Startup, como por exemplo, pizzarias, mecânicas, restaurantes, entre outros. Nesses casos, o tempo de planejamento é maior, assim, deve-se estruturar um plano de negócios. Vale lembrar que, esse planejamento não elimina totalmente os riscos que seu projeto corre, mas faz com que eles diminuam, fazendo com que você tenha menos incertezas e medos diante do mercado.



Fonte: Sebrae Nacional

Todo plano de negócios tem um passo a passo a ser seguido, lembrando que pular alguma etapa do planejamento pode gerar problemas futuros. O primeiro passo para começar o plano de negócios é a análise de mercado. Nessa parte você conhece quem são seus concorrentes, seu público alvo, seu segmento de mercado e seus possíveis fornecedores. O segundo passo é posicionar seu produto ou serviço no mercado, mas esse processo só é concluído depois que você define o valor do seu produto perante os clientes, e o

que ele vai agregar na vida das pessoas. O terceiro passo é definir toda a parte financeira e operacional do seu projeto, como por exemplo, projeções sobre quanto esperam vender, sobre a capacidade produtiva que sua empresa tem, sobre quanto pretende gastar com funcionários e qual a tarefa de cada um. Por último, é indicado que você avalie todo o processo novamente, isso dá a oportunidade da correção de algum erro que você tenha cometido durante o planejamento e possa refazer.

"Planejar é decidir de antemão qual é, e como será a sua vitória."

(Rhandy di Stefano)

Existem alguns elementos que nos ajudam a definir o público alvo de cada Startup, ou seja, o perfil de seus consumidores. São eles: B2C, B2B, B2E, B2G, B2B2C e C2C. Vamos detalhar cada um deles.

B2C: ''*Business to Consumer"* (da empresa para o consumidor): é uma operação comercial onde a venda de produtos/serviços é feita diretamente entre a empresa e o consumidor final/cliente. Esse formato exige menos compromissos dos clientes e seu tempo de venda é menor e mais simples. É mais aplicado em redes de varejo, como supermercados e lojas de departamento, lanchonetes, restaurantes, bares, cinemas, teatros e shows. Porém, nesse tipo de negócio, o maior desafio é conquistar o cliente, pois o perfil do consumidor final muda constantemente, bem como seus gostos, preferencias e hábitos. Deve-se sempre buscar uma forma de oferecer um atendimento personalizado para fidelizar o cliente.

B2B: *''Business to business"* (de empresa para empresa): nesse segmento, o púbico alvo são outras empresas, e as transações realizadas são entre pessoas jurídicas. Por exemplo, uma rede varejista e prestadores de serviços precisa comprar produtos ou matérias-primas de terceiros para repassar para seu consumidor final. Esse serviço é considerado até mesmo quando a compra é realiza para consumo da própria empresa.

De acordo com Isabella Câmara (repórter da StartSe Turismo de Negócios LTDA), afirma: "*[...] para que uma Startup tenha sucesso no mercado B2B, é fundamental que a proposta de valor e o público-alvo estejam*

completamente definidos e apresentados de forma clara. A partir desse alinhamento, o empreendedor pode começar a desenvolver uma estratégia adequada aos desafios do modelo de negócio escolhido. [...] "

B2E: *"Business to Employee*" é a definição da relação entre funcionários e empresas, tem pontos em que se pode relacionar com o B2C, porém o cliente final é o próprio colaborador da empresa. O B2E acontece quando o próprio colaborador da empresa decide por adquirir os produtos por ela produzida.

B2G: "*Business to Government*" é a negociação entre a empresa e o governo como licitações. Um exemplo de B2G são as montadoras de veículos que tem por objetivo fornecer frota para atender a polícia.

B2B2C: "*Business to Business to Consumer*" é a negociação entre as empresas que visam atender a necessidade do seu cliente final com um custo acessível, podemos citar como exemplos o marketplace, que faz o intermediário da empresa com o cliente.

C2C: "*Consumer to Consumer*" é a aproximação do cliente para com a empresa, pois se trata de compras online onde o cliente não tem contato físico com a empresa. O C2C tenta aproximar ao máximo os dois lados para que se desenvolvam alianças de confiança.

Conceituação de modelo de negócios

Muitas pessoas confundem o plano de negócios que explicamos acima com o modelo de negócios. São conceitos diferentes, mas, certamente, são e devem ser complementares. Dentre muitas explicações que encontramos por aí, o modelo de negócios é a forma como a empresa cria, entrega e captura valor. Lembrando que o plano de negócios é um conjunto de informações e análises que o empreendedor deve realizar com a finalidade de provar se o projeto que se quer investir é viável ou não.

O conceito do modelo de negócios se tornou mais conhecido depois da criação do Canvas ou Business *Model Canvas*, na década de 90 que, de acordo com o Sebrae Paraná (2019), é conhecido como uma ferramenta de

planejamento estratégico que permite desenvolver e esboçar modelos de negócios novos ou existentes. Ou seja, é um mapa visual pré-formatado contendo nove blocos. São eles:

1. Proposta de valor
2. Segmento de clientes
3. Canais
4. Relacionamento com clientes
5. Atividade-chave
6. Recursos principais
7. Parcerias principais
8. Fontes de receita
9. Estrutura de custos

Para melhor entendimento, fizemos uma entrevista pessoalmente com Rogério Narciso Gomes, professor e coordenador do curso de Marketing da UNIFAJ (Centro Universitário de Jaguariúna), onde ele explica um pouco mais sobre o que é o modelo de negócios e como ele se aplica nas Startups: *"Além da importância de um plano de negócios, a gente fala sobre a importância de um modelo de negócios. Em Startups, é mais importante se ter um modelo de negócios do que o plano de negócios em si. [...]. Então você tendo um modelo de negócios, seja ele vindo de um Canvas ou outro tipo de metodologia rápida, você consegue prevenir o que pode acontecer."*

Modelo de negócios adequado para uma Startup

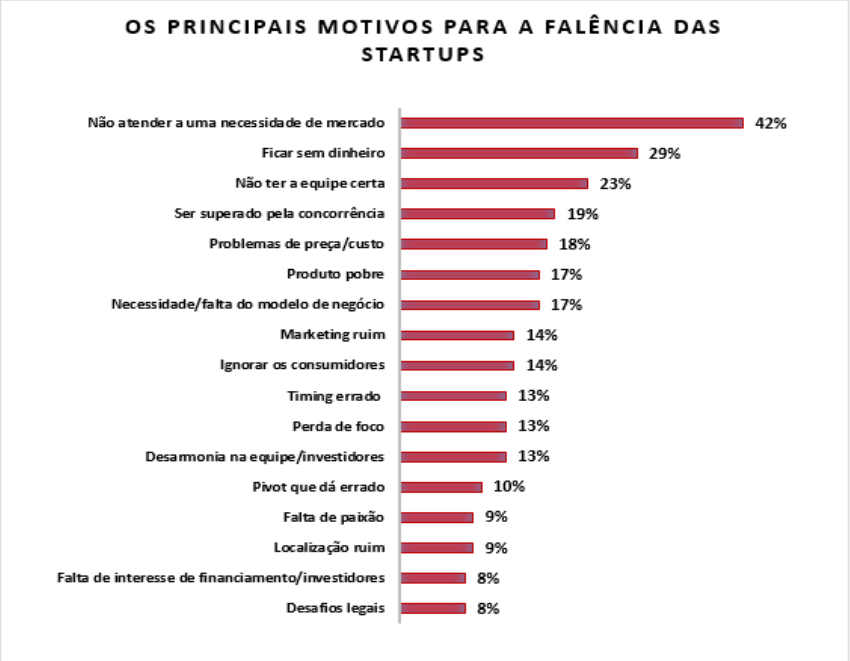
A criação e o desenvolvimento de uma Startup geralmente acontecem de forma muito rápida. O modelo de negócios também deve segui-la, não podendo ser complicado de fazer e que não demande muito tempo dos criadores. Para Startups, o Canvas seria a ferramenta essencial, pois é de fácil visualização e tem um tempo rápido de criação, e é isso que os empreendedores de Startups procuram, processos e ferramentas que facilitem seu planejamento. É importante lembrar que a estrutura do Canvas não precisa ser complexa e muito menos definitiva, afinal, as definições sempre estão em mudança e essa ferramenta permite que se façam alterações a qualquer momento. No caso de Startups, por serem inovações, coisas que ainda não vimos no mercado, não

tem nada no que se possa basear anteriormente, por isso a necessidade de um modelo com essas características.

Na segunda parte da entrevista com o professor Rogério, ele afirma que: "*Nas Startups não se tem muito tempo de construir um plano de negócios, pois ela vai navegar num vasto oceano azul. [...]. Se ela parar para fazer um plano de negócios, o que demanda muito tempo, ela vai se atrasar na questão da conquista do mercado. [...]. É por isso que uma Startup deve fazer o Canvas, sem ele é impossível saber para onde sua Startup está caminhando e tem 90% de chance de dar errado.*"

O índice de falha das Startups

Apesar de parecerem tentadoras, as Startups têm um alto índice de falha. De acordo com a companhia de informações sobre investimentos CB Insights, que pesquisou cerca de 101 Startups que faliram, cerca 70% delas foram à falência, sendo maior ainda em empresas de *crowdfunding* (empresas que precisam de investimentos em tempos de crise) na faixa de 97%. Dentre os motivos, identificamos que cerca de 17% é pela necessidade/falta de um modelo de negócios. O gráfico "O Principal Motivo para a Falência das Startups" abaixo demonstra todos os motivos citados na pesquisa:



Fonte: CB Insights

As Startups em geral têm um tempo de durabilidade muito baixo, não durando mais que 15 anos, e por isso são verdadeiras sentenças de morte. Em pesquisa recente realizada por pesquisadores da Instituição Dom Cabral sobre os motivos da mortalidade das Startups, apontam que 25% morrem com até 1 ano, 50% com até 4 anos e pelos menos 75% com até 13 anos após sua fundação.

De acordo com Paulo Valery, consultor do Sebrae (Serviço de Apoio às micro e pequenas empresas), 60% das companhias fecham por não ter um plano de negócios definido. "O que eu tenho visto é que essas empresas acabam focando mais nas oportunidades do que no próprio plano de negócios", disse Valery. De acordo com dados do Sebrae, de cada 100 empresas que abrem no Estado de São Paulo, 22 fecham. O número sobe para 24 no Brasil.

Especificamente sobre as Startups, Valery disse que como a maioria dos empreendedores é formada por jovens e que as ideias e a vontade de empreender acabam atropelando os processos de definição de metas e planejamento, itens essenciais para o sucesso do negócio. "Na maioria das vezes elas nascem com ideias maravilhosas, mas na prática isso não é viável. Por isso, é melhor planejar antes ‘’, completou.

Vesper (1990), destaca que o desempenho de um novo negócio depende de uma série de fatores, tais como: a hora certa, o lugar onde se instalar, educação e experiência, capacidade de mobilizar e trabalhar com parceiros, capacidade de girar o maior capital possível, e aplicar melhores práticas de gestão. Ou seja, um plano de negócio adequado inclui todos esses dados e informações necessárias e, se feito corretamente, minimiza grande parte dessas falhas.

De acordo com Drucker (1984), o sucesso de um negócio não é permanente, pois as empresas são criações humanas e suscetíveis a falhas, e são criadas com a intenção que sobrevivam para além da vida de seu fundador. Para finalizar nosso trabalho, vamos citar algumas Startups que infelizmente faliram com pouco tempo de ‘’vida’’, chegando ao fim no ano de 2018:

Theranos: fundada em 2003 por Elizabeth Holmes, prometia revolucionar o mercado dos exames de sangue com uma tecnologia inovadora: fazer a coleta para os exames com apenas uma gota de sangue. Chegou a ser considerada

uma das maiores Startups do mundo e alcançar o valor de US$ 1,4 bilhões de investimentos e tornou sua fundadora uma das bilionárias mais jovens do mundo. Porém, em 2016, Elizabeth foi acusada de fraude e foi investigada pela Comissão de Segurança e Câmbio (SEC) dos Estados Unidos, que regula o mercado de ações. Fechou as portas em setembro de 2018.

Rethink Robotics: empresa criada em 2008 por Frank Robe, voltada para o mercado de automação, produzia robôs focados em instalações de pesquisa e armazéns que interagissem com os humanos, levantou 149,5 milhões de dólares em investimentos e criou os robôs Baxter e Sawyer, que tinham rostos para se comunicar com as pessoas e era super fáceis de programar. Porém, não obtiveram sucesso nas vendas, com números muito abaixo do esperado, além de não conseguirem enfrentar a grande concorrência. Frank tentou vender a empresa, mas também não conseguiu, sendo assim, fechou as portas no dia 3 de outubro de 2018.

Shyp: fundada em 2013 por Kevin Gibbons, com objetivo de oferecer serviços de entrega por demanda, tentou expandir para outros lugares além de São Francisco (sua sede) mas não conseguiu manter um modelo de negócios escalável e fechou logo no início. Porém, a empresa foi comprada por outro investidor que está reestruturando a Startup para uma nova tentativa.

Podemos perceber que muitas Startups que tinham tudo para dar certo acabam falindo por vários motivos. De acordo com Paulo Valery, consultor do Sebrae, 60% das companhias fecham por não ter um modelo de negócios definido. *"O que eu tenho visto é que essas empresas acabam focando mais nas oportunidades do que no próprio plano de negócios",* disse Valery.

Especificamente sobre as Startups, Valery disse que como a maioria dos empreendedores é formada por jovens e que as ideias e a vontade de empreender acabam atropelando os processos de definição de metas e planejamento, itens essenciais para o sucesso do negócio. "Na maioria das vezes elas nascem com ideias maravilhosas, mas na prática isso não é viável. Por isso, é melhor planejar antes ".

Conclusão

O desenvolvimento desse artigo nos possibilitou uma análise mais ampla sobre como um plano de negócio pode interferir diretamente em uma Startup, tanto positivamente como também de uma forma negativa. Além disso, também permitiu um entendimento maior dando ênfase nos principais motivos que levam as Startups à falência, através de pesquisas feitas por diversos autores citados no decorrer do artigo.

De um modo geral, através de entrevistas e pesquisas feitas para o artigo, vimos que a maioria das pessoas que decidem montar uma Startup não investem em um modelo de negócio bem estruturado e, com um bom planejamento, justamente por quererem resultados imediatos e acabam optando por entrar em um mercado totalmente incerto de olhos fechados. Por esse motivo, muitas acabam ficando pelo caminho pois, como mostramos ao longo do trabalho, sem um modelo de negócio as chances de dar certo são mínimas, especificando assim a total importância do modelo de negócio em uma Startup.

Ao comparar pequenas empresas que estão tendo sucesso por seguirem pelos caminhos corretos com outras que decidiram arriscar e não fizeram um planejamento adequado, chegamos aos resultados de que 17% foram a falência pela falta de um modelo de negócios. Com isso, concluímos que a importância de se prevenir com um modelo de negócios é fundamental para o sucesso de uma Startup e, caso não seja utilizado, as consequências que isso gera para os investidores são totalmente significativas e comprometem diretamente o andamento da empresa.

As dificuldades encontradas pelo grupo foram em relação a falta de livros e artigos sobre Startups. Visitamos bibliotecas e não encontramos nenhum livro sobre o tema específico, isso dificultou o desenvolvimento do trabalho, pois não tínhamos muitas referências relevantes.

REFERÊNCIAS:

Ana Carolina Monteiro de Souza, **O que é uma Startup? Entenda como funciona esse tipo de empresa**, Disponivel em: <www.blogsenacsp.com.br>. Acesso em: 05/ago/2019.

ARRUDA, Carlos; NOGUEIRA, Vanessa; COZZI, Afonso; COSTA, Vinícius. **Causa da mortalidade das Startups brasileiras: o que fazer para aumentar as chances de sobrevivência no Mercado.** Fundação Dom Cabral – FDC, 2014.

Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) - **Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil**/**Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.** – Brasília, DF: ANPROTEC: SEBRAE, 2016. Disponível em: <www.anprotec.org.br/Relata/18072016%20Estudo_ANPROTEC_v6.pdf>

Acesso em: 07/nov/19.

B2C, B2B, B2E, B2G, B2B2C, C2C E D2C: o que é e qual a diferença entre eles, Disponível em: <https://blog.olist.com/o-que-e-b2c-b2b-b2e-b2g-b2b2c-c2c-e-d2c-como-funcionam/ > Acesso em: 12/nov/2019

CRUZ, Bruna. **Plano de Negócios e Planejamento: Sua Importância Para o Empreendimento.** Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2015/publicado/artigo0127.pdf>Acesso em 15/out/19.

Câmara, Isabella. **O que é B2B? E B2C? Aprenda quais os tipos de negócio e como funcionam,** Disponivel em <https://www.startse.com/noticia/nova-economia/corporate/45103/b2b-b2c-e-mais> Acesso em: 10/nov/2019

Canvas: como estruturar seu modelo de negócios, Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/artigos/canvas-como-estruturar-seu-modelo-de-negocio,6dab288acc58d510VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acesso em 14/nov/2019.

CHIAVENATO, Idalberto**. Administração: teoria, processo e prática. 4. ed. Rio de Janeiro**: Elsevier, 2007.

DAFT, R. L. **Administração. 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning,** 2005.

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Pioneira, 1984.

Lam, Camila. **Quais são as diferenças entre modelo e plano de negócios,** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/quais-sao-as-diferencas-entre-modelo-e-plano-de-negocio/> Acesso em 14/nov/2019

Meneghetti, Luana. **Falta de plano de negócio fecha 60% das micro e pequenas empresas,** Disponível em**:** https://www.dci.com.br/economia/falta-de-plano-de-negocios-fecha-60-das-micro-e-pequenas-empresas-1.590055> Acesso em: 12/nov/19.

O Programa Start-Up Brasil, Disponivel em: <https://www.startupbrasil.org.br/sobre_programa/> Acesso em: 29/out/19.

RIES, Eric**. A Startup Enxuta**, Disponível em: <http://s-inova.ucdb.br/wp-content/uploads/biblioteca/a-startup-enxuta-eric-ries-livro-completo.pdf> Acesso em: 15/out/19.

Salomão, Karin. **Startups que morrerão em 2018 ensinam lições para 2019,** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/startups-que-morreram-em-2018-ensinam-licoes-para-2019/> Acesso em 14/nov/19

Shu, Catherine. ***Shyp is preparing for a comeback under new management*,** Disponível em: <https://techcrunch.com/2019/06/15/shyp-is-preparing-for-a-comeback-under-new-management/> Acesso em 14/nov/2019

Time Contrusite, **O que significa a sigla B2C?** Disponível em: <https://www.construsitebrasil.com/blog/ver-post/208/o-que-significa-a-sigla-b2c> Acesso em 07/nov/2019>

Tudo que você precisa saber para criar o seu plano de negócio, Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-um-plano-de-negocio,37d2438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> Acesso em: 07/nov/2019.

VESPER, Karl H. **New venture strategies**. University of Illinois at UrbanaChampaign's Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship, 1990.

SOBRE OS AUTORES

Leticia Zamora de Oliveira, 22 anos, atualmente estou a procura de uma oportunidade no mercado de trabalho, cursando o 6º semestre de Administração no centro universitário de Jaguariúna (UNIFAJ)
Email para contato: leticiaoliveira011@hotmail.com

Rafaela Santos Del Buono Fernandes, 21 anos, atualmente trabalho na empresa Bene's Malhas localizada em Serra Negra, estou cursando o 6° semestre de Administração no Centro Universitario de Jaguariuna (UNIFAJ).
Email para contato: rafaella.jb89@gmail.com

Thayane de Assis Manoel, 23 anos, trabalho atualmente na empresa Unicharm do Brasil Ltda como assistente logística, estou cursando o 6º de Administração no Centro Universitário de Jaguariúna (UNIFAJ).
Email para contato thayaneassis.manoel@outlook.com

OS DESAFIOS DO RH 4.0 NA CONTRATAÇÃO DE NOVOS COLABORADORES

The Challenges Of Rh 4.0 In Hiring New Collaborators.

GUIDES, Eliara Carneiro
Centro Universitário de Jaguariúna

ALMEIDA, Isabela Ferreira de
Centro Universitário de Jaguariúna

FLAIFEL, Jonas Guidotti
Centro Universitário de Jaguariúna

LOPES, Kelly Marques de O.
Centro Universitário de Jaguariúna

RESUMO: O artigo descreve o começo do RH suas mudanças e transformações que foi sofrendo ao longo dos séculos. Desde seu primeiro espaço na empresa, onde os funcionários eram contratados e descartados, não tinham valor, sendo apenas mais um número para a empresa. E em decorrência a essas alterações a pioneira Toyota começou a valorizar seu colaborador, e entendeu que ele era uma peça chave para o sucesso empresarial. O RH assume então um importante papel nesta nova onda de aperfeiçoamento tecnológico, tornando-se ainda mais estratégico na retenção de talentos e desenvolvimento do capital humano, e na aplicação das novas tecnologias e com a chegada da era 4.0 para aumento de produtividade. Sendo assim, quais são os desafios que os gestores encontram para fazer uma nova contratação? E o que eles buscam nos colaboradores a serem contratados, quais as habilidades e competências necessárias? Através destes questionamentos conseguiremos dar um passo a mais para compreende o processo de transformação do setor de RH dentro das empresas.

Palavras Chaves: Transformação, Contratação, RH.

Abstract: The article describes the beginning of the RH and his changes and transformations that it was suffering along the centuries. From his first space in the enterprise, where were the officials employed and discarded, they had no value, being only one any more number for the enterprise. And in consequence to these alterations the pioneer Toyota began to value his collaborator, and understood that it was a key piece for the business success. THE RH assumes then an important paper in this new wave of technological improvement, becoming still more strategic in the retention of talents and development of the human capital in the application of the new technologies for productivity increase. Through the what times are the challenges that the agents find to do a new employment? And what they look in the collaborators being contracted, which skills and necessary competences? Through these questions we will manage to give a step more for understanding the process of transformation of the sector of Rh inside the enterprises.

Key-Words: Transformation, Hiring, HR.

INTRODUÇÃO

A pesquisa está relacionada com as transformações das Relações Humanas para uma nova era que está se iniciando, porém para isso, precisamos voltar alguns anos. De acordo com Amorim e col. (2019 p.215)

> *"A origem do que se pode chamar hoje de gestão de recursos humanos (GRH) pode ser encontrada conceitualmente na tentativa de estudiosos de universidades norte-americanas entenderem a chamada "questão do trabalho" no último quarto do século XIX." (*Amorim e col., 2019)

O confronto trabalhista que estava ocorrendo na época começa a ser conduzido para uma área dentro da empresa. Amorim e col. (2019 p.215) afirmam,

> *"De lá para cá, o conflito trabalhista foi conduzido para a arena institucional em que a ação sindical e a existência de uma legislação específica para isso criaram marcos externo às organizações na contratação de seus funcionários." (*Amorim e col., 2019)

Mediante a esses problemas que vinham ocorrendo com os colaboradores daquela época as empresas necessitavam de uma nova área de atuação, para resolver estas situações trabalhistas, e também as necessidades de mais contratação. Portanto, as empresas começam a agregar os valores do *taylorismo* (suprimir gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo), e com o crescente interesse pela psicologia e a abertura do mercado em relação ao processo de globalização, torna-se necessários os conhecimentos aos postos de trabalho e até mesmo em relação ao comportamento, que a empresa precisava ter seus colaboradores lado a lado.

Por se tratar de um grande acontecimento global, este fato também alcança o Brasil, de acordo Albuquerque (1987 p.10), a evolução do Recursos Humanos (RH) no Brasil pode ser dividida em quatro fases a primeira sendo a pré-histórica, a segunda jurídico-trabalhista, a terceira tecnicista e quarta a administrativa.

A fase pré-histórica que ocorre entre 1900 a 1930, nela não havia uma legislação trabalhista, e a atuação do RH era limitada à gestão de pessoal, e os assuntos relacionados ao quadro de funcionários eram elaborados pelos próprios proprietários da organização (ALBUQUERQUE 1987 p.11).

A partir da segunda fase a jurídico-trabalhista que vem a ocorrer de 1930 a 1950, foi apresentada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde o Estado passa a ser um interventor nas relações entre o empregado e empregador (ALBUQUERQUE 1987 p.11).

Na terceira fase tecnicista que ocorre entre 1950 a 1965, a atuação do gestor de pessoal é indispensável, pois, as atividades envolvem relações com a área jurídica e conhecimentos de psicologia, sociologia, pedagogia e estatística, consolidando técnicas importada dos Estados Unidos (ALBUQUERQUE 1987 p.12).

E na última fase a administrativa, que se inicia em 1965, teve a substituição do gestor pelo gerente de relações industriais ou o gerente de recursos humanos, focando em atividades estratégicas, e em busca de planejamento empresarial, buscando uma postura participativa na empresa (ALBUQUERQUE 1987 p.12).

Em 1990 com a abertura econômica e a necessidade de se reafirmar, o RH passa a ser um elemento de extrema importância para as organizações, pois necessita diretamente da contribuição de cada um dos indivíduos que compõem a empresa.

Entretanto utilizar apenas de administração de recrutamento, de seleção e demissão não nos garante a eficiência dos que farão parte da empresa, e assim o RH surge para gerenciar a entrada destes colaboradores, bem como suas experiências e formação que proporcionarão um melhor desempenho nas atividades realizadas no local de trabalho, além de proporcionar valorização de cada um dos indivíduos no processo (MILKOVICH; BOUDREAU, 2000).

Chiavenato descreve (2005, p.11), a importância da gestão de pessoas, ou seja:

> *Quando uma organização está voltada para as pessoas, a sua filosofia global e a cultura organizacional passam a refletir essa crença. A gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Os nomes – como departamento de pessoas, relações industriais, recursos humanos – são utilizados para descrever a unidade, departamento ou equipe relacionada com a gestão de pessoas. Cada qual reflete uma maneira de lidar com as pessoas. O termo Administração de Recursos Humanos (ARH) ou (RH) ainda é o mais comum de todos.* (Chiavenato, 2005)

É através do RH que há uma valorização do capital humano, pois este é fundamental no que se refere à competitividade. São talentos que precisam de manutenção e desenvolvimento, e isso se dá por meio de implementação de programas que valorizem a visão e a missão da empresa (VERGARA, 2000).

Recentemente, diversos pesquisadores ao redor do mundo levantaram algumas questões sobre a próxima revolução industrial, denominada na Alemanha de Indústria 4.0 (LEE; KAO; YANG, 2014 p.3). A Indústria 4.0 tem como intuito de agregar os processos inteligentes e integrados aos diversos recursos físicos e digitais, proporcionando características de adaptabilidade e eficiência de recursos produtivos (JASIULEWICZ-KACZMAREK; SANIUK; NOWICKI, 2017 p.36).

Portanto a partir da integração da automação e digitalização de processos, a Indústria 4.0 visa criar uma diversidade de oportunidades e benefícios às indústrias, porém, em contrapartida, desencadeia uma série de questões, ainda pouco discutidas ou conclusivas (HECKLAU et al., 2016 p.3), como a qualificação de pessoas para o trabalho.

Nas palavras HECKLAU (2016 p.4) “estamos no início de uma revolução que está mudando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos um com o outro”. Portanto desde que a tecnologia passou a conectar, integrar e automatizar, o mundo corporativo foi agraciado com diversos acontecimentos.

Não é à toa que com essa chegada da tecnologia, começa a agregar a produtividade e economia de tempo e recursos no processo. E até mesmo onde o RH 4.0 é a resposta do segmento de recursos humanos. Portanto em decorrência destes fatos as mudanças e transformações do RH são tão dinâmicas quanto as novidades tecnológicas, que exige um olhar estratégico, na empresa, para uma decisão.

Portanto o objetivo deste artigo é poder olhar dentro das empresas e conseguir observar estas mudanças que ocorreram e que ainda estão acontecendo por causa desta nova era 4.0, fazendo um comparativo entre diferentes tipos de empresas, para conseguir observar essas diferenças e quais os rumos que ambas empresas estão tomando e irão tomar em um futuro não muito distante. E por fim, quais as competências e habilidades que estas empresas buscam de seus colaboradores.

METODOLOGIA

Para ir a campo e realizar a pesquisa sobre as novas contratações, quais as competências e habilidades que o RH e as empresas procuram, será utilizado de uma pesquisa qualitativa, porque não tem como mensurar numericamente sensações, percepções e as intenções dos contratantes. Com as questões serão abordados os pontos necessários para uma nova contratação

Assim sendo, a análise realizada através da pesquisa, reduz a complexidade e a extensão dos conteúdos através de alguma classificação, apresentando grande importância além da observação o questionamento realizado, pois se tem liberdade para aprofundar em um determinado assunto e sermos livres para a investigação.

As perguntas que foram realizadas no momento da entrevista foram:

1 - Como é realizado o processo de contratação?

2 - O que vocês buscam num colaborador?

3 - O modelo de gestão atual dá abertura para reconhecimento do trabalho feito pelos colaboradores?

4 - Qual nível de possibilidade de crescimento profissional esta empresa proporciona?

5 - O que você espera pros próximos anos em relação ao RH?

Por questões éticas não iremos relevar os nomes das empresas entrevistadas.

Coleta De Dados E Analíse

Para ser feito a coleta de dados e a análise, foi utilizado uma pesquisa qualitativa semiestruturada em duas empresas distintas. A primeira empresa a ser entrevistada, é de pequeno porte e familiar. A mesma atua na área de manutenção de máquinas de terraplenagem e equipamentos pesados, e atualmente está situada na cidade de Jaguariúna desde julho de 2008.

O quadro de funcionários é composto por um funcionário registrado, e o restante dos colaboradores são terceirizados, entre eles tornearia, soldador, retifica e usinagem, eletricista e bombista. Hoje seus maiores clientes estão na Região Metropolitana de Campinas (RMC), porém atendem outras localidades do estado de Minas Gerais e no Sul do país.

A coleta de dados foi realizada na empresa com o mecânico chefe, por se tratar de uma pequena empresa não tem uma área especifica de RH, sendo assim realizada em uma sala do barracão.

Abaixo segue as perguntas e respostas da entrevista.

1 - Como é realizado o processo de contratação?

Então, eu faço as entrevistas e individualmente e quando me interesso por alguém faço um teste com essa pessoa para ver como ela trabalha e se eu gostar a contrato.

2 - O que vocês buscam num colaborador?

Busco responsabilidade, e que saiba realizar as atividades que geralmente peço, e também tem que ter atenção no que se faz ser interessado e saber as funções administrativas básicas. Outros requisitos apenas com o conhecimento das tarefas serão avaliados e solicitados.

3 - O modelo de gestão atual dá abertura para reconhecimento do trabalho feito pelos colaboradores?

Depende do ponto de vista por ser uma empresa de família onde uma pessoa toma todas as decisões e os outros têm que acatar o reconhecimento por algo se torna quase impossível, mostrando apenas que se deve fazer o seu trabalho direito.

4 - Qual nível de possibilidade de crescimento profissional esta empresa proporciona?

Não há setores na empresa, pois é de pequeno porte, mas tem cursos e aperfeiçoamentos sempre disponíveis para a área principalmente para os mecânicos nas distribuidoras de peças e vendedoras de máquinas, alguns cursos são particulares.

5 - O que você espera pros próximos anos em relação ao RH?

Pra mim não tenho muito conhecimento e aqui na empresa não temos isso então não sei o que esperar para os próximos anos, não sabendo opinar sobre esse assunto.

Realizando a entrevista surgiu uma dúvida sobre a nova Era 4.0, se o entrevistado já ouviu falar sobre, e quais as suas implicações diretas para a sua empresa. A resposta obtida foi:

"Nunca ouvi falar sobre, mas acho que é sobre as novas tecnologias né? Mas não acredito me enquadrar nos parâmetros, por ser prestadora e não depender de tantos colaboradores, o que é muito difícil de encontrar aqui na cidade e região."

Ao ser questionado sobre a importância do RH para a empresa ele acredita que seja importante e para o negócio dele ser de pequeno porte, ele não vê necessidade de ter um departamento de RH.

A segunda empresa a ser entrevistada é de grande porte, e é uma fabricante de embalagens de alumínio, bisnagas e tubos de aerossóis, está situada no município de Pedreira no interior do estado de São Paulo e foi fundada em 1988, e em 2014 adquiriu-se em Anápolis - GO mais uma planta. O quadro de funcionários atualmente são de 370 na unidade de Pedreira e 130 na unidade de Anápolis.

A coleta de dados foi realizada com o diretor do RH e em uma área distinta da fábrica.

1 - Como é realizado o processo de contratação?

O processo de contratação inicia quando o solicitante da vaga procura o RH com um documento de admissão para trabalhar a vaga. Com esse documento em mãos, verifica-se a descrição de cargo da vaga e inicia o recrutamento. As entrevistas são feitas inicialmente pelo RH e os finalistas são encaminhadas para o solicitando entrevistar. O fechamento da vaga é tratado entre RH e solicitante.

2 - O que vocês buscam num colaborador?

Buscamos colaboradores que se encaixam com os nossos valores como empresa: Respeito, Ética, Aliança, Desafio e Preservação. Além das atribuições necessárias para cada função.

3 - O modelo de gestão atual dá abertura para reconhecimento do trabalho feito pelos colaboradores?

Sim, para todas as áreas existem a possibilidades de reconhecimento por parte dos colaboradores, dependendo apenas da pro atividade do mesmo, ele faz a sua própria carreira aqui na empresa.

4 - Qual nível de possibilidade de crescimento profissional esta empresa proporciona?

Em todos os departamentos existem as chances de crescimento, basta ter as vagas (oportunidades) e verificar se o profissional está preparado para assumir essa nova função.

5 - O que você espera para os próximos anos em relação ao RH?

Que continue sendo papel fundamental para o desenvolvimento de profissionais e retenção de talentos dentro da organização. Que seja uma área cada vez mais estratégica para o bem-estar da empresa.

Ao termino das questões semiestruturadas, foi perguntado ao gestor de RH, sobre a importância desta área para a empresa. E a resposta foi:

"É o meio entre a diretoria e os seus funcionários, tendo como função mostrar para os colaboradores que a empresa em que ele trabalha é um lugar bom e também mostrar para a empresa quando um funcionário está se destacando e se desenvolvendo na organização."

E quando questionado sobre o RH 4.0 o gestor aparentava estar muito animado, pois com as novas tecnologias facilitará a busca de um novo perfil para a empresa, mas o funcionário que queira trabalhar na empresa deverá preencher os requisitos necessários para obter a vaga requisitada.

Após as duas entrevistas realizadas eram esperadas uma diferença entre as empresas. A de pequeno porte acredita que o RH não tem um papel fundamental para a empresa e seus colaboradores já que não faz parte do habitual segmento, enquanto a segunda empresa acredita que o RH é fundamental para o desenvolvimento dos colaboradores, pois nisso ele vê oportunidades de melhorar tanto o quadro de funcionários quanto a característica da empresa.

Em ambas as empresas, foi encontrado resultados embasados na literatura, a primeira empresa pode se remeter ao começo do RH, onde não existia uma área especifica para as contratações de novos colaboradores e onde não era totalmente necessária. Em contrapartida a segunda empresa mostra ser diferente, como a é apresentada na literatura, o RH agrega, desde o começo do processo seletivo, tendo um papel fundamental para a organização, e com a chegada do 4.0 mostra cada vez mais a importância deste departamento que antes não era valorizado.

CONCLUSÃO

A realização deste artigo foi muito enriquecedor, pois mostrou um universo totalmente diferente do que se está acostumado, desde o início com a história do RH no mundo até sua chegada ao Brasil e sobre as suas transformações que ainda estão acontecendo. Através deste trabalho se teve a oportunidade de conhecer empresas

diferentes que agregaram para o artigo, pois através destas informações acrescentaram novas experiências e aprendizados. Como a era 4.0 é recente, a nossa sugestão para uma continuidade deste artigo é buscar entender mais a fundo sobre essas transformações e agregando ao ambiente de trabalho.

O artigo tem o intuito de mostrar como seria e serão as empresas do futuro, os resultados obtidos estão atrelados aos nossos objetivos iniciais, podendo ser observado através da coleta de dados, porém o RH 4.0 precisa ser mais aprofundado por se tratar de um novo assunto. Em relação às habilidades e competências dos colaboradores, ambas as empresas buscam um colaborador capacitado e proativo sendo capaz de lidar com as adversidades do dia a dia. Através

As empresas de sucesso hoje se encontram num processo de recriação, em contra partida nem todas as empresas entrevistadas parecem ter estruturas ágeis, que possibilitem reagir aos novos desafios, e também em busca dos objetivos organizacionais, temos empresas que não trabalham em conjunto com o RH, ficando atrás das outras, pois aparentemente os colaboradores não conseguem criar vínculos com a empresa.

Estas empresas procuram atrair e reter talentos, criando espaços para a intuição e a sabedoria gerada pela experiência, para contrabalançar a excessiva ênfase na racionalidade, desenvolvendo ambientes que favoreçam o desenvolvimento da criatividade.

Conclui-se que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e buscando profissionais capacitados e competentes para função que saiba resolver conflitos buscando a elevação do serviço. Todas as empresas precisam se envolver mais com esse novo método que é o RH 4.0 e agregando profissionais que possam valorizar a empresa.

REFÊRENCIAS BIBILIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, L. G. O papel estratégico de recursos humanos. São Paulo: FEA/USP, 1987.

AMORIM, Wilson Aparecido Costa De; Comini, Graziella Maria; Fischer, André Luiz. Ensino E Pesquisa Em Gestão De Pessoas/Gestão De Recursos Humanos No Brasil: Convergência Ou Divergência. **Rev. adm., empres.**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 215-221, June 2019.

CATANI, Afrânio Mendes. RAGO, O que é taylorismo. **Rev. adm., empres.**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 81-82, dez. 1985.

CHIAVENATO, I. Recursos humanos. São Paulo: Atlas, Gestão de pessoas. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HECKLAU, F.; GALEITZKE, M.; FLACHS, S.; KOHL, H. Holistic Approach for Human Resource Management in Industry 4.0. **Procedia CIRP**, v. 54, 2016.

JASIULEWICZ-KACZMAREK, M.; SANIUK, A.; NOWICKI, T. The Maintenance Management in the Macro-Ergonomics Context. **Advances in Intelligent Systems and Computing**, p. 35-46, v. 487, 2017.

LEE, E. A. Cyber Physical Systems: Design Challenges. In: IEEE INTERNATIONAL SYMPOSIUM. 2008. Orlando, USA. **Anais…** Orlando, USA: 2008.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. Administração de recursos humanos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERGARA, S. C. Gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Jonas Guidotti Flaifel, 26 anos, corretor de imóveis, estudante de Administração pela UNIFAJ – Jaguariúna, residente na cidade de Artur Nogueira - SP. E-mail: guiflai@hotmail.com

Isabela Ferreira de Almeida, 26 anos, analista comercial, estudante de Administração pela UNIFAJ – Jaguariúna, residente na cidade Pedreira – SP. E-mail: isabelaalmeida@gmail.com.br

Eliara Carneiro Guides, 43 anos empresária, estudante de Administração pela UNIFAJ – Jaguariúna, residente na cidade Jaguariúna – SP. E-mail: eliaraguides@hotmail.com